

**CULTURA E INFORMAÇÃO: UM ESTUDO DA REDE DE BIBLIOTECAS
POPULARES DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**

VERA LUCIA MANGAS DA SILVA

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (convênio IBICT – UFRJ/ECO) como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciência da Informação.

Orientadores: Prof. Geraldo de Almeida Prado, Ph.D.
Profa. Dra. Lena Vânia Ribeiro Pinheiro

Rio de Janeiro

2004

**CULTURA E INFORMAÇÃO: UM ESTUDO DA REDE DE BIBLIOTECAS
POPULARES DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Célia Linhares
Doutora em Ciências da Educação
Universidad de Buenos Aires, U.B.A., Argentina.

Prof. Dra. Lena Vânia Ribeiro Pinheiro
Doutora em Comunicação e Cultura
Universidade Federal do Rio de Janeiro/ECO

Prof. Dra. Rosaly Fernandez de Souza
Ph.D. in Information Science
Polytechnic of North London, England

Prof. Dr. Geraldo Moreira Prado
Doutor em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dra. Isa Maria Freire (suplente)
Doutora em Ciência da Informação
Universidade Federal do Rio de Janeiro/ECO, IBICT-DEP

AGRADECIMENTOS

Certamente, se assim pudesse, transformaria essas poucas linhas num capítulo especial.

Primeiramente, gostaria de agradecer a meus orientadores, Lena Vania Ribeiro Pinheiro e Geraldo Moreira Prado, fiéis guardiões do conhecimento e generosos no ato de compartilhar e ensinar aqueles que buscam novos horizontes e acreditam que o saber enriquece a alma. A dedicação no ato de orientar e a noção do ofício de mestre, certamente, foram ingredientes fundamentais na transformação de um projeto incipiente em realidade acadêmica. Aqui, registro o meu muito obrigada.

Aos professores do programa de mestrado do DEP/IBICT, especialmente aqueles que, ao longo do curso, desfrutei das aulas e com quem muito aprendi. São eles Aldo Barreto, Isa Freire, Regina Marteleto, Maria Nélida Gomez Gonzalez e Lena Vania Ribeiro Pinheiro.

Agradeço a todos meus companheiros de classe, pelas discussões calorosas e sedentas de trocas de saber e esperança. Em especial a Suzana Blass, pelas inúmeras conversas e pelo incentivo no prosseguir.

Um agradecimento especial às bibliotecárias da Rede de Bibliotecas Populares da Prefeitura do Rio, que, pela demonstração de amor e dedicação aos livros e à informação, me empurraram para a construção deste estudo. Sem esta energia, não seria possível. Destaco o carinho, a cessão de material de pesquisa e as informações preciosas cedidas pelas bibliotecárias e técnicas Anna Rodrigues, Ruth Pontes, Gilda Lederman e Ângela Lopes.

À Leila Castanheira, pela força e exemplo de determinação.

Aos meus amigos e companheiros de trabalho pelo incentivo e a torcida.

A todos aqueles que, mesmo não terem sido citados nominalmente, compartilham da minha gratidão pelo apoio e carinho.

E a minha família. Aos meus pais, por todos os motivos que levam ao sentido de estar aqui. Luiz, Luizinho e Guigui pela ausência momentânea, porém sempre presente no coração.

Ao Luiz, Luizinho e Guilherme
meu triunvirato de amor, cumplicidade e aprendizado de vida

RESUMO

Silva, Vera Lucia Mangas. Cultura e Informação: um estudo da Rede de Bibliotecas Populares da Cidade do Rio de Janeiro/ Vera Lucia Mangas da Silva, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação – UFRJ-ECO; Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT, 2004. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Orientadores: Profa. Dra. Lena Vania Ribeiro Pinheiro e Prof. Ph.D. Geraldo Moreira Prado.

Estudo da trajetória da Rede de Bibliotecas da Cidade do Rio de Janeiro, em consonância com as políticas públicas de informação e cultura implementadas no Brasil, particularmente neste Estado e Cidade, durante o período de 1940 à década de 90, no contexto histórico - político – cultural deste País. Considerando o livro e a leitura como instrumentos vitais de conhecimento e que as novas tecnologias lançaram um desafio às bibliotecas e aos profissionais da informação e, baseados em uma experiência de trabalho desenvolvido ao longo da década de 90, na pesquisa são analisados o papel dos bibliotecários e a infra-estrutura, serviços e produtos disponíveis nas bibliotecas populares, bem como as ações culturais e atividades de extensão cultural em relação à comunidade que atendem. Os resultados desta dissertação representam uma contribuição para reflexão daqueles que escolheram a biblioteca e o livro como fonte de estudo e trabalho, na perspectiva do poder das bibliotecas públicas como espaços democráticos e de busca e apreensão do conhecimento.

ABSTRACT

Silva, Vera Lucia Mangas. Cultura e Informação: um estudo da Rede de Bibliotecas Populares da Cidade do Rio de Janeiro/ Vera Lucia Mangas da Silva, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação – UFRJ-ECO; Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT, 2004. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Orientadores: Profa. Dra. Lena Vania Ribeiro Pinheiro e Prof. Ph.D. Geraldo Moreira Prado.

Study of the course of the network of public libraries of the City of Rio de Janeiro, in accordance with the public policies of information and culture implemented in Brazil, particularly in the State of Rio de Janeiro and in the City of Rio de Janeiro during the period from 1940 until the 90's, in the historical, political and cultural context of Brazil.

Considering book and reading as vital instruments of knowledge and that the new technologies brought a challenge to the librarians and to the information professionals, and based in a working experience developed during the 90's, in this research, the role of librarians, infrastructure, services and products available in the public libraries as well as their cultural actions and extension cultural activities in relation to their community are analyzed .

The results of this work represent one contribution for the reflection of those who choose library and books as a source of study and work, in the perspective of the power of public libraries as democratic environment for searching and gathering of knowledge.

CULTURA E INFORMAÇÃO: UM ESTUDO DA REDE DE BIBLIOTECAS POPULARES DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

SUMÁRIO

- 1. INTRODUÇÃO: NOVOS CAMINHOS, MUITAS INCERTEZAS**
- 2. O SENTIDO DA BIBLIOTECA: A LONGA VIAGEM AO MUNDO DA CULTURA E DO PODER**
- 3. NOVAS TECNOLOGIAS E REDES DE INFORMAÇÃO: UMA NOVA LEITURA DA BIBLIOTECA PÚBLICA.**
 - 3.1 A Sociedade da Informação e as políticas voltadas para as bibliotecas**
 - 3.2 Biblioteca Digital Multimídia do Instituto Embratel 21: exemplo de parceria público-privado**
 - 3.3 Bibliotecas Virtuais: uma nova perspectiva na busca da informação**
- 4. REDE DE BIBLIOTECAS POPULARES DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO: UMA HISTÓRIA SEM REGISTROS**
 - 4.1 Sob a ótica do poder: qual o verdadeiro papel da biblioteca pública**

4.2 Rede de bibliotecas populares e ação descentralizada

- 4.2.1 Década de 40: a cultura a serviço de um projeto político
- 4.2.2 Décadas de 50 e 60: dos anos dourados aos anos de chumbo
- 4.2.3 Décadas de 70 e 80: a tecnologia avança nos processos da informação
- 4.2.4 Década de 90: uma década de rupturas

5 BIBLIOTECAS POPULARES: UMA NOVA DÉCADA, NOVAS LEITURAS.

5.1 Relato de experiência: um aprendizado

- 5.1.1 Uma política, muita ação
- 5.1.2 Situação física: fronteiras e limites das bibliotecas
- 5.1.3 O acervo: um passeio pela cultura e pela informação
- 5.1.4 O corpo técnico: exército das letras
- 5.1.5 Os serviços: democratização do acesso à leitura
- 5.1.6 Ações Culturais: inovação e modernização nas atividades de extensão cultural
 - 5.1.6.1 Público e privado: a hora e a vez das Associações de Amigos das Bibliotecas
 - 5.1.6.2 A campanha Paixão de Ler
- 5.1.7 Internet e as novas tecnologias da informação

6 CONCLUSÃO OU CONSIDERAÇÕES FINAIS: O QUE SERÁ QUE SERÁ?

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

8. ANEXOS

LISTAS DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ALA – American Library Association

ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações

BN – Biblioteca Nacional

INL – Instituto Nacional do Livro

DASP – Departamento de Administração e Serviço Público

FUST – Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações

SCD – Serviço de Comunicações Digitais

SMC – Secretaria Municipal de Cultura

SOCINFO – Sociedade da Informação no Brasil

TICs – Tecnologias da Informação e Comunicação

WWW – World wide web

QUADROS E FIGURAS

QUADROS

1. Síntese das políticas culturais e de informação, no período de 1940-1990, por décadas.
2. Dados estatísticos das Bibliotecas Populares
3. Situação Predial das Bibliotecas Populares
4. Aquisição de Acervo.
5. Acervo geral da rede de Bibliotecas Populares, distribuídos por unidades.
6. Material processado vídeos e CDs.
7. Quadro de pessoal da Rede de Bibliotecas Populares, por categoria funcional
8. Adesão de instituições ao evento cultural paixão de Ler.
9. Estatística anual de atendimento e frequência na Rede de Bibliotecas Populares.
10. Estatística anual de utilização da Internet na Rede de Bibliotecas Populares

FIGURAS

1. Aquisição de acervo
2. Quadro de pessoal. Ano base 2003

(...) Ninguém falava, nem podia falar, a não ser a boneca, que em certo ponto gritou:

- É que estamos chegando – respondeu a voz.

De fato. A tonteira começou a passar e as árvores foram se tornando visíveis outra vez. Segundos depois sentiram terra firme sob os pés. Tinham chegado. Os meninos abriram uns olhos do tamanho de goiabas. Olharam em torno. Um rio de águas cristalinas corria por um vale de veludo verde. Na beira do rio, um carneirinho branco preparava-se para beber. Ao fundo, alta montanha azul erguia-se majestosa, e entre o rio e a montanha era a floresta.

- Estamos no País das Fábulas, também chamado Terra dos Animais Falantes – explicou peninha. Vamos começar aqui a nossa viagem pelo Mundo das Maravilhas.

Monteiro Lobato, “A partida, Reinações de Narizinho”, Ed. Brasiliense, 1972.

1. INTRODUÇÃO: NOVOS CAMINHOS, MUITAS INCERTEZAS.

Ainda na escola pública, a lembrança de primeiro contato com os livros e com a leitura veio por intermédio do estímulo da professora. Ao designar como tarefa a organização, em um canto da sala, do pequeno acervo de livros repletos de imagens e segredos, não poderíamos projetar a relevância daquele ato semanal de organizar a leitura com os alunos da sala. A cada semana era uma estória e uma novidade a ser contada em casa. A leitura fluía com o prazer que o autor provavelmente pretendia intuir em seu texto. A biblioteca veio depois.

Não faz muito tempo, freqüentar uma biblioteca era privilégio de poucos. Ou então, espaço destinado à “pesquisa escolar”.

Sinônimo de local de silêncio, fileiras de livros, bibliotecários atentos ao funcionamento do espaço, as bibliotecas, na verdade, desempenham um papel muito mais abrangente para a sociedade e representam o acúmulo e a preservação da cultura e do conhecimento do homem.

Como entrar em uma biblioteca sem imaginar o que este espaço significa. O que ali está depositado. Histórias sem fim. Registro da humanidade, da sociedade, de um tempo. Livro, documento, documentação. Conceitos que se ligam por meio do significado da informação.

Primeiramente, gostaríamos de resgatar o motivo que nos impulsionou na direção da construção deste objeto de estudo, que tem como eixo principal a biblioteca.

O ano de 1993 representou o início de uma jornada de oito anos de trabalho e responsabilidade em coordenar, entre outras tantas tarefas, a Rede de Bibliotecas Populares da Prefeitura da Cidade do Rio.

Era, naquela ocasião, difícil de imaginar a dimensão e a grandeza de mergulhar no mundo dos livros. O cotidiano da leitura e do leitor, o cuidado com a escolha e a disposição do acervo, a tarefa de transformar um ambiente que carrega na memória o silêncio, em um local prazeroso, de construção do saber, de

descobertas; além de traçar uma política em consonância com as mudanças advindas pela tecnologia da informação e o avanço das expectativas do mundo contemporâneo, muitas vezes parecia impossível.

Ao elegermos a biblioteca pública, em particular as bibliotecas que formam a rede pública da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro como ponto de referência, queremos buscar respostas para questões pertinentes à sua constituição enquanto uma rede de informação, que tipo de política foi adotada entre os anos 1993-2003, quais foram os avanços na área de tecnologia e os resultados aferidos, que tipo de serviços eram mais utilizados, se a internet modificou a política de ação e formação dos profissionais e se os usuários daquele espaço modificaram a sua forma de busca e expectativa de obter a informação que a biblioteca poderia lhe oferecer. Enfim, como estão adequadas para um mundo no qual as redes eletrônicas avançam sobre o cotidiano, onde a imagem prevalece sobre o texto, onde a informação é mais rápida que a forma de processá-la. Essas novas ferramentas contribuem com a formação de público leitor?

A rede pública municipal possui 26 bibliotecas espalhadas por vários bairros da cidade e conta com um serviço de cinco bibliotecas volantes que percorrem aproximadamente 50 pontos do Rio de Janeiro, privilegiando aqueles locais em que não existem espaços de leitura. É, portanto, uma das maiores redes públicas do país, ficando atrás apenas da cidade de São Paulo.

Acrescentamos que a cidade do Rio de Janeiro possui, ainda, a maior rede de ensino público da América Latina, com um total de 1044 escolas de ensino fundamental e cerca de 700 mil alunos, o que faz com que a nossa responsabilidade aumente, em um país de poucas bibliotecas escolares. (Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Relatório Anual, 2002).

A biblioteca pública, neste caso, carrega ao longo dos anos, seja por falta de políticas públicas, seja por desconhecimento de suas possibilidades, a tarefa primordial de espaço imprescindível para as “pesquisas escolares” e estudos complementares. Seu papel, portanto, extrapola seus muros, na qualidade de

oferecer um acervo de qualidade e atualizado, especialmente com obras de literatura brasileira, uma carteira de serviços, tornando-se, muitas vezes, local de referência no bairro. Entretanto, faltam incentivos e estímulos por parte do poder público para que este local cumpra seu papel de formar leitores ávidos por livros, por conhecimento. Inserir o cidadão que ali frequenta ou que poderia frequentar no mundo das letras, auxiliando na prática de sua cidadania.

Este projeto surgiu, portanto, de uma apaixonada experiência de trabalho que nos fez assumir com extrema dedicação o desejo de conhecer, estudar e percorrer o mundo dos livros e da leitura, do processo de busca pela informação em uma sociedade dita do conhecimento, na qual velocidade tornou-se elemento chave de uma nova forma de comunicação.

Não poderíamos também deixar de apontar a pertinência e contemporaneidade do tema frente aos desafios impostos pelos avanços tecnológicos de um novo século. As incertezas, discussões e estudos sobre o novo fazem parte do processo histórico que estamos vivendo, instigando corações e mentes.

Na verdade, pretendemos analisar políticas culturais e de informação, mesmo que incipientes, nestes dez anos de trabalho, na busca de dotar a biblioteca pública consoante com um novo mundo. O mundo da tecnologia, de novas formas de organização da informação. As tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) trouxeram mudanças profundas na organização desses espaços, da condição e perfil de profissional a ser formado, bem como de um novo leitor.

É mister lembrar que o início do trabalho desenvolvido na Rede de Bibliotecas Populares não partiu de propriamente um vazio. Existia, inicialmente, um sistema composto de 20 bibliotecas, localizadas nos bairros com alta densidade demográfica. Partiu de uma intenção de transformar aqueles espaços em locais não apenas destinados às “pesquisas escolares”. Para isso foi preciso dar início ao trabalho de modificação e organização do espaço físico até a revisão do papel em que exerce na comunidade em que se insere.

As bibliotecas funcionavam como a escola antiga, que se baseava no quadro negro e no giz como únicos auxiliares do ensino. Não havia equipamentos adequados, as atividades culturais eram raras e pontuais, as equipes técnicas atuavam dentro de uma visão de biblioteca focada apenas em estantes e livros. O processo de automação era praticamente inexistente.

Portanto, é a partir deste momento de ruptura na concepção de biblioteca como espaço de informação e conhecimento, de novas formas de processar a informação é que vamos avaliar seu papel e descobrir se essas ferramentas auxiliam no papel cultural de incentivo à leitura.

Neste aspecto, a Ciência da Informação tem muito a contribuir. Seus estudos e pesquisas são ferramentas de reflexão e compreensão para os processos onde a informação é matéria-prima, e, seu campo de atuação, o mais adequado para as questões aqui levantadas.

Destacamos, portanto, citação de um dos mais importantes teóricos da Ciência da Informação, Tefko Saracevic, e que define esta área de conhecimento como:

“ ... campo devotado à investigação científica e prática profissional que trata dos problemas de efetiva comunicação de conhecimentos e de registros do conhecimento entre seres humanos, no contexto de usos e necessidades sociais, institucionais e/ou individuais de informação. No tratamento desses problemas tem interesse particular em usufruir, o mais possível, da moderna tecnologia da informação”. (Saracevic, 1992).

As inovações tecnológicas, a relevância da ciência nos processos de comunicação, o papel e a função dos profissionais da informação frente aos desafios tecnológicos, a discussão em torno dos conceitos de informação e suas formas de registro, recuperação, processamento, transferência e disseminação em redes eletrônicas são discussões baseadas nos parâmetros da Ciência da Informação e, por meio de suas teorias e pesquisas, buscamos nossos objetivos de estudo.

Podemos dizer que a intenção maior com nosso projeto é contribuir para aqueles que se debruçam na árdua tarefa de formular políticas públicas na área do livro, da leitura e das bibliotecas, em especial para aqueles que têm a biblioteca pública como foco principal.

Sabedores das discussões em torno do lugar do livro frente às inovações e possibilidades apresentadas pelo avanço da tecnologia da informação, esperamos, baseado em uma grata experiência de trabalho, colaborar com reflexões pertinentes ao exercício da profissão daqueles que tomam a informação como objetivo maior.

É neste contexto que Hatschbach (2002) desenvolve em sua dissertação os aspectos conceituais e históricos de um novo termo e prática resultado dessa explosão do mundo da informação: information literacy ou “competência em informação”.

Information Literacy é uma “área de estudos e de práticas que trata das habilidades acerca do uso da informação em relação à sua busca, localização, avaliação e divulgação, integrando a utilização de novas tecnologias e a capacidade de resolução de problemas de informação.”(Hatschbach, 2002, p.95).

Embora o uso da expressão seja creditado a Paul Zurkowski, em 1974, como referência a utilização de ferramentas informacionais no ambiente de trabalho, o termo, segundo a autora, progressivamente foi se constituindo numa área de pesquisa dos profissionais de Ciência da Informação e de Biblioteconomia, tornando seu estudo importante fonte de pesquisa e estudo nos mecanismos de identificação e busca pela informação na chamada Sociedade da Informação.

Ainda que não muito difundido no Brasil, a autora aponta a pertinência e a necessidade de desenvolvimento de ações e estudos nesta área, principalmente por profissionais da informação e educadores comprometidos com a capacitação e formação do cidadão. (Hatschbach, 2002, p. 97).

A nova ordem imposta pelo avanço das tecnologias de informação tem interferido em vários aspectos da vida cotidiana das famílias brasileiras.

É o que podemos observar na manchete do jornal O Globo, de nove de janeiro de 2004. *“Internet e TV já pesam mais que arroz e feijão”*.

Resultado de uma pesquisa elaborada pela Fundação Getúlio Vargas intitulada “Pesquisa de Orçamento Familiar 2002/2003”,¹ o estudo aponta, sem nos atermos aos aspectos econômicos, uma mudança de hábitos e perfil das famílias brasileiras. Os gastos no orçamento familiar com serviços que incluem despesas com internet passaram de 0,6% para 1,69% no período 2002-2003.

As inovações do mundo tecnológico e a Internet, em especial, realizaram uma revolução no campo da comunicação e na forma de processar a informação. É uma mudança no comportamento social e cultural da população. As Tvs a cabo, por exemplo, também representam importante veículo de comunicação apontado na pesquisa como fator de gastos no orçamento familiar. Imagem e texto.

Como falar dessa relação sem pensar no papel das bibliotecas? Nos deparamos com essa questão ao refletir no papel que a biblioteca precisa exercer frente aos novos desafios impostos pela tecnologia. Como pensar em biblioteca sem priorizar o auxílio da informática em seus trabalhos administrativos, na automação de seu acervo e no atendimento ao público?

Paralelo a isso, assistimos a um novo fenômeno social, os analfabetos digitais², que são aqueles excluídos do processo de inserção de um mundo cada vez mais virtual e digital e marcado pela automação dos produtos, serviços e pela própria dinâmica da vida moderna.

Pierre Levy em seu livro Cibercultura (1999) fala que “não basta estar na frente de uma tela, munido de todas as interfaces amigáveis que se possa pensar, para superar uma situação de inferioridade. É preciso antes de mais nada estar em condições de participar ativamente dos processos de inteligência coletiva que representam o principal interesse do ciberespaço.”

¹ Pesquisa sobre Orçamentos Familiares realizada pela Fundação Getúlio Vargas em 12 capitais, entre outubro de 2002 e julho de 2003. A coleta incluiu 476 produtos e abrangeu 14 mil famílias, com rendimentos entre um e 33 salários-mínimos.

² Termo cunhado para aqueles que não têm acesso às novas tecnologias da informação; excluídos, portanto, de um processo de “globalização dos meios de comunicação”. É fundamental que o poder público garanta a democratização ao acesso às novas tecnologias da informação, incluindo digitalmente aqueles que não tem oportunidade, através de cursos, treinamentos e disponibilização de locais de utilização de equipamento de informática.

Informação é a palavra chave da sociedade do conhecimento, um novo desafio imposto pelas novas tecnologias de informação e comunicação. Elemento estratégico da ciência, a informação é categoria primordial no processo de busca pelo conhecimento e, assim, conceito básico na construção das teorias da Ciência da Informação.

Tomamos como referência os estudos de Mikhailov, Chernyi e Gilyarevskyi (1969, p.14) que, ao abordarem o fenômeno informação, afirmam que a sua substância *"são processos, métodos e leis relativos ao registro, processamento sintético-analítico, armazenamento, recuperação e disseminação da informação", e esclarecem que não se trata de "... informação científica tal qual atributo de uma respectiva ciência ou disciplina", e sim aquela "usada, no caso, para significar a informação lógica obtida no processo de cognição que adequadamente reflete leis do mundo material e atividades espirituais de experiência humana e é utilizada na prática sócio -histórica".*

Ou ainda, podemos citar Belkin e Robertson (1976, apud Pinheiro, 1997) ao estabelecerem uma relação entre o objeto de estudo e ciência, afirmam que *"(...) o fenômeno básico da Ciência da Informação é o texto e sua associação à informação e a relação dessa com o emissor e o receptor".*

Trazendo à luz de nosso estudo, a leitura representa um instrumento básico para o acesso à informação, um recurso de expressão e, portanto, um dos mais importantes meios de capacitar os indivíduos a conhecer e interpretar o mundo em que vivemos.

As bibliotecas tornam-se locais estratégicos nesta nova ordem, em especial, pela revolução que essas novas técnicas tem interferido em seu processo de diálogo com o leitor.

Compreender sua importância, o papel que ocupa em um novo processo de busca pela informação e de agente colaborador da inclusão digital, é fundamental na sociedade do conhecimento.

Assim, com essa perspectiva é que definimos como objetivo principal desta dissertação:

- analisar a trajetória e evolução da Rede de Bibliotecas Populares da Cidade do Rio de Janeiro e seu atual papel na sociedade da informação, tendo a perspectiva das novas tecnologias para a universalização de acesso e tendo como panorama as políticas públicas culturais e de informação.

Como desdobramento dessa meta maior pretendemos, como objetivos específicos:

- estudar a Rede de Bibliotecas no contexto histórico-político-cultural e as políticas culturais e de informação no Brasil;
- analisar a infra-estrutura da Rede de Bibliotecas, privilegiando seus serviços e produtos de informação e as peculiaridades da comunidade que se insere, e;
- contribuir para reflexão em torno do papel da biblioteca frente às novas tecnologias e políticas de universalização da informação.

A metodologia utilizada para alcançar os objetivos propostos para o desenvolvimento deste projeto articula três formas de trabalho distintas.

Primeiramente, trata-se de pesquisa com características descritiva e histórica conforme descreve Best (1972, apud Marconi, 1982) baseada em fonte documental e histórica, com a finalidade de situar os vários momentos de rupturas e de construções da trajetória da Rede de Bibliotecas Populares, inserida num quadro histórico e das políticas de cultura e informação da época até o presente.

Cabe ressaltar que concentraremos nossa análise no período que se estende entre os anos de 1993 e 2003, por considerar que foram anos de profundas transformações, tanto administrativas na forma de gestão pública municipal, quanto de inovações tecnológicas aplicados nos procedimentos gerenciais, e que repercutiram na busca por definição de uma política pública de informação e cultura no âmbito da administração municipal da cidade do Rio de Janeiro.

Para tanto, além de farta bibliografia nas áreas de História, Comunicação, Ciência da Informação, Cultura e Biblioteconomia, enfatizando a interdisciplinaridade como elemento chave para a construção da Ciência da Informação, utilizamos como segunda forma mencionada de trabalho, uma pesquisa documental em fontes legislativa e administrativa relativas às Bibliotecas Populares.

Em meio a uma vasta documentação reunida no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, elegemos os atos legais, como decretos, leis, resoluções, que normatizam as mudanças oficiais; primordiais na reconstrução do caminho pelo qual as Bibliotecas percorreram nestes 60 anos de existência. É a partir dessas fontes primárias que percorreremos os caminhos e corredores onde as estantes de livros guardam os segredos do conhecimento e o retrato cultural da nação, tendo o Rio de Janeiro como palco de transformações em seu aspecto político-administrativo que, sem dúvida, em muito foi decisivo para as decisões e formatos adotados pela administração pública. Destacamos ainda como fonte primária a ser utilizada, os relatórios, atos administrativos e material impresso de divulgação das ações empreendidas pelas Bibliotecas Populares, num enorme esforço em reunir material de relevância.

Por fim, utilizamos ao longo de nosso estudo técnicas de pesquisa baseadas em entrevistas estruturada (anexo 1) com a Diretora da Diretoria de Bibliotecas e questionários com bibliotecários (chefes e técnicos) e usuários das bibliotecas populares (anexos 2 e 3, respectivamente), que permitiram complementar a análise de fatos e dados apresentados nos documentos, além de recuperar informações importantes e que não haviam sido armazenadas. (Marconi, 1982).

A utilização desta técnica de investigação social se deve ao fato de não termos encontrado expressiva documentação ou registros organizados sobre a Rede de Bibliotecas, dificultando o resgate da memória e de um estudo mais aprofundado sobre o tema.

Os questionários foram entregues às chefes das bibliotecas com orientações quanto aos objetivos a serem alcançados a partir dos resultados

apresentados. Nem todas as bibliotecárias devolveram os questionários respondidos, dificultando uma análise mais abrangente.

2. O SENTIDO DA BIBLIOTECA: A LONGA VIAGEM AO MUNDO DA CULTURA E PODER

Biblioteca. Expressão de origem grega surgiu da união de duas palavras – biblio e têke – cujo significado conjunto seria “prateleira ou depósito para guardar livros, escritos, rolos de papiros e de pergaminho arrumados em estantes”. (Schwarcz, 2002, p.122)

Suas origens remontam a lugares fechados, sagrados, onde o saber era apreendido e reservado a poucos. Templos do saber, as bibliotecas, ainda hoje, precisam de muito incentivo e criatividade para popularizar seus encantos. Os encantos que a leitura proporciona. Um mundo de descoberta.

Percorrer os corredores de uma biblioteca nos leva ao mundo mágico das letras, transformando imaginação em sentido. Os textos ali encontrados e que os olhos perseguem ansiosos pela informação depositada, guardam um sentido que só o leitor pode dar. Autor e leitor. Uma relação de troca de segredos, de sentimentos, de conhecimento. Os livros possuem esse poder. Na verdade expressam poder desde a Antiguidade. A biblioteca de Alexandria é exemplo maior dessa relação. O sonho de possuir todos os manuscritos do mundo representava, na verdade, onde tê-los, guardá-los, exibi-los proporcionando a sensação do valor e a sabedoria ali depositada.

Segundo Schwarcz (2002, p. 123), a história das bibliotecas e do sonho de acumular todos os textos de pensadores, obras e ciências em um determinado espaço representam parte da própria história do Ocidente. E complementa:

“Não é fácil, portanto, definir uma biblioteca: essa história é longa e se perde – como o labirinto de suas estantes – por entre versões e modelos distintos. A saída mais rápida seria lembrar exclusivamente aquelas que se conhecem e, assim, recordar seu papel na conservação da memória e do patrimônio literário, artístico e intelectual, ou o diálogo que estabelecem entre um passado bem guardado e o presente, sempre reelaborado”.

Esse local labiríntico é, entretanto, e acima de tudo, uma instituição, onde se desenham desígnios intelectuais, realizam-se políticas de conservação, elaboram-se modelos de recolha de textos e de imagens. Mais do que um edifício com prateleiras, uma biblioteca representa uma coleção e seu projeto. (Schwarcz, 2002, p.123).

Ao estudarmos a literatura que trata da formação de inúmeras bibliotecas, sejam elas públicas e privadas, de pensadores ou sacerdotes, monarcas ou intelectuais, desde a Antiguidade aos nossos dias, podemos concluir que, naquele espaço, se encontra o desejo de guardar, reservar, construir um patrimônio literário, garantindo uma condição de poder, cultura e saber.

Poder, esse é o sentido atribuído às bibliotecas. Retrato de uma história conturbada, marcada por construções e desconstruções, algumas das grandiosas bibliotecas que existiram em um passado longínquo, estão sempre ligadas a desfechos violentos e interrupções abruptas, disputas e perseguições, conforme nos relata Battles (2003) em seu livro *A conturbada história das bibliotecas*. O autor, por meio de um texto apaixonado e baseado em uma extensa pesquisa histórica, constrói a história das bibliotecas de reis, imperadores, universidades e instituições, comprovando que esses espaços são identificados com a disputa de poder. Poder pela sabedoria, depósito das idéias dos homens e instrumento do conhecimento.

Encontramos no texto de Battles (2003, p.40) vários exemplos de bibliotecas que ilustram esse fascínio que exerciam e exercem até hoje. Não só a destruição por motivo de guerras, disputas e catástrofes, mas também pela perseguição, onde as bibliotecas significavam emblemas do poder exercido. Assim foi na China, com o

imperador Shi Huangdi (III a C), que ateou fogo aos registros feitos por historiadores que declamavam “louvores à Antigüidade para diminuir o presente, alardeando palavras ocas que tivessem o poder de confundir os fatos”. Lembramos também, buscando um passado mais recente, a destruição de bibliotecas pelos nazistas nos anos 40 e aqui mesmo no Brasil no período da ditadura militar, na década de 60, quando houve uma incessante busca, apreensão e destruição de livros e bibliotecas.

Qual seria, portanto, o verdadeiro sentido de uma biblioteca?

“Mas a biblioteca não é um mero repositório de curiosidades. É um mundo a um só tempo completo e incompletável, cheio de segredos. Ela está submetida a um regime de mudanças e ciclos que contrastam com a permanência insinuada por suas longas fileiras ordenadas de livros. Arrastados pelo desejo dos leitores, os livros vão entrando e saindo das bibliotecas, num movimento semelhante ao das marés. (...). A biblioteca é como um corpo, e as páginas dos livros são os órgãos espremidos uns contra os outros na escuridão”.(Battles, 2003, p. 12)

Que valor atribuir a Biblioteca do Senado Americano, a maior biblioteca universal do mundo, onde todos os dias acrescentam sete mil livros aos mais de 100 milhões já dispostos em seus 850 quilômetros de prateleiras, como nos ensina Battles (2003).

A contribuição destas salas de busca pelo conhecimento e para o desenvolvimento cultural dos indivíduos e dos grupos sociais é inquestionável, uma arquitetura do saber, como se refere Christian Jacob (Prefácio, 2000), tornando-se locais estratégicos de estudo para uma nova ordem imposta pelo avanço da tecnologia. Destacamos aqui um sentido ao termo biblioteca aplicada por este autor e que tão bem complementa o sentido que queremos dar a nosso estudo.

“A biblioteca é um lugar, uma instituição. É o cruzamento paradoxal de um projeto utópico com as restrições técnicas, ergonômicas, políticas de conservação, de seleção, de classificação e de comunicação dos textos, das imagens e, hoje, dos sons. É também, e simultaneamente, um desígnio intelectual, um projeto, um conceito imaterial que dá sentido e profundidade às práticas da leitura, de escrita e de interpretação. (...)” (Jacob, 2000, Prefácio p.10).

Trazendo a narrativa para a história da formação daquela que é a maior biblioteca brasileira, a Biblioteca Nacional, não podemos deixar de destacar suas origens, a “Livreria Real”, síntese do enciclopedismo português e vinculada à figura de El Rey, aquinhoando o soberano português com a cultura necessária qualquer monarca que se pretendia ilustrado.

“Com efeito, pela década de 1750, a Livreria Real era tratada como uma espécie de ícone da monarquia; seus cerca de 70 mil livros faziam dela uma das melhores do gênero: tudo contribuía para encontrar no estabelecimento um retrato raro do que se era ou do que se pretendia ser. Se a considerarmos isoladamente, Portugal nada devia aos demais centros europeus que guardavam para si a marca da “civilização”.(Schwarcz, 2002)

Por ocasião do terremoto em Lisboa no ano de 1755, os efeitos devastadores e destrutivos que puseram fim ao imenso acervo, um dos mais completos da Europa, Portugal toma a tarefa de reconstrução dessa biblioteca como umas das tarefas emergenciais que visavam reconstruir Lisboa, tema tratado detalhadamente no livro de Lilia Moritz Schwarcz (2002), exímia pesquisa da reconstrução dessa biblioteca e sua vinda para o Brasil, juntamente com a Família Real.

Atualmente, uma das dez maiores bibliotecas nacionais do mundo, a Biblioteca Nacional detém a mais rica coleção bibliográfica da América Latina, com mais de 8,5 milhões de peças, entre Obras Raras, Obras gerais, Publicações Seriadas, Referências, Iconografia, Manuscritos, Música e Cartografia.

O propósito de se apresentar um resumo sobre as interpretações dadas às bibliotecas ao longo de um processo histórico, começando na Antiguidade até os nossos antepassados colonizadores portugueses é dar um sentido ao fato que permeia toda sua trajetória.

Poder é a palavra que mais associamos ao conceito de biblioteca. Não só naquela época, mas em pleno século XXI, marcado pelo desenvolvimento tecnológico, onde informação é matéria-prima do novo, elemento chave da nova sociedade da informação; as bibliotecas, sagrados depósitos dos livros, do registro, da memória e do conhecimento adquirem um papel fundamental no processo de garantia ao acesso à informação.

Muito se tem escrito sobre a história das bibliotecas no Brasil, sua origem, formação e funcionamento. Autores como Laurence Hallewell, Queiroz, Milanese, Suaiden apresentam em suas obras a memória das bibliotecas coloniais, fruto da ação jesuítica, dos poucos letrados do período monárquico e da República, sem com isso representar uma vasta e inesgotável bibliografia.

Por outro lado, não podemos deixar de citar trabalhos como de Barroso, Miranda, Alves, Pereira, Pinheiro, Gomes, Mueller entre outros que muito contribuíram para o entendimento e a construção do papel da biblioteca pública e do ofício do bibliotecário na árdua tarefa de recuperar e disseminar a informação. Ainda buscando um sentido para sua existência, no ato de reunir e oferecer um rico e vasto campo de conhecimento, seu despertar por amor e ódio, paixão e indiferença, destacamos mais uma reflexão da literatura sobre o sentido da biblioteca.

“Lugar da memória nacional, espaço de conservação do patrimônio intelectual, literário e artístico, uma biblioteca é também o teatro de uma alquimia complexa em que, sob o efeito da leitura, da escrita e de sua interação, se liberam as forças, os movimentos do pensamento”. (...) O poder das bibliotecas reside, enfim, em seu papel crucial na transmissão da cultura e dos saberes. As bibliotecas são os lugares da continuidade, mas também das rupturas da tradição.”(Jacob, 2000, Prefácio, p. 9 e 15).

E, não podendo deixar de citar Chartier (1999, p.16-17), autor de uma vasta e preciosa obra sobre o papel das bibliotecas e da leitura e sua relação com as novas tecnologias, o mundo da leitura, concordamos com o autor quando ele se afirma que “os processos de produção de sentido só podem ser compreendidos no cruzamento dos pólos de produção e recepção, ou seja, nas diferentes e contrastantes relações que se estabelecem entre o texto, o suporte que lhe dá sustentação e a maneira como é lido. Desse modo, os sentidos e possibilidades de sua produção seriam construções resultantes do trabalho empreendido pelos escritores (em suas estratégias escriturarias), pelos editores (no processo de fabricação do livro) e pelos leitores (nos modos como eles interagem com os textos que lhes chegam às mãos)”.

Nesse sentido, a Internet e outras tecnologias indiretamente relacionadas ao tema desta pesquisa ocupam um lugar de destaque, motivo pelo qual as situamos no processo de globalização das TICs.

A utilização da internet provocou um novo perfil do usuário das bibliotecas, segundo relatos de bibliotecárias e leitores que freqüentam a rede de bibliotecas populares da cidade do Rio de Janeiro, que realizamos no mês de novembro de 2003.

Por outro lado, como privilegiar o texto, a palavra, o resgate de uma identidade cultural que a escrita nos proporciona?

Certamente não queremos aqui fazer a apologia ou a negação do avanço da tecnologia, ou mesmo o fim dos livros; elas não se excluem, são atividades de caráter distinto, com resultados distintos para seus apreciadores. Trata-se, aqui, não de invectivar contra o poderio da imagem e da informação rápida e universal que a internet oferece aos seus navegantes, mas de aproveitá-las como instrumentos complementares e divulgadores do livro e, conseqüentemente como incentivo à prática da leitura. O bibliófilo José Mindlin abordou essa questão no seminário A Cultura do Papel, realizado em São Paulo, pela Fundação Eva Klabin, no ano de 1999:

“(...) a eliminação da cultura da imagem eletrônica é inviável e que os problemas da cultura contemporânea têm de ser enfrentados através desses meios de comunicação”.(Doctors, org.,1999)

Complementando a idéia de situar a rápida evolução que a área de telecomunicações viveu nos últimos dez anos, apresentando um quadro de expansão econômica e garantia de mercado, destacamos alguns dados que traduzem essa mudança. Nosso foco é a internet, mas pretendemos trazer à compreensão, que esta se encontra no bojo de uma transformação que abrange como um todo a área de telecomunicações, de tecnologia da informação, incluindo-se aí investimentos em sistemas, infra-estrutura e produtos, que são informação em todas as suas formas.

Os celulares, outro produto resultado desse avanço das tecnologias da informação, não apareciam na pauta de exportações do país em 1998, quando o sistema foi privatizado, segundo dados da Agência Nacional de Telecomunicações; entretanto, no ano de 2003, ocupou a oitava posição dos produtos mais exportados. Para se ter uma idéia do crescimento do setor nos últimos cinco anos, o Brasil possuía 22 milhões de telefones fixos e 7,4 de milhões de celulares em 1998. No fim de 2003, esses números subiram para 49,6 e 45 milhões respectivamente. Já encontramos no mercado, celulares com acesso à internet, correio eletrônico e como canal de recepção de informações especializadas, com ênfase no aproveitamento para o trabalho de seus usuários. Para expressarmos ainda com mais ênfase de que a informação é o motor, a explosão deste século, significando crescimento e o desenvolvimento da ciência na área de tecnologia e comunicação de massa, apresentamos mais alguns dados.

O Brasil, mesmo sendo um país em desenvolvimento, com uma alta taxa de analfabetismo, conta com um universo de 20 milhões de pessoas com acesso à Internet, dado que o situa em 9º posição na comparação internacional e primeira na América Latina, além de estarmos em 5ª posição em número de hosts e 10ª em

número de PC's no mundo³. O tempo de conexão à rede em maio de 2003 registrou 11 horas e 26 minutos, em nível ascendente. E, a despeito do que alguns críticos dizem, temos experiências de sucesso e exemplos para o mundo. No ano

de 2003, mais de 95% de pessoas utilizaram a rede para enviar sua declaração de imposto de renda, somos o 3º país no ranking de operação em internet banking⁴ e realizamos um pleito eleitoral no ano de 2002, através da rede, obtendo como resultado mais de 90% dos votos totalizados em menos de 24 horas, servindo de referência para países ditos de 1º mundo.⁵

A despeito da Internet e do grande avanço das telecomunicações, as bibliotecas públicas ainda não usufruem, no Brasil, dos investimentos e produtos dessas tecnologias.

Para isso, o investimento estatal é fundamental na garantia de universalização ao acesso e no desenvolvimento de projetos e estudos. Programas de inclusão digital partindo de uma ação de governo são isolados, onde destacamos a experiência dos Telecentros, na cidade de São Paulo e o Farol da Saber, em Curitiba.

Em países desenvolvidos, como os Estados Unidos, o papel do governo foi fundamental no desenvolvimento e expansão do mercado tecnológico.

“A Internet, atualmente utilizada por milhões de usuários, nasceu por iniciativa do governo americano para impulsionar a comunicação eletrônica dos meios militares, de segurança nacional e, posteriormente, de educação. Em seguida, o grande salto da construção da supervia de informação naquele país, deveu-se, mais uma vez, à iniciativa governamental, conforme plano apresentado por Bill

³ Dados apresentados no relatório “2 anos de Governo Eletrônico”, produzido pela Casa Civil da Presidência da República. Comitê Executivo do Governo Eletrônico, 2002; Relatório UTI (International Telecommunication Union) Disponível em www.itu.org e Ibope/NetRatings(www.ibope.com.br).

⁴ Um estudo apresentado em junho de 2003 no XII Congresso e Exposição de Tecnologia da Informação das Instituições Financeiras, em São Paulo, mostrou que as transações de correntistas no sistema internet banking cresceram 177,9% em 2002, revelando um número de 2,2 bilhões de transações contra 820 milhões do ano anterior.

⁵ Dados apresentados em relatório e consultoria Pricewaterhouse Coopers. Disponível em www.pwcglobal.com

Clinton e seu vice-presidente Al Gore numa reunião com pesos pesados da economia americana em dezembro de 1992”.⁶

3. NOVAS TECNOLOGIAS E REDES DE INFORMAÇÃO: UMA NOVA LEITURA DA BIBLIOTECA PÚBLICA.

Como entrar em uma biblioteca sem imaginar o que este espaço significa. O que ali está depositado. Histórias sem fim. Registro da humanidade, da sociedade, de um tempo. Livro, documento, documentação. Conceitos que se ligam por meio do significado da informação.

Segundo Gilda Braga (1995), *“a biblioteca precede o papel impresso; suas origens remontam e talvez até antecedem os tablets de terracota da biblioteca de Assurbanipal e aos pergaminhos de Alexandria. A biblioteca nasceu como caixa, arquivo dos livros e evoluiu dentro do contexto do livro e seus sucedâneos. A informação, na biblioteca, está ligada à documentação”*.

Braga apresenta algumas reflexões em seu texto sobre a evolução da Ciência da Informação e sua relação com o conceito de informação. Para isso relata por meio de autores como Briet, Rapoport, Shannon e outros, a diferença entre Biblioteconomia/Documentação e Ciência da Informação.

Para a Ciência da Informação o conceito de informação transcende a materialidade do suporte físico, o que interessa também nesta dissertação.

Extrapolamos esse parâmetro e queremos explicar a biblioteca por meio de uma ciência interdisciplinar que agrega outros conceitos aos processos de recuperação e disseminação da informação.

⁶ Extraído de artigo publicado no jornal Estado de São Paulo, 9/1/2004 e que refere-se a artigo de Markoff no The New York Times de 24/01/93

Neste sentido é que vamos buscar as diferenças e semelhanças entre as unidades de informação tais quais o livro, o documento e a documentação e o que elas representam na nova sociedade da informação.

Otlet, um dos precursores da Documentação e Ciência da Informação, tornou-se referência para o estudo da informação e do conhecimento.

Pereira (2000), em prefácio de publicação dedicada à Tecnologia da Informação, cita o referido autor, destacando que ele entendia por documentação, “toda a gama de produtos de informação que surgem e se expandem com a revolução industrial: artigos e relatórios científicos e técnicos, desenhos industriais, patentes, protótipos, cartões postais, fotografias, enfim, tudo o que não era considerado material de biblioteca”.

“Otlet queria expandir o conceito de biblioteca de tal forma que ela fosse um lugar onde as pessoas acessassem qualquer tipo de informação, sabendo não apenas qual é o documento, mas o que ele contém”. (Pereira, Prefácio 2000, p. VIII).

Um visionário para o seu tempo, Otlet, já naquela época, fazia referências à idéia do livro como instrumento de exploração do conhecimento e não apenas da leitura. O livro não se esgota nele mesmo, ele representa uma teia, um organismo que não é único. O livro possui a capacidade de expandir seu significado, levando à construção do conhecimento. (Day, 1998, apud ASIS, p.45). Desenvolve uma idéia de livro que nos remete a Web, segundo Pereira (2000, Prefácio, p. XII) “constituindo em uma rede tanto dentro deles quanto entre um e outro”.

3.1. A Sociedade da Informação

As tecnologias da Informação e de Comunicação (TICs), em especial a Internet, trouxeram uma nova relação na recuperação, organização e disseminação da informação.

Segundo Castells (1999), as redes de comunicação constituem a nova morfologia de nossas sociedades. Sua evolução entre os anos 70 e 90, desencadeou mudanças significativas e a conquista do ciberespaço proporcionou uma ruptura no modo de conceber e difundir as informações que circulam nos mais diferentes canais de comunicação.

“Através da informação on-line e em tempo real, captada e interpretada através do uso do computador conectado em rede, alteram-se de forma significativa os estoques e fluxos de informação, disponíveis e a maneira como a mesma é consumida, digerida, analisada e aplicada”.(Miranda, 2002).

Tomamos como parâmetros esses exemplos para iniciarmos uma discussão em torno da biblioteca e do livro em uma nova era de comunicação que se apresenta, especialmente a partir dos anos 90, com a Internet e Web.

Comunicação que se traduz em velocidade, acessibilidade, sem fronteiras, traduzido na expressão *“o que não está na internet, não existe”*, ratificando que esta mídia vem transformando os meios de comunicação.

A nova sociedade do conhecimento ou da informação representa uma nova forma de pensar do mundo, onde a técnica e a inovação são paradigmas de um novo tempo histórico, momentos de rupturas ou marcos na construção da história da humanidade.

Podemos apontar várias mudanças sócio-culturais causadas pela introdução das novas tecnologias e sua relação com a sociedade e que, conseqüentemente, conduziram a maneira de pensar o mundo como uma rede de comunicação e informação. Não vivemos mais em um mundo pós-industrial, onde

o valor da sociedade era a produção de bens e serviços como forma de obter capital.

A partir deste momento de ruptura no processo histórico, que desenvolveremos parte de nosso estudo em torno da biblioteca como espaço de informação e conhecimento.

É comum entre os historiadores que realizam estudos econômicos falar que a chamada “sociedade industrial” massificou a produção de mercadorias, impulsionando o capitalismo tal como conhecemos hoje. Esta mesma sociedade, a partir de mudanças em seu modo de produção, passou a denominar-se de sociedade pós-industrial, em que a atividade de serviços, como geradora de renda e empregos, superou a fase industrial. Entramos, portanto, para a sociedade do conhecimento ou sociedade da informação, cuja criação, distribuição e manipulação da informação constituem a principal fonte de criação de riquezas. É a economia digitalizada ou como alguns autores se refere “a terceira” revolução industrial. (Levy, 2000 1999; Toffler 1995; Castells, 1999; Muniz Sodré, 2002, Hobsbawn, 2000).

No Brasil, o Programa Sociedade da Informação teve início em 1996, concebido a partir de um estudo realizado pelo Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia - CNPq, com o propósito de:

- “1. articular, coordenar e fomentar o desenvolvimento e utilização segura de serviços avançados de computação, comunicação e informação e suas aplicações na sociedade, mediante a pesquisa, desenvolvimento e ensino brasileiros, acelerando a oferta de novos serviços e aplicações na internet, de forma a garantir vantagem competitiva e a facilitar a inserção da indústria e empresa brasileiras no mercado internacional;
2. fornecer, desta maneira, subsídios para a definição de uma estratégia para conceber e estimular a inserção adequada da sociedade brasileira na Sociedade da Informação”.(Programa Sociedade da Informação. BRASIL.Ministério da Ciência e Tecnologia, 1999)

Desde 1995, com a abertura da Internet no Brasil à operação comercial, o governo brasileiro, em especial o Ministério da Ciência e Tecnologia, procurou estudar e desenvolver uma política que permitisse a inserção do nosso País na indústria e desenvolvimento de redes de tecnologia e comunicação mundiais. O resultado de todo esse esforço, que reuniu cerca de 150 especialistas de todo o país, representantes do Ministério da Ciência e Tecnologia, da iniciativa privada e do setor acadêmico, foi a elaboração do documento “Livro Verde”, que apresenta “as metas de implementação do Programa Sociedade da Informação e constitui uma súmula consolidada de possíveis aplicações de Tecnologias da Informação. (Livro Verde, 2000).

Para a elaboração deste documento, foram criados Grupos de Trabalho, divididos pelos temas Administração Pública; Ações Empresariais; Conteúdos de Identidade Cultural; Cooperação Internacional; Divulgação à Sociedade; Educação; Infra-estrutura de Redes e Backbones; Integração e Regionalização; Pesquisa e Desenvolvimento; Planejamento; Processamento de Alto Desempenho e Trabalho, traduzidos nas Linhas de Ação Mercado, Trabalho e Oportunidades; Universalização de Serviços para a Cidadania; Educação na Sociedade de Informação; Conteúdos e Identidade Cultural; Governo ao alcance de todos; P&D, tecnologias-chave e aplicações e Infra-estrutura avançada e novos serviços. (Livro Verde, 2000, p. 6-10).

Dessa maneira, o Programa pretendia lançar o Brasil na economia da tecnologia digital, garantindo a universalização dos serviços da informação à população brasileira e criando condições de competição no mercado global.

As bibliotecas públicas foram contempladas no capítulo “Conteúdos e Identidade Cultural”, e representam, juntamente com outros espaços culturais – escolas e museus - locais estratégicos de acesso público a Internet, além de permitir que seus conteúdos estivessem disponíveis na rede para consulta”.

O Grupo de Trabalho Conteúdos e Identidade Cultural, responsável pelo estudo, discussão e elaboração de proposta de execução de um programa para as bibliotecas públicas, reuniu especialistas de diversas instituições, tendo produzido

documentos com os resultados de seus trabalhos, que se encontram disponíveis no portal da Sociedade da Informação do Brasil – SOCINFO.

Segundo diagnóstico do Grupo de Trabalho, o Brasil possuía naquela ocasião, aproximadamente 4 mil bibliotecas vinculadas a diversas instâncias do poder público, muitas cadastradas no Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, coordenado pela Biblioteca Nacional. (Góes, 2001).

A definição de biblioteca pública utilizado no programa “é aquela que dá igualdade de acesso de todo tipo de conhecimento à comunidade, sem restrição de idade, raça, sexo, status social, etc. Deve oferecer todos os gêneros de obras que sejam do interesse da comunidade a que pertence, bem como literatura em geral e publicações oficiais. A biblioteca pública é um elo de ligação entre a necessidade de informação de um membro da comunidade e o recurso informacional que se encontra organizado e à sua disposição. Além disso, uma biblioteca pública deve constituir-se em um ambiente realmente público, de convivência agradável, onde as pessoas possam se encontrar para conversar, trocar idéias, discutir problemas, auto-instruir-se e participar de atividades culturais e de lazer”. (Zaher, 2001).

No documento “Resumo das propostas consensuais apresentadas pelos Grupos de Trabalho de Universalização”, organizado por Sérgio Góes, podemos conhecer a proposta elaborada pelo grupo, onde são apresentadas etapas bem definidas e propostas de implantação.

O projeto previa a universalização do acesso à internet através de telecentros multipropósito em bibliotecas públicas, museus e organizações da sociedade civil. Com o nome de Telecomunidades/Bibliotecas, a execução do programa seria de responsabilidade do Ministério da Ciência e Tecnologia, com apoio do Ministério da Cultura, sob a articulação do Ministério das Comunicações e operacionalizado pela Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel, por meio da criação de um fundo de investimento - Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST), que trataremos ainda neste capítulo.

Para a implantação e manutenção do projeto foi elaborada uma proposta de integração entre três tipos de instituição, em forma de árvores hierarquizadas. O

primeiro andar seria constituído pelos postos ou bibliotecas de serviços, aquelas que mantêm contato direto com a comunidade. O segundo nível seria composto por organizações bem estruturadas, capazes de articular as organizações de primeiro nível e coordenar suas atividades com o objetivo de manter contato com as organizações de ponta e com funções de capacitação, avaliação e apoio.

Num terceiro nível estaria um número ainda menor de organizações, privadas e públicas, que se relacionariam verticalmente com os prestadores de serviços e órgãos governamentais, com funções estratégicas relativas à capacitação de pessoal encarregado da manutenção das bibliotecas, de capacitação de recursos, de divulgação e animação, como a Biblioteca Nacional, o Programa Sociedade de Informação e organizações de grande porte. (Góes, 2001).

Entre as ações propostas destacamos a criação de um portal onde fosse possível reunir uma série de informações relevantes para a implementação do projeto e conteúdo informativo sobre os temas considerados relevantes, tais como digitalização de acervo, padrões de identidade visual, etc.

Ainda em um outro documento intitulado “Categorização das bibliotecas por função dentro do sistema de conexão eletrônica”, elaborado pela representante da Biblioteca Nacional, Célia Zaher, podemos conhecer como as bibliotecas estariam organizadas e quais seriam as suas funções neste Sistema de rede eletrônica a ser implementado. As responsabilidades e o papel a ser desempenhado por cada uma delas.

No caso daquelas que não dispusessem de uma rede de infra-estrutura eletrônica adequada, especialmente as de pequeno porte, a Biblioteca Nacional abrigaria os seus portais, utilizando, portanto, o software Interdocs operacionalizado pela BN.

Em todos os documentos analisados, destacamos a importância das bibliotecas municipais; aquelas que atendem mais diretamente as comunidades dos bairros em que estão localizadas. Estas desempenham papel primordial como peça chave para o desenvolvimento local e referência cultural da população atendida.

Apesar de representar uma ação significativa e decisiva para o País, atualmente, a avaliação sobre resultados é de que pouco se avançou em termos das diretrizes estabelecidas no documento original e que faziam parte do Plano Plurianual de Governo 2000-2003, com aporte de recursos no valor de R\$ 3,4 bilhões.

Poucas são as iniciativas de inclusão digital ou de utilização de tecnologia no processamento e disseminação da informação envolvendo as bibliotecas públicas no Brasil, resultado da ausência de compromisso público das autoridades competentes e da liberação da verba necessária prevista para a execução do projeto.

Não encontramos dados qualitativos e quantitativos de resultados alcançados por meio do desenvolvimento dos estudos produzidos pelos Grupos de Trabalho. O portal da Sociedade da Informação no Brasil – SOCINFO – não apresenta dados conclusivos e/ou de acompanhamento dos projetos apresentados, uma vez que estes aguardam até o momento a liberação dos recursos necessários para a execução das diversas etapas do Programa. Encontram-se disponíveis todos os documentos produzidos por especialistas e organismos governamentais no decorrer das discussões e atuação dos grupos de trabalho, demonstrando o árduo e competente trabalho produzido e fonte para execução de uma política de informação.

Como desdobramento da ação governamental de incluir o Brasil na agenda da Sociedade da Informação, apontamos a criação do programa FUST, Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações, resultado dos avanços e discussões da agenda de criar um programa que colocasse o Brasil no mundo da tecnologia e das novas ferramentas apresentadas pelas TCIs produzidos pelo SOCINFO.

Instituído pela Lei 9.998 de 17 de agosto de 2000 e regulamentado pelo Decreto 3.624 de 5 de outubro de 2000, estabelece, dentre os objetivos de aplicação de recursos, a “implantação em programas, projetos e atividades que estejam em consonância com plano geral de metas para a universalização de serviços de telecomunicações ou suas ampliações que contemplarão, entre

outros, os seguintes objetivos(...)” ; inciso V da lei, “a implantação de acessos para utilização de serviços de redes digitais de informação destinadas ao acesso público, inclusive da internet, em condições favorecidas, a estabelecimentos de ensino e bibliotecas, incluindo os equipamentos terminais para operação pelos usuários” e, no inciso VII “redução das contas de serviços de telecomunicações de estabelecimentos de ensino e bibliotecas referentes à utilização de serviços de redes digitais de informação destinadas ao acesso público, inclusive da internet, de forma a beneficiar em percentuais maiores os estabelecimentos freqüentados por população carente, de acordo com a regulamentação do Poder Executivo”.⁷

O FUST permitiu a criação do Programa Bibliotecas que visava a incorporar, de forma ampla e definitiva, através de investimentos de infraestrutura, as bibliotecas na sociedade da informação, em consonância com as ações previstas nas linhas de ação propostas pelo grupo Universalização de Serviços para a Cidadania, Educação na Sociedade da Informação e Conteúdos e Identidade Cultural do Programa Sociedade da Informação no Brasil - SOCINFO, descritas no Livro Verde.

Com o objetivo de promover a inclusão social digital, a escolha pelo espaço da biblioteca partiu do entendimento que esta é instituição de uso público, seja da esfera municipal, estadual ou federal como também aquelas vinculadas a organizações da sociedade civil, museus e centros culturais.

Entre os objetivos do programa destacamos a intenção em ampliar o número de bibliotecas e a conexão de todas as bibliotecas públicas através da rede, com acesso gratuito à Internet; capacitação do quadro de pessoal técnico, a adoção de sistema de disponibilização e compartilhamento de catálogos e acervo e automação de bibliotecas e museus.⁸

Na finalização do processo foi elaborado um Edital de convocação nacional à participação do programa. Os resultados divulgados em agosto de 2002 demonstraram uma expressiva participação, totalizando cerca de 11 mil candidatos. Ainda como produto do trabalho, foi elaborado um pacote de apoio ao

⁷ Texto da lei nº 9998, de 17 de agosto de 2000. Art. 5 e incisos V e VII.

⁸ Os objetivos e ações do programa FUST Bibliotecas pode ser encontrado no documento Ações e realizações do FUST(dezembro de 2000/dezembro de 2002), disponível no portal www.socinfo.gov.br/fust.

funcionamento dessas bibliotecas na Internet, compreendendo manuais de capacitação e software para gerenciamento e circulação de obras na biblioteca.

Apesar de todo um esforço de organismos governamentais e agências financiadoras, o programa pouco avançou e os recursos do FUST destinado aos projetos apontados na origem proposta ainda hoje não foram aplicados, comprometendo um amplo programa de inclusão digital.

Encontramos no “site” referente ao programa Biblioteca FUST, do programa Sociedade da Informação no Brasil, o dado de que em 2003, a partir de uma consulta do Ministério das Comunicações ao Tribunal de Contas sobre a aplicação do recurso do FUST, este último emitiu parecer decidindo pela criação de um novo Serviço de Telecomunicações, em banda larga, a ser prestado em regime público, o Serviço de Comunicações Digitais.

Neste contexto, a ANATEL aprovou a proposta de submissão à Consulta Pública do Regulamento do SCD, situação atual, de acordo com os documentos disponíveis no site da ANATEL (www.anatel.gov.br).

Conforme o regulamento, “o SCD é um serviço de telecomunicações que será prestado, inicialmente, apenas no regime público e possibilitará o acesso às redes digitais de informações destinadas ao acesso público em geral, inclusive da internet”. (<http://www.socinfo.org.br/fust/index.htm>)

Fica claro, portanto, a dificuldade, em nosso País, em dar continuidade a políticas que apresentem diretrizes e ações voltadas para a biblioteca e o livro e, conseqüentemente, a inclusão desses espaços na sociedade do conhecimento.

Faltam, por outro lado, iniciativas e mobilização das instituições envolvidas no processo de construção dessa nova etapa de inclusão digital, no sentido de cobrar dos governos e organismos de financiamento a concretização das políticas definidas.

Porém, não podemos deixar de apontar iniciativas isoladas, que, se fossem inseridas em uma política de universalização de acesso a bases tecnológicas, os resultados seriam mais expressivos.

A Biblioteca Nacional, algumas bibliotecas universitárias e principalmente o Programa Prossiga são raros exemplos de sucesso de integração à rede.

A Biblioteca Nacional, com mais de 8,5 milhões de peças, entre Obras Raras, Obras Gerais, Publicações Seriadas, Referências, Iconografia, Manuscritos, Música e Cartografia deu início ao seu processo de informatização a partir de 1997, com apoio da iniciativa privada por meio da Lei Rouanet de Incentivo à Cultura. (<http://www.bn.br>)

Atualmente, encontramos no site da BN, o catálogo on-line com cerca de 503 obras, entre 112 autores com acesso ao texto integralmente, além de manuscritos, gravura, libreto e periódico.

O Programa Prossiga, criado em 1995, sob a responsabilidade do CNPq, posteriormente transferido para o IBICT, tinha por objetivo, segundo informação disponível no “site” do órgão, oferecer um conjunto integrado de serviços de informação e comunicação orientados para a pesquisa e voltados para áreas prioritárias de Ciência e Tecnologia e para setores de atividade sócio-econômica relevantes para o país.

Ferramenta indispensável aos pesquisadores, este portal reúne em um único espaço virtual, informações dispersas na internet sobre determinadas áreas do conhecimento. As informações são capturadas na rede, organizadas, indexadas, comentadas e disponibilizadas no espaço web do serviço, tendo chegado a mais de 6 milhões de consulta em 2003. Destacamos o conteúdo das Bibliotecas Virtuais Temáticas e os Portais de informação em C&T, como fontes de consulta e exemplo de trabalho dedicado e cooperativo de técnicos e cientistas da informação que têm o compromisso com a disseminação da informação. As Bibliotecas Virtuais reúnem serviços de informação e comunicação em diversas áreas científica como Agropecuária, Astronomia, Ciências Sociais, Economia, Educação, Energia, Engenharia, Cultura, Informação Científica, Saúde; além dos portais de várias instituições de pesquisa e notáveis da C&T no Brasil.

Os serviços foram desativados, em julho de 2003 e atualmente, segundo consta no “site” do IBICT, encontra-se em fase de avaliação por parte do Instituto, gestor do programa desde 1999, no que se refere aos procedimentos técnicos e conceituais, visando a retomada do serviço.

Em relação a demais experiências, faltam, no que pudemos observar, a partir da busca em “sites” governamentais, relatórios gerenciais, uma política nacional que garanta transformar as bibliotecas em espaços mais dinâmicos, conectadas com o mundo da tecnologia, permitindo que seus acervos estejam disponíveis para consulta e divulgação em rede.

Cardoso (2002, p.86), ao analisar em sua dissertação, os “sites” de sistemas de bibliotecas de universidades públicas federais brasileiras, revela a situação incipiente em que estas instituições se encontram. A autora revela que a disponibilização desses sistemas de bibliotecas é bem recente, a grande maioria de 2001 e não se apresentam estruturadas como sistemas de informação, na medida em que falta a aplicação de recursos de comunicação e produtos eletrônicos.

3.2. Biblioteca Digital Multimídia do Instituto Embratel 21: exemplo de parceria público e privado

Outra iniciativa de destaque e que vem sendo executada com sucesso é o projeto Biblioteca Digital Multimídia do Instituto Embratel 21. O projeto viabiliza o acesso de bibliotecas públicas à internet, inclusive ao Canal de TV na internet, e o acesso ao canal de TV Digital do projeto, este acessado também por milhares de escolas públicas beneficiadas pela TV Escola. O projeto já contemplou bibliotecas públicas estaduais ou de referência em cada Estado, além de uma seleção de várias bibliotecas em municípios cuja população é superior a 40 mil habitantes e com capacidade de atendimento de mais de 10 horas diárias. Está previsto o atendimento de mais 100 bibliotecas públicas que receberão estações de satélite banda larga bidirecional, para prover de alta velocidade o acesso do público ao

Canal do Conhecimento⁹, além de terminais de acesso à internet e ao canal de TV na internet, com microcomputador e impressora.

Outro dado relevante é que também se beneficiam do projeto as escolas públicas integrantes da rede de escolas equipadas pela TV Escola com recepção de TV digital, composta por cerca de 20 mil escolas públicas, dentre as 57 mil que receberam anteriormente recepções de TV analógica. (<http://www.portaldoconhecimento.org.br>).

3.3 Bibliotecas virtuais: uma nova perspectiva de busca da informação

Nosso estudo pretende refletir sobre como as novas tecnologias podem influenciar o papel e o formato da biblioteca pública. Partimos, portanto de uma experiência localizada na cidade do Rio de Janeiro, na rede de bibliotecas populares pertencentes à prefeitura da cidade. Procuraremos compreender a evolução de utilização de tecnologia nas bibliotecas, especialmente no que se refere aos serviços de automação de acervo, seguindo até a análise de utilização de ferramentas e serviços disponíveis nesses espaços que contribuíram para o objetivo maior da biblioteca que é despertar o público para o prazer da leitura e formar assim cidadãos em vorazes leitores.

Esta nova ordem tem trazido mudanças significativas no mundo do livro e da biblioteca. A cada dia surgem novas ferramentas de busca, sites de conteúdo informativos e científicos, novos formatos de comunicação na rede como chats, blogs, listas de discussão, fazendo com que a informação circule rapidamente e em tempo real. Baixar textos completos de livros, relatórios de pesquisa, artigos,

⁹ O Canal do Conhecimento abriga os diversos conteúdos gerados pelo projeto, funcionando como elemento agregador da informação e memória do projeto. É possível, ao acessar o site do portal, consultar os vídeos, a digitalização das videoconferências geradas pelos centros de capacitação do projeto, além de sites com instituições parceiras, como por exemplo, a Biblioteca Nacional.

resumos, enfim, uma infinidade de possibilidades de acesso ao mundo infinito da informação, tornou-se possível com o desenvolvimento das tecnologias da informação.

O uso da internet possibilitou uma nova relação do homem e sua forma de comunicação, implicando em uma nova conceituação de tempo e espaço.

E as bibliotecas, como estão se organizando na forma de apresentar a informação frente aos avanços impostos por esta nova ordem? Houve mudança não só no que chamamos de suporte, mas também, na forma de interação transmissor/receptor.

As bibliotecas virtuais e digitais tem sido objeto de inúmeros estudos. Vários são os aspectos que separam a biblioteca tradicional das bibliotecas virtuais e digitais.

Em artigo publicado na Revista Ciência da Informação, destacamos trecho do texto de estudo que dá a dimensão do uso do termo bibliotecas digitais e seu alcance no mundo da informação.

“Pontuações diversas das citações sobre as bibliotecas digitais chamam atenção a vários tipos de recursos e mecanismos que podem constituir-las, a saber: coleções de diversas bibliotecas; bibliotecas e bases de dados remotas; recursos ou fontes de informação; livros virtuais; organismo ou rede de informação; sistema de informação; redes de catálogos on-line; redes de conhecimento; distribuição da informação por meio de estratégias; ligação de uma série de computadores, nos quais interagem homem-máquina, tendo apoio de mediadores como bibliotecários e especialistas para a transferência da informação.

A biblioteca digital, biônica, transmitida eletronicamente em rede – a biblioteca do século XXI – vem a ser uma potente, transparente e universal provedora de informação, também chamada de biblioteca sem paredes. Não deixa de ser uma máquina: a máquina virtual, que, utilizando a informática e as telecomunicações, possibilita acesso a um reservatório diversificado e infinito de dados e conhecimento.” (Drabenstott & Burman, 1997)

O efeito dessas mudanças para as bibliotecas está apenas começando a ser estudado. O interesse atual sobre o tema Bibliotecas Digitais, demonstrado pelo grande número de congressos e simpósios na área, atesta o grau de relevância das pesquisas na área para uma sociedade cada vez mais informatizada, onde as bibliotecas tradicionais precisaram adequar os seus serviços e sua relação com os leitores.

Ainda é muito incipiente a inserção das bibliotecas na web. No caso das bibliotecas universitárias, por exemplo, a maioria não passa por atualização sistemática, de acordo com estudo de Cardoso (2002, apud Pinheiro, 2002).

Entretanto, é inegável que o uso da Internet tem possibilitado o acesso a um universo bastante amplo de informação. Mas podemos nos deparar com a confiabilidade da fonte, ou seja, o efeito dinâmico que este canal de comunicação dá aos conteúdos apresentados, podendo acarretar em um novo direcionamento ou a subtração do texto lido, criando, por vezes, a perda do documento.

Nesse sentido, muitos profissionais de informação, conforme aponta trabalho de Pinheiro (2002), vêm discutindo sobre a necessidade de processamento técnico da informação em rede, nos moldes das bibliotecas tradicionais, envolvendo catalogação, classificação e indexação e, portanto, padronização na entrada de dados e na recuperação da informação. Ainda em seu artigo, a autora faz referência a estudos sobre formatos e catalogação a metadados e ao processamento técnico em rede eletrônica, destacando as autoras Hagar Espanha Gomes (2000), no Brasil e Milstead e Feldman (2000), no exterior.

Destaca também a importante discussão sobre “a necessidade ou não da interferência humana no processamento e recuperação em redes eletrônicas ou se mecanismos de busca e robôs substituiriam os profissionais de informação nesta tarefa”.(Pinheiro 2002).

Nesse sentido, é preciso reinventar o papel do bibliotecário e dos profissionais da informação frente aos desafios impostos pelos avanços da tecnologia, atribuindo-lhe a função de mediador nesta nova realidade virtual e digital.

Como exemplo de biblioteca universal, como era o sonho da Biblioteca de Alexandria na Antiguidade e a sensação de extrema felicidade de Borges, está sendo organizado nos Estados Unidos por um homem chamado Brewster Kahle, o Internet Archive; uma biblioteca digital, com o objetivo de armazenar no computador todos os textos publicados até hoje. A idéia é colocar aos poucos à disposição do público através da internet, esse acervo imenso, começando pelas obras de domínio público. A previsão é de que, em 2004, o projeto possa contar com 100 mil títulos disponíveis na internet. O orçamento previsto é de US\$ 40 milhões, considerado baixo, se levarmos em conta que as bibliotecas americanas gastam US\$ 7,5 bilhões por ano e as instituições acadêmicas americanas US\$ 5 bilhões.¹⁰

Outro exemplo de uma nova ordem estabelecida para as bibliotecas é o caso da Biblioteca do Centro de Pompidou, na França, criada em janeiro de 1976, como uma biblioteca pública, com a missão de oferecer a população a escolha de documentos de diversas áreas e assuntos na França e do mundo, atualizado e de livre acesso, constituindo um centro de documentação e pesquisa juntamente com outras instituições no país. Os dados aqui apresentados foram retirados do texto *Babel and the Vintage Selection: Libraries in the Digital Age*, elaborado pela equipe da Bibliothèque Publique d'information, da França e disponível no "site" <http://www.text-e.org>, resultado de um Fórum elaborado pela Biblioteca do Centro de Pompidou.

Com um espaço de dez mil metros quadrados, espalhados por seus três andares e 14 quilômetros de estantes, a biblioteca conta com dois mil assentos, 400 estações de trabalho e 11 centros de informações. Aberta 62 horas na semana, possui em seu acervo 400 mil documentos, 350 mil livros, 2.320 jornais e periódicos, mais de seis mil mapas, 10 mil CDs de música e 300 vídeos de música, 2700 gravações orais, 2100 filmes documentários e 100 filmes de animação, 200 software de animação, 200 referências de CD-roms e 500 websites selecionados.

¹⁰ Dados extraídos do artigo *Um milhão de livros on line*, de Luis Edgard de Andrade. Jornal do Brasil, 08/12/2003.

A frequência da biblioteca é de sete mil pessoas por dia, composta de 61% de estudantes, 7% school goers e 32% de em geral. Mais de 70% desse público está acima de 30 anos de idade. O nível de instrução é alto, com 56% de usuários com 3 ou 4 anos de escolaridade formal.

No caso específico de uso de tecnologia e acesso ao público, a Biblioteca do Centro Georges Pompidou oferece dois tipos de possibilidades de pesquisa. Primeiramente uma seleção de CD-ROM's e websites indexados e catalogados como qualquer tipo de documentação encontrada na biblioteca. Depois uma relação de "sites" organizados tematicamente, comentados e atualizados, disponíveis no "site" da biblioteca. É importante frisar que na escolha de todo esse acervo é considerada a interação com a política desenvolvida pelo Centro de Cultura e sua relação com o acervo disponível. Pode-se, ainda, encontrar 50 terminais com acesso à Internet disponíveis ao público, embora com algumas restrições em relação a conteúdo.

Neste último aspecto de utilização de filtros ou software de bloqueio, as bibliotecas públicas americanas têm se posicionado em favor da liberdade intelectual, garantindo o livre acesso à rede. A dissertação de mestrado de Miranda (2002) em muito contribui para o entendimento de toda a questão referente ao acesso irrestrito aos recursos da Internet, através da adoção de políticas e normas de acesso do cidadão às bibliotecas públicas americanas, com base na Declaração dos Direitos das bibliotecas, documento elaborado pela ALA, American Library Association, em 1939, que garante a liberdade intelectual do cidadão.

No documento "Survey of internet access management in Public Libraries", organizado pela American Library Association, no ano de 2000, mais de 95% das bibliotecas públicas americanas dispõem de acesso público à Internet.

Outro dado interessante que nos situa em torno do crescimento de investimento e no avanço organização de bibliotecas digitais e virtuais, pode ser conferido no documento Great American Public Libraries: The 2002 HAPLR Rankings. O autor da pesquisa apresenta dados de crescimento nas despesas com os materiais denominados "não impressos", baseados no ano 2000. Enquanto os livros e os

periódicos apontam aumento de gastos em torno de 2% e 1%, respectivamente, categorias como áudios (7%), vídeos (17%), materiais de acesso eletrônico (16%) e materiais eletrônicos (22%), registram aumentos significativos. Ainda no estudo, o autor aponta a preocupação das bibliotecas em torno da importância de disponibilizar na internet informações sobre seu acervo.

Não nos cabe aqui um estudo detalhado sobre a importância e o papel das bibliotecas digitais, mas sim ressaltar que essas categorias de bibliotecas e as facilidades que a tecnologia trouxe para a sociedade estão certamente modificando a maneira de ler.

Complementamos esta última observação citando Chartier que, ao proferir palestra no Colóquio Leitura, Leitores e Bibliotec@as, realizado em junho de 2004, no Rio de Janeiro, afirma que *“os textos não são os mesmos quando os suportes mudam”*. Segundo ele, as significações do texto têm a ver com as formas apresentadas. Nesta nova ordem, a construção do sentido, o espaço, o tempo e a transmissão do conhecimento são formas inovadoras, cabendo uma redefinição dos papéis das bibliotecas e dos bibliotecários frente às novas tecnologias.

4. REDE DE BIBLIOTECAS POPULARES DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO: UMA HISTÓRIA SEM REGISTROS

É de se estranhar o título. Mas, de uma certa maneira, reflete a realidade da segunda maior rede de bibliotecas públicas do país, atrás somente de São Paulo. Sugere, ainda, a importância que organismos governamentais depositam nessas salas empilhadas por prateleiras e livros. Não encontramos, além dos atos oficiais de criação e modificações administrativas, nenhum outro registro, documentação ou referência à memória de criação e implantação da Rede de Bibliotecas Populares. Apenas decretos e leis, coletados em um pequeno relato organizado pela Diretoria de Bibliotecas, órgão responsável pela coordenação das bibliotecas, subordinado ao Departamento de Documentação e Informação Cultural da Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro.

Analisando a documentação e com o auxílio inestimável das bibliotecárias que ali depositaram e depositam boa parte de suas vidas, conseguimos construir uma hipótese e desenvolver o trabalho de recuperação de memória e considerações sobre o acreditamos ser uma contribuição para aqueles que formulam políticas públicas na área do livro e da biblioteca.

Portanto, aí vamos nós, percorrer as fileiras e corredores de 21 bibliotecas com a sensação da tarefa de tecer uma parte da história da cultura da cidade.

Partimos de 1940. Década de início da formação da atual Rede de Bibliotecas Públicas da cidade do Rio de Janeiro. O Brasil encontra-se mergulhado em um regime político denominado Estado Novo.

4.1. Sob a ótica do poder: qual o papel da biblioteca pública?

Inaugurado em 1937, após uma manobra política de Getúlio Vargas, o Estado Novo inicia uma fase da história do país de regime autoritário, poder centralizador, e que defendia a instauração de um regime repressivo capaz de realizar a modernização do país de “cima para baixo”. Getúlio Vargas, apoiado por militares e grupos da burocracia federal, imbuídos por uma sensação de salvar o Brasil do perigo da força política dos comunistas, dá forma ao golpe de Estado que, no dia 10 de novembro de 1937, colocando o exército para cercar o Palácio Monroe, no Rio, sede do senado federal, fecha o Congresso e extingue os partidos políticos. Uma nova Constituição idealizada e redigida pelo ministro da Justiça, Francisco Campos, entra em vigor, ficando conhecida como Polaca, uma alusão em vários dispositivos autoritários encontrados em documento semelhante na Polônia. Em seu texto, estava prevista a nomeação de interventores para todos os estados e intensificava a repressão aos crimes contra a segurança nacional. O fato do poder central nomear interventores para todos os estados acabou com o princípio do federalismo, garantindo o caráter centralizador de tomada de decisão. (Carone, 1976; Nosso Século, 1984; <http://www.cpdoc.fgv.br>)

Visando garantir a manutenção e apoio ao regime ditatorial, Vargas articulou uma política na área cultural, voltada tanto para a elite intelectual quanto para as camadas populares. Gustavo Capanema, ministro da Educação durante todo o período do Estado Novo, teve assessoramento de intelectuais como Carlos Drummond de Andrade, Mário de Andrade entre outros, em uma política clara de assimilação da “inteligência”. Enquanto definiam políticas para a área de educação e cultura, o DIP, Departamento de Imprensa e Propaganda, órgão de censura do governo estabelecia uma rigorosa vigilância às manifestações de cultura popular¹¹. Buscava-se uma identidade para a cultura nacional, em um período que, curiosamente, representou um verdadeiro despertar pela arte. (Nosso Século, 1984; Carone, 1976).

Naquela ocasião, o rádio, expressivo veículo de comunicação, já era um fenômeno de massas, reforçado com a inauguração em setembro de 37, da Rádio Tupy e a Rádio Nacional, encampada posteriormente pelo governo em 1940, dando forma a criação de uma rede nacional de comunicação. Dessa forma, as idéias e ideais do governo chegavam aos lares brasileiros em formatos de programas, novelas e jornalismo, reforçando o ideário do Estado Novo.

No campo das artes; o teatro, o cinema e a literatura marcaram nomes, produções e obras literárias. O cinema nacional voltou-se para os textos da literatura brasileira, como forma de reafirmar essa cultura nacional. No Rio de Janeiro, a Cinédia, importante produtora de cinema é responsável por expressiva produção de filmes, levando às telas nomes como Grande Otelo, Procópio Ferreira, Carmem Miranda entre outros.

Na área de criação literária e formação de parque gráfico, podemos apontar a modernização e o desenvolvimento dos meios de produção, aperfeiçoando a impressão de revistas e jornais. Circulavam, por todo país, revistas como A Cigarra, Eu Sei Tudo, o Cruzeiro e a Revista da Semana, com entrevistas, crônicas, matérias sociais etc. No teatro, o diretor polonês Ziembinski estreava a

¹¹ O DIP, diretamente subordinado à Presidência da república, tinha como principais funções “centralizar, coordenar, orientar e superintender a propaganda nacional, interna ou externa(...); fazer a censura do teatro, do cinema, de funções recreativas e esportivas(...), da radiodifusão, da literatura(...) e da imprensa(...); promover , organizar, patrocinar ou auxiliar manifestações cívicas, (...) exposições demonstrativas das atividades do Governo”. Nosso Século, página 65

peça Vestido de Noiva, revolucionando a linguagem teatral e dando forma à obra de Nelson Rodrigues, autor de várias obras polêmicas e que marcaram um estilo literário e com cenários de Santa Rosa.

Na educação, o ministro Gustavo Capanema promove uma grande reformulação no ensino, buscando inspiração nos ideais nacionalistas e autoritários do governo. “A educação não pode ser neutra no mundo moderno”, comenta o ministro Capanema em 1938.(Nosso Século, 1984, p.70).

Muitas escolas particulares são fechadas facilitando espaço para a criação de várias escolas públicas, além de uma ampla reforma das obras didáticas dão o suporte para o ideário do regime ora em curso.

Alguns historiadores apontam que os cinco anos iniciais do regime corresponderam à progressiva, mas definitiva, consolidação do poder de estado. A reforma administrativa, que se estendeu até fins de 1941 foi, pelos quadros institucionais que criou, a verdadeira condição de possibilidade da hegemonia do estado, ou seja, introduziu os instrumentos de controle, que permitiam a definida centralização do poder e a integração nacional. A criação do DASP teve papel fundamental na execução de políticas de criação de órgãos e cargos públicos, formatando a burocracia do Estado e reformulando o aparelho estatal. Instalado em 1938, foi responsável por reformar a atividade educacional, sanitária e agrícola, funcionando, também, informalmente como órgão consultivo do presidente e seus ministros. (Silva, 1992; <http://www.fgv.cpdoc.br>)

O objetivo de situar o período histórico que deu início à formação da rede de bibliotecas, objeto deste estudo, especialmente no campo da cultura, é de sublinhar a idéia de que o processo de implantação de bibliotecas públicas no então Distrito Federal veio a reboque de uma política desenhada no seio do Estado Novo.

A criação do Instituto Nacional do Livro, em dezembro de 1937, foi decisiva. Segundo Silva (1992), o INL agiu essencialmente como importante agente no processo de institucionalização de organismos culturais e como disseminador de informação.

Para Suaiden (2000), historicamente, a criação do INL deve-se a dois fatos.

“O primeiro era uma resposta do governo federal aos intelectuais que haviam participado da Semana de Arte Moderna e que criticavam muito a administração pela falta de uma política cultural. O segundo fator era que havia necessidade de dar especial atenção à nova classe dos operários, pois basicamente a mão-de-obra não era qualificada e o analfabetismo atingia altas proporções nesse segmento”.

Entre as atribuições do novo órgão estavam previstas as edições de textos literários, de interesse para a formação cultural da população, a elaboração de uma enciclopédia e dicionário nacional, a criação de bibliotecas públicas que, segundo o ministro, eram necessárias por serem “centros de formação da personalidade, de compreensão do mundo, de auto-educação, enfim centros de cultura”, além de cuidar dos interesses mais amplos do livro. A pesquisa desenvolvida por Silva (1992), rico na pesquisa em documentação primária daqueles envolvidos diretamente na política cultural da época, apresenta dados essenciais que marcaram a criação e a política desenvolvida pelo INL no período estadonovista.

Nesta dissertação nos interessa destacar aquele que foi considerado o principal objetivo do órgão, qual seja, o incentivo à criação e manutenção de bibliotecas públicas. Observamos nas tabelas baseadas em dados sobre instalação e registro de bibliotecas no INL, entre 1938 e 1945, além de dados produzidas pelo IBGE que, de fato, houve um aumento de bibliotecas públicas no país, especialmente entre os anos 1941 e 1943. (Estatísticas do Século XX, IBGE, <http://www.ibge.gov.br>). A autora relata que, ainda assim, em documentação pesquisada no arquivo do ministro Gustavo Capanema, os prefeitos dos municípios brasileiros relatavam dificuldades financeiras e técnicas para a implantação de bibliotecas.

Tendo à sua frente o poeta, ensaísta e crítico literário Augusto Meyer, o INL teria sua atuação pautada pelo incentivo por meio da doação de obras e prestação de assistência técnica, sendo que esta última só teve início em 1949, quando foi

criado o Serviço de Assistência Técnica Regional. Mas o que destacamos de interessante no estudo da autora e que nos faz refletir e buscar uma integração com a atual rede de bibliotecas da cidade do Rio de Janeiro é a descrição do projeto de criação de uma rede de bibliotecas populares elaborada por Meyer.

“(...) Segundo o plano de Augusto Meyer, entre 1940 e 1946 deveriam ser criadas e dirigidas pelo governo federal sete bibliotecas centrais de região distribuídas de acordo com as localidades escolhidas”. (...) Todos os elementos deste programa adotariam um padrão comum para o tratamento técnico, sob a orientação do INL, que se encarregaria da elaboração de um catálogo coletivo das obras do acervo” (Silva, 1992, p.).

Além do aspecto de criação de uma Rede de Bibliotecas Populares¹², o projeto ainda referia-se à implantação de serviços volantes de biblioteca.

Não por acaso este foi o modelo adotado pelas bibliotecas municipais da prefeitura do Rio.

A rede de bibliotecas populares da cidade do Rio de Janeiro e aqui objeto de nossa pesquisa, constituiu-se basicamente como desenvolvido no plano de Meyer. São bibliotecas espalhadas em vários bairros da cidade, tendo seu trabalho de catalogação, processamento técnico, compra de acervo e de tomada de decisão coordenado por um órgão central. A idéia de bibliotecas volantes também presente no plano idealizado pelo INL foi implementada mais tarde no Rio de Janeiro.

A Rede de Bibliotecas Populares converge para a rede no sentido apontado em estudo da UNESCO, de “conjunto de componentes inter-relacionados que, de comum acordo, provêm à transmissão de informação dos produtores aos seus usuários, de conformidade com normas e procedimentos”.(Souza, 1988, p. 8). Ou, ainda, como sintetiza Weinstock (1967, apud Silva, 1992) “uma estrutura de inter-

¹² Aqui o sentido aplicado a populares seria de uma biblioteca pública apresentando um acervo abrangente e de natureza diversa, ou seja, destinada a toda população.

relação estabelecida com o propósito de melhorar para o usuário o acesso às fontes de informação racionalizando esforços”.

Esta rede de bibliotecas populares também tem a perspectiva de constituição de um acervo diversificado, capaz de atender a vários segmentos da sociedade, apesar de o seu foco de ação ser o estudante.

Assim, fica aqui uma dúvida que, por falta de documentação sobre o momento de criação das bibliotecas municipais, não podemos precisar. Ou seja, a idéia de se inaugurar bibliotecas públicas no Rio de Janeiro estava baseada na política estadonovista de cultura?

O plano de Meyer e a ação pautada na política apontada pelo INL serviram de parâmetro na aplicação do modelo do Rio de Janeiro e que se aplica até hoje?

Ou partiram de um conceito de criação do estado nacional brasileiro?

Serviram, naquele momento, como instrumento de divulgação de um projeto político, sem a preocupação de se elaborar uma política de promoção da leitura e/ou do livro?

Arriscamos a dar ênfase ao fato de que a experiência, que deu origem a atual rede de bibliotecas populares do Rio de Janeiro, pautou-se no conceito de biblioteca utilizado apenas como uma ação de abertura de espaços culturais, sem ter a preocupação e finalidade de se criar um local onde se proporcionasse a formação de público leitor, tomando o livro como fonte de informação e cultura e, conseqüentemente, de formação do indivíduo. A cronologia de implementação desses espaços e as características ressaltadas nos atos administrativos nos levam a concluir pela falta de uma política clara, estando mais próximas ao modelo de controle do estado.

Por fim, mesmo não sendo o foco central da ação de censura do regime, - a imprensa sofria um maior rigor – o mercado editorial registrou um declínio a partir de 1937, contrariamente ao vinha acontecendo desde do início da década de 30 e traduzido em um recorde de crescimento em torno de 600% no ano de 1936. (Nosso Século, 1984)

Hallewell (1985) traduz muito detalhadamente a trajetória do livro no Brasil nos fazendo compreender o período em questão, suas implicações políticas e interesses que levaram a um mercado editorial. Sobre o fato acima ele escreve:

“(...) A insuficiência do comércio exterior forçava, de fato, o aumento da substituição de importações em toda a economia: entre 1930 e 1937, o produto industrial brasileiro deu um salto de quase 50%. Mas o crescimento na edição de livros foi fenomenal, mesmo em relação a essa situação geral. As cifras para São Paulo sugerem uma taxa de crescimento na produção de livros, entre 1930 e 1936, de mais de 600%! (...)”.

4.2. Rede de bibliotecas populares e ação descentralizada.

Para que possamos compreender a formação da Rede de Bibliotecas Populares da Cidade do Rio de Janeiro é importante procurarmos reconstruir sua trajetória histórica e sua formação enquanto uma rede.

Neste capítulo abordaremos o período que se estende de 1940, data de registro do primeiro ato oficial que sinaliza a intenção de se constituir uma unidade administrativa destinada a abrigar as bibliotecas populares, até a década de 90, momento em que ocorre uma ruptura na sua trajetória administrativa como também de reformulação no papel sócio-cultural que estes espaços ocuparão na chamada sociedade da informação.

Após nos debruçarmos na construção de rico período de construções e desconstruções desses locais dedicados ao mundo da leitura caberá, posteriormente num novo capítulo, tratar dos aspectos que envolvem os objetivos traçados em nosso projeto e que apresenta questões como biblioteca, livro, leitor, informação e universalização da informação.

Como forma de sistematizar nosso estudo e o texto que segue, elaboramos um quadro sintético dos períodos que aqui consideramos como marcos e rupturas

de processos ou etapas da memória das bibliotecas populares, atrelados aos movimentos e políticas de informação empreendidos ao longo dos anos propostos. Chamamos a atenção para o fato da história da Rede de Bibliotecas Populares possuir características locais, ou seja, apresentar uma ação de política pública em que pouco pode ser enquadrado dentro de uma perspectiva nacional ou mesmo regional.

Apesar de, em muitos momentos, suas ações confluírem para outras iniciativas ou experiências de demais esferas de governo, esses espaços culturais guardam particularidades da história da cidade do Rio de Janeiro, sua formação geográfica, desenvolvimento local e importância cultural para o país.

Assim, a história da Rede de Bibliotecas se confunde com a história da cidade e revela em sua trajetória todas as modificações político-administrativo pelas quais a cidade do Rio de Janeiro passou - de Capital Federal, Estado da Guanabara e Rio de Janeiro, conforme síntese a seguir.

Quadro 1: Síntese das políticas culturais e de informação, no período 1940-1990, por décadas.

Década	Bibliotecas Populares	Políticas culturais e de informação
40	Formação da Rede. Inauguração da 1ª Biblioteca e preocupação com a gerência da informação, classificação e indexação de documentos.	Influência de política do INL;
50/60	Inauguração de 11 bibliotecas; preocupação com preparação técnica das obras; preocupação com ação promoção do livro e educativa; inauguração do serviço de biblioteca volante; inclusão dos Termos biblioteca e documentação num mesmo Setor	Criação do IBBD; Escolas de Biblioteconomia, Regulamentação da profissão de bibliotecário. Implantação do Catálogo Coletivo Nacional – CCN, do IBBD/IBICT. Criação do Serviço Nacional de

		Bibliotecas. Período marcado pelo Desenvolvimentismo. Movimento de contra-cultura.
70/80	Inauguração de 9 bibliotecas.. Vinculação das bibliotecas ao Departamento de Documentação e Informação Cultural, caracterizando uma nova dimensão à área de competência.	Fusão do Estado da Guanabara com o Rio de Janeiro. 1º Plano Nacional de Desenvolvimento – PND. Desmembramento das áreas de Educação e Cultura. Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas. Desenvolvimento nos processos de automação de acervo.
90	Reformulação conceitual da rede de bibliotecas. Automação dos procedimentos técnicos. Instalação de terminais de internet em 5 bibliotecas.	Rede Nacional de Pesquisa - RNP, MCT. SOCINFO/Universalização da informação. Prossiga Programas de inclusão digital, Criação do Proler.

Antes de iniciarmos o relato e a análise dos documentos que nortearam nosso caminho de reconstrução dessa rede, é oportuno, ainda, destacar alguns aspectos que precisam ser ressaltados e que pontuam a memória da criação das bibliotecas populares.

Cabe aqui a observação de que, ao buscarmos a documentação para embasamento de nosso estudo, poucos foram os registros encontrados referentes aos programas, projetos e políticas desenvolvidos, fato já referenciado na metodologia utilizada e que nos restringiu em uma análise mais detalhada.

Também relevante é a informação, fundamentada na documentação pesquisada e nas entrevistas e questionários aplicados, o fato dessa Rede de Bibliotecas estar atrelada às políticas de extensão da escola pública, servindo como suporte educacional às “pesquisas escolares” e atividades educativas afins.

Vários autores que se dedicam ao estudo das bibliotecas no Brasil apontam em seus estudos, que a biblioteca pública vem servindo ao longo dos anos como extensão das atividades escolares, revelando uma realidade brasileira.

Destacamos como dado relevante para essa condição, tomando como exemplo o Rio de Janeiro, o fato de até o ano de 1983, as áreas de educação e cultura estavam sob o comando administrativo de uma única secretaria reunindo as duas áreas, a Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Ainda como forma de ilustrarmos nossa abordagem selecionamos, na documentação pesquisada, o Relatório da Secretaria de Educação e Cultura para o exercício 1975-1979, onde constam os valores orçamentários destinados a ambas as áreas.

Para o Departamento de Cultura, órgão o qual as bibliotecas estavam subordinadas, e que corresponderia a pasta de cultura, os índices percentuais de investimentos foram 3%, 2%, 2% e 2% respectivamente para os anos 1976, 1977, 1978 e 1979. Esses dados refletem o peso e a importância das ações públicas para a área de cultura.

Ainda no relatório, observamos que as bibliotecas estão inseridas no chamado “Programa de Apoio”, no Plano de Ação Integrada do Departamento Geral de Cultura, ficando claro, assim, a categorização de uma estrutura de complementação de ação política na área educativa.

Estabelecidos os parâmetros iniciais, passaremos à análise da trajetória das bibliotecas populares, comprovando algumas teses de autores e estudiosos que constatarem que a biblioteca pública no Brasil carece de uma ação política mais consistente e contínua por parte dos governos. Além disso, as bibliotecas públicas desempenham o papel, na maioria dos casos, de bibliotecas escolares, deixando assim de cumprir sua tarefa de centros de informação, espaços culturais

preocupado com a formação do indivíduo e referência para a comunidade que se insere, conforme ressalta Milanesi (1984) em seu livro “Ordenar para desordenar”. O autor divulga pesquisa elaborada em 1984 demonstrando que a biblioteca pública não possui uma política de incremento ou incentivo de formação de espaços de cultura. Para ele, a biblioteca pública está mais a serviço da educação por falta de uma política de criação de bibliotecas escolares. Apesar de passados 20 anos da divulgação da pesquisa, constatamos que pouco se avançou nas políticas públicas de dotar as bibliotecas públicas de espaços destinados ao incremento da cultura do indivíduo.

Assim, a trajetória das bibliotecas populares é descrita e analisadas nos sub-capítulos a seguir, sendo adotada a demarcação por décadas e correlacionando às políticas culturais e de informação, bem como o quadro histórico-político da época, particularmente do Rio de Janeiro.

4.2.1 Década de 40: a cultura a serviço de um projeto político

Iniciamos nossa trajetória histórico-político-social da Rede de Bibliotecas Populares na década de 40.

O Rio de Janeiro era a Capital Federal do país, e, como Distrito Federal, naquela ocasião, o prefeito era escolhido pelo presidente da república. A administração, portanto, do prefeito nomeado, Henrique Toledo Dodsworth (1937-1945), baseou-se em uma ação atrelada à afirmação de construção do pensamento político do governo de Vargas, conforme já destacamos.

A Capital, por sua posição estratégica de centralidade do poder e vitrine do país, merecia atenção especial. Já havia, desde o início da década de 30, uma estratégia de construção do espaço urbano, de pensar a cidade como um espaço de desenvolvimento. A cidade vinha apresentando, desde início de 30 uma

evolução no seu processo de formação político e social, tornado o espaço urbano como local de identidade de uma nova era para o país.

Segundo o censo de 1940, elaborado pelo IBGE ([http://www. ibge. gov.br](http://www.ibge.gov.br)) a cidade do Rio de Janeiro apresentava uma população de aproximadamente 1.700.000 habitantes, com uma taxa de crescimento expressivo, resultado do status de ser a capital da República e pela expansão industrial, fatores que passaram a atrair mão-de-obra.

De acordo com estudo de Lobo (1978, apud Abreu, 1987), os dados referentes ao período 1940-50 apresentam crescimento de 30% de estabelecimentos comerciais; pessoal ocupado em 40% e o valor nominal da produção em 441%.

Será neste contexto que terá início o processo de idealização e implementação das bibliotecas populares no Rio de Janeiro. Podemos comprovar pela documentação utilizada e que trata da legislação referente à sua formação.

O primeiro documento que encontramos e que registra a intenção, por parte do governo do Distrito federal, em criar bibliotecas públicas foi a promulgação do decreto de nº 6.641, de 14 de março de 1940.

No bojo do regime político denominado de Estado Novo (1937-1945), e sob a conseqüente reorganização administrativa de estrutura do governo empreendida pelo DASP, o prefeito do Distrito Federal, Henrique Dodsworth, “aprova as tabelas de lotação do pessoal superior, dirigente e assistente dos serviços da prefeitura, além de definir a estrutura geral da organização dos mesmos”. Dessa maneira, cria-se o Serviço de Bibliotecas, subordinado ao Departamento de Difusão Cultural, da Secretaria Geral de Educação e Cultura.

Na verdade, tratava-se de definição de uma estrutura de cargos e funções e não de criação desses espaços culturais, o que só ocorrerá em 1945.

Esse interregno de cinco anos no tempo que segue entre o ato de estrutura de cargos funcionais e a autorização de instalação e inauguração da primeira biblioteca popular reflete a falta de uma ação mais consistente no que se refere à importância da biblioteca e do livro na política empreendida pela administração pública.

O que pensar em um prazo tão longo para se colocar em prática uma política cultural que já vinha sendo desenvolvida pelo governo Vargas, no âmbito da federação, com a ação do INL, especialmente se considerarmos que o Rio de Janeiro era a capital da república?

A cidade de São Paulo já dispunha da Biblioteca Mário de Andrade e naquela ocasião sua importância cultural ocupava destaque nacionalmente.

É bem verdade que tínhamos aqui na capital da República, a Biblioteca Nacional; mas esta apresentava características peculiares de uma biblioteca focada em um público mais selecionado, bem como a Biblioteca Municipal, pertencente ao Governo do Estado da Guanabara, ambas distantes dos bairros e da periferia.

Registramos esses fatos para reforçar nossa hipótese de que não havia, por parte do governo do Distrito Federal, uma ação política mais efetiva voltada à formação de bibliotecas, ainda que o Rio de Janeiro tivesse importância cultural.

Na verdade, o primeiro ato de formalização da atual Rede de Bibliotecas Populares foi a Resolução de nº 2, de cinco de janeiro de 1945, quando ainda o prefeito Dodsworth autoriza “a instalação de 20 bibliotecas populares no Distrito Federal em locais de fácil acesso, de preferência nas estações ferroviárias e seus arredores, no centro urbano, nos subúrbios e na zona rural”.

Ainda nessa resolução, fica estabelecido que essas bibliotecas teriam apenas o papel de empréstimo, “centros de distribuição de livros, não dispendo de instalações internas de leitura” e sem pagamento de taxa por parte do leitor.

É importante chamar a atenção para o desenvolvimento de uma ação em consonância com a prática e o ideal do governo central.

Estamos no Estado Novo e o presidente Vargas desenvolve uma política populista, de sedução das classes trabalhadoras como forma de legitimar o apoio ao governo.

A preocupação quanto à manipulação da informação e a construção de um pensamento ideológico de controle das massas pode ser observada abaixo, num trecho de publicação editada pelo governo em que são registradas “as horas de lazer do trabalhador”.

“Criado o descanso para os trabalhadores, que vão fazer eles durante este tempo? O obreiro, diz-se, não possui nem a cultura, nem a mentalidade, nem o gosto das classes ricas, só pode dele fazer mau uso; tem-se visto, neste momento, a introdução do dia de 8 horas e da semana inglesa.(...) O obreiro e o empregado, encerrado em sua usina, seu escritório ou sua loja, durante dias inteiros, que passa os seus momentos de descanso nas salas de espetáculos, dancings, cafés superlotados, para se divertir, não restabelece o equilíbrio, intoxica-se ainda mais”.¹³

Ainda como forma de exemplificar nossa hipótese, destacamos uma interessante observação de Suaiden (2000) em seu texto “A biblioteca pública no contexto da sociedade da informação”, sobre o ideário do Estado Novo e a criação do INL, que correlacionamos à política empreendida pelo Distrito Federal na criação de bibliotecas populares.

“Historicamente, a criação do INL deve-se a dois fatos. O primeiro era uma resposta do governo federal aos intelectuais que haviam participado da Semana de Arte Moderna e que criticavam muito a administração pela falta de uma política cultural. O segundo fator era que havia necessidade de dar especial atenção à nova classe de operários, pois basicamente a mão-de-obra não era qualificada e o analfabetismo atingia altas proporções nesse segmento”. (Suaiden, 2000)

Fica claro, portanto, que no ato do prefeito, ao privilegiar local de grande concentração e de fácil acesso, a intenção era em atender às classes mais populares, com ênfase nos trabalhadores, dando caráter mais social ao ato da leitura, desde que sob orientação do Estado.

Essa política pode ser ratificada ao verificarmos que a primeira biblioteca da rede, a Biblioteca do Leblon, foi doada pela Caixa Econômica do Rio de Janeiro, como prêmio do concurso do trabalhador na Semana da Economia de 1946.

¹³ Revista Educação Física, n 36, 1939. apud Nosso Século, 1984, p. 66.

O termo “rede de bibliotecas” surge ainda na década de 40, a partir de uma Resolução do então prefeito do Distrito Federal Ângelo Mendes de Moraes.

Sem precisar o número de bibliotecas a ser instalado, o ato do executivo municipal, datado de 17 de dezembro de 1948, apresenta como justificativas para a organização de uma rede de bibliotecas populares, a necessidade de “ampliar o plano de assistência educacional e cultural no Distrito Federal” e a “importância da biblioteca para o adolescente e adulto como instituição imprescindível na estrutura do ensino supletivo”.

O conceito de rede utilizado aqui tem sentido de cooperação, diferentemente de como entendemos atualmente, associado a sistemas informatizados e fluxos de informação.

Silva (1986), em seu artigo Compartilhamento de recursos e papel das redes de Informação, abordou a questão afirmando que a catalogação cooperativa, a elaboração de catálogos coletivos e a prática de aquisição planejada são atividades essenciais de uma rede. (apud SILVA, 1992, p.81).

Destacamos ainda como fonte de estudo sobre Redes e Sistemas de Informação o relatório de pesquisa “Estudo da viabilidade da participação de unidades de informação em programas cooperativos de automação”, coordenado por Pinheiro e com a participação de demais pesquisadores.

Por meio de seus artigos e parágrafos, a Resolução, define a forma de organização e o funcionamento das bibliotecas a serem criadas, determinando a organização de “uma rede de bibliotecas populares que se constituirão em centros de irradiação de cultura para a população”, enfatizando a instalação das mesmas nos cursos de ensino para adolescentes e adultos, com funcionamento após as 18 horas, preferencialmente, priorizando como serviço a ser oferecido pela biblioteca, o empréstimo de livros.

Fica, portanto, explícito o papel atribuído à biblioteca e o que se pretende com a sua criação. Mesmo estando sempre atrelada ao campo da cultura, em nenhum momento, sua regulamentação dá conta da importância desse espaço como um local de promoção da leitura ou de formação de público leitor.

Na verdade, aqui, ela adquire papel fundamental no reforço do ensino, em sintonia com o plano de assistência educacional e cultural conforme explicitado no ato do prefeito.

Milanese(1986) observa, em seu livro “Ordenar para desordenar”, a ênfase dada às bibliotecas escolares, explicitada nos documentos de organização do Conselho Bibliotecário em 1937, restritas apenas às coleção de livros.

Assim, por carência de bibliotecas escolares e pela política de formação educacional das classes trabalhadoras, conforme observado nos documentos aqui apresentados, as bibliotecas populares nascem com a tarefa de suprir essa demanda, cumprem seu papel de centros de cultura, seguindo a ideologia da época, embora em termos de bibliotecas escolares não seja satisfatória.

Com a preocupação em achar sintonia entre a política empreendida na recém-criada rede de bibliotecas e uma possível política de informação, atentamos apenas para o fato de que nesse momento a ênfase dada no ensino de Biblioteconomia era nas técnicas de recuperação e processamento técnico do acervo, prevalecendo a técnica sobre o caráter sócio-cultural de formação que esses espaços poderiam desempenhar.

O estudo de Sousa (1990, apud Cysne, 1993:56) ressalta as bases sobre as quais nasce o primeiro curso de Biblioteconomia no Brasil, como também foi a base de outros que nasceram posteriormente.

“o século XX iniciou-se na Biblioteconomia com uma série de iniciativas visando alcançar esse objetivo(primado da técnica), que vem sendo o tradicional da Biblioteconomia brasileira desse século:primeiro as normas, depois o acervo e, por último, o usuário.”

O primeiro curso de biblioteconomia no Brasil surgiu na Biblioteca Nacional em 1911, tendo começado a funcionar somente em 1915. De inspiração francesa, o curso tinha duração de um ano e, mesmo com enfoque no aspecto cultural, os objetivos do curso eram centrados nas necessidades técnicas da própria Biblioteca Nacional. (Sousa, 1990; Mueller, 1985; apud Cysne, 1993).

Mueller (1985), ao abordar a formação profissional do bibliotecário aponta a influência americana no ensino profissional, que se desenvolveu entre 1929 a 1962. Essa influência, segundo Milanese (1986), refletiu-se na organização da biblioteca pública no Brasil, privilegiando a organização, o catálogo, o controle do acervo, deixando de exercer o papel de mediador da leitura.

Segundo Cysne (1993, pág. 59), a partir de 1940, quando o DASP determina a divisão da carreira de bibliotecário em bibliotecário e bibliotecário auxiliar, vários cursos de formação foram criados. O propósito, ainda segundo a autora, era preparar tecnicamente profissionais para as bibliotecas públicas, passando as disciplinas técnicas a terem grande destaque na formação do profissional.

Pinheiro (Coord., 1989, p.20) ressalta que “na década de 40 são introduzidas novas técnicas biblioteconômicas e, pela primeira vez, são abordados temas como cooperação entre bibliotecas e estudada a criação de mecanismos necessários à operacionalização das atividades cooperativas”.

Cabe registrar a preocupação dos poderes públicos com a formação do profissional de biblioteca, refletida nas ações de organização das bibliotecas populares na década de 50, resultado do crescimento dos cursos de formação em várias instituições e universidades e que vai culminar na regulamentação do curso de nível superior em 1962. (Cysne, 1993, pág.60).

4.2.2 Décadas de 50 e 60: dos anos dourados aos anos de chumbo.

As décadas de 50 e 60 representam anos de avanço no que diz respeito à criação e inauguração de várias bibliotecas da Rede municipal. Marca também uma fase de incremento nas ações de documentação, com a criação do IBBD - Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, em 1954, vinculado ao CNPq, na ocasião denominado Conselho Nacional de Pesquisas e a conseqüente criação do Catálogo Coletivo Nacional de Publicações Seriadas; além da expansão dos cursos de biblioteconomia no Brasil. (Pinheiro, 1997; Cysne, 1993).

A implantação do Instituto teve influência externa da Unesco, em ação conjunta com a FGV, com “as seguintes finalidades: promover a criação e o desenvolvimento dos serviços especializados de bibliografia e documentação; estimular o intercâmbio entre bibliotecas e centros de documentação, no âmbito nacional e internacional; incentivar e coordenar o melhor aproveitamento dos recursos bibliográficos e documentários do país, tendo em vista, em particular, sua utilização na informação científica e tecnológica destinada aos pesquisadores”. (SEPLAN, 1984; Pinheiro, 1997)

Em relação as bibliotecas populares, são inauguradas unidades nos bairros de Botafogo, Campo Grande, Copacabana, Irajá, Méier, Olaria-Ramos, Rio Comprido, Engenho Novo, Ilha do Governador, Santa Cruz e Tijuca, totalizando onze em uma rede que pretendia ser constituída por 20 espaços de leitura, portanto, mais de 50% do previsto no decreto de 1948.

Por outro lado, a conjuntura político-econômico-cultural da época é extremamente rica em acontecimentos que marcam mudanças profundas na sociedade brasileira e nas ações que traçam a história da rede de bibliotecas populares.

Os anos 50 representaram, para o Brasil, uma era desenvolvimentista, de crescimento industrial e de formação da classe média urbana. As cidades adquirem importância no desenvolvimento do país.

O Rio de Janeiro já possuía 2.377.451 habitantes e demonstrava, nessa época, além de seu status de centralidade da República, centro de poder, importância cultural consolidada. Várias instituições culturais, como museus, teatros, a Biblioteca Nacional, cinemas e a própria produção artística davam ao Rio de Janeiro o lugar de capital cultural do país, além de concentrar o maior número de instituições de ensino, pesquisa e desenvolvimento, tais como universidades, institutos de pesquisas e agências de fomento à pesquisa.

Essa condição de vitrine do país vai sofrer uma ruptura em 1961, quando da transferência da capital federal para Brasília.

O Rio de Janeiro deixa de ser a Capital da República e passa à condição de cidade-estado da Guanabara. Esse fato, que vai gerar uma nova ordem

geopolítica, desencadeou, ainda em 1958, discussões e debates nos grandes jornais do Rio de Janeiro, por meio 32 reportagens nos principais jornais da época como Jornal do Brasil e Correio da Manhã, intituladas Que será do Rio. (Motta, 1994).

“Dentro de vinte e um meses a capital da República será transferida para Brasília. Ninguém mais nutre dúvida a respeito... Trata-se de cuidar da sorte da mais bela e da maior cidade brasileira (...) Não é mais possível fechar os olhos à realidade, encolher os ombros e dizer vagamente que a matéria já está regulada nas disposições transitórias da Constituição...” (Jornal do Brasil, 12/7/1958) (apud, Motta, 1994, p.)

Nos períodos de governo dos políticos, eleitos de forma direta pelos cariocas, Carlos Lacerda (1960-1965) e Negrão de Lima (1965-1971); e nomeado pelo governo militar, Chagas Freitas (1971-1975), procurou-se buscar a inserção do Rio de Janeiro na federação. (Motta, 2001, p.3)

Ainda na década de 60, não podemos ignorar o golpe militar de 1964 que resultará em mudanças profundas nas políticas estabelecidas. Sob o regime totalitário da ditadura militar, são discutidos os sistemas nacionais de informação atrelada à questão da segurança nacional. Dessa maneira, as políticas públicas para as informações científicas e tecnológicas, que surgirão na década de 70 enfatizando o planejamento estratégico, refletirão este regime, vinculando ciência e tecnologia e, conseqüentemente, informação, à questão da segurança nacional (Pinheiro 1997).

No âmbito da cultura, a censura é imposta no teatro, no cinema e na literatura. A lei de imprensa (1967), o AI-5(1968) e a nova Lei de Segurança Nacional (1969) cortaram e mutilaram o trabalho de artistas em todos os campos, além de apreender e queimar livros e publicações tidas como contrárias aos ideais do governo. (Nosso Século, 1986).

Ao analisarmos uma conjuntura de duas décadas de extrema importância e de rupturas no processo histórico do país, queremos sugerir que esse período foi decisivo para a trajetória da Rede de Bibliotecas Populares, inserida no contexto da cidade do Rio de Janeiro, bem como o marco de um período que vai definir e

estabelecer as barreiras práticas e teóricas que norteariam novas política de informação e cultura.

Retornando às bibliotecas populares e aos atos oficiais da década de 50, destacamos os decretos de nº 12.487 e 13.455, de 15 de maio de 1954 e 31 de janeiro de 1957, que procuram normatizar as funções exercidas por estas unidades de cultura.

Em ambos verifica-se o esforço do governo em prover as bibliotecas de organicidade administrativa e estabelecer regras de funcionamento, finalidades e competências.

O esforço da Prefeitura em institucionalizar a rede de bibliotecas pode ser observado no decreto de nº 12.487, de 15 de maio de 1954, ao subordiná-la à Biblioteca Municipal já existente, criada ainda no Império Brasileiro (1808-1889), atual Biblioteca Estadual Celso Kelly, na ocasião pertencente ao Município, que passa a coordenar e supervisionar os serviços técnicos.

Ainda no mesmo texto do decreto, destacamos o artigo que se refere “as bibliotecas serão orientadas por funcionários de livre escolha do secretário Geral de Educação e Cultura, mantendo um serviço de consulta e empréstimo a domicílio”.

Nota-se, portanto, que não há preocupação de alocar profissionais qualificados, capazes de promover uma ação educativa e cultural de promoção do livro, fato esse que foi corrigido em decreto municipal no ano de 1957, por meio dos capítulos II e III, quando trata da organização e atribuições do pessoal da rede de bibliotecas, e que destacamos a seguir:

“Art 5. Os serviços técnicos e auxiliares ficarão sob a responsabilidade de um bibliotecário ou técnico de biblioteconomia diplomado por entidade oficial, compreendendo a seleção e aquisição de livros, preparação, encadernação e restauração.”

O decreto de nº 13.448, de 25/01/1957, na verdade é o primeiro regulamento elaborado para as bibliotecas populares, cujo teor norteou os trabalhos até o ano

de 2003, quando novo texto é aprovado, e está atualmente para ser publicado como decreto municipal.

Este regulamento estabelecia competências, finalidades e organização das bibliotecas, dividindo em duas estruturas administrativas: Posto Central e Rede de Bibliotecas. No Posto Central concentravam-se os serviços técnicos e administrativos, incluindo aí, seleção de livros para compra, organização de bibliografias, registros de livros e folhetos, catalogação e classificação de acervo. Já a Rede de Bibliotecas referia-se às bibliotecas propriamente ditas, com suas atribuições voltadas para assistência cultural e educacional dos leitores.

Assim, baseados na documentação analisada que trata de dar legalidade aos atos das bibliotecas, podemos afirmar que os anos 50 representaram uma etapa de definição de procedimentos técnicos do acervo e regulamentação administrativa, como também sua relação com o usuário.

No campo das políticas públicas, destacamos a ação do Instituto Nacional do Livro no setor de biblioteca pública, doando as suas publicações a essas entidades e levantando e registrando as bibliotecas no país, o que resultou na edição do primeiro Guia das Bibliotecas brasileiras, tendo ocorrido várias edições, entre os anos 1944-1955.

“Estas publicações eram preparadas com base no registro das bibliotecas feito pelo INL. Ao solicitar o registro, a instituição fornecia várias informações com relação às instalações físicas, vinculação hierárquica, recursos humanos e financeiros, datas de criação e instalação, volume e natureza do acervo, entre outras. (...) passando assim a biblioteca a integrar o cadastro das instituições que deveriam ser contempladas com doações oficiais”.(Silva, 1992).

Sua ação em incentivar a organização, criação e manutenção de bibliotecas públicas resultou em uma política de êxito.¹⁴

Além do INL, outras instituições tiveram papel fundamental nas políticas de informação e no avanço dos processos técnicos das bibliotecas.

¹⁴ Para se ter uma idéia, das 332 bibliotecas públicas registradas no INL no período de 1938 a 1945. Igualmente é o resultado de bibliotecas escolares, dois terços das bibliotecas escolares que se registraram no INL, foram criadas entre 1939 e 1945.

O IBBD teve importância na política de desenvolvimento na área de documentação e pesquisa, coordenando projetos tais como a organização do Catálogo Bibliográfico Coletivo e da edição cooperativa de fichas catalográfica, além de ter publicado a primeira Bibliografia Brasileira por processo automatizado, na área de Física no ano de 1968.(Miranda, 1977, Pág. 62; Pinheiro e Loureiro, 1995)

A Rede de Bibliotecas Populares entra, portanto, na década de 60, com suas bases de organização definidas, iniciando um período de expansão de suas atividades educativas e culturais na cidade.

Nos anos 60 encontramos dois atos oficiais afetos às bibliotecas populares. O decreto n° 1.594, de 25 de março de 1963, e a Lei n° 784, de 12 de abril de 1965, ambos editados na ocasião em que o Rio de Janeiro já não era mais a Capital Federal.

No primeiro ato, referente ao ano de 1963, fica estabelecido uma nova estrutura para a Secretaria de Educação e Cultura, desmembrando as áreas educação e cultura em departamentos, e estabelecendo suas competências em Divisões.

O Serviço de Bibliotecas passa, assim, a ser uma Divisão de Bibliotecas e Documentação, subordinado ao Departamento de Cultura, da Secretaria de Educação e Cultura.

Essa legislação se enquadra no processo de redefinição político-administrativo pelo qual passa o Rio de Janeiro, refletindo na reorganização de órgãos públicos e suas respectivas competências.

Já em 1965, a Lei n° 784, de 12 de abril, autoriza o poder executivo a ampliar a Rede de Bibliotecas Populares, “criando novas unidades nos bairros que não existam, fazendo uso de bibliotecas ambulantes e adaptando novas unidades em salas anexas às escolas públicas do Estado”.

Acompanhando o crescimento e expansão da cidade que segue rumo à Zona Oeste, o governo entendeu que a utilização de “bibliotecas ambulantes” seria uma alternativa para a expansão no atendimento à população. Segundo relato de bibliotecária que acompanhou a implementação do projeto, e atual Diretora da

Diretoria de Bibliotecas, Ana Rodrigues, o serviço contou, inicialmente, com a utilização de um ônibus que percorria 10 logradouros públicos, distantes das bibliotecas populares. A Diretora complementou que o projeto se baseou em experiência americana, tendo sido pioneiro no Brasil, e contava em seu acervo obras de literatura, brasileira e estrangeira, e didáticos, além de profissionais da área de Biblioteconomia, no atendimento aos usuários.

Ainda no mesmo ato de 1965, em seu Art 2, fica determinado que “o acervo de livros dessas bibliotecas deverá estar atualizado com o ensino secundário, básico, científico, artesanal e rurícola...”

Chamamos atenção para a referência ao uso das bibliotecas, ratificada no texto da lei acima, quando estabelece que seu foco de atuação estava voltado para ensino e à formação e complementação escolar.

Alguns autores destacam esse papel desempenhado pela biblioteca pública. “Só a biblioteca pública pode dar ao estudante a oportunidade de ampliar os seus estudos, aprofundando seus conhecimentos e, acima de tudo, de tornar mais individual, esclarecido e frutífero o processo compulsório de socialização do estudante e do indivíduo”.(Miranda, 1977).

Outros autores, como Milanese, Suaiden apontam, em seus estudos, essa vocação da biblioteca pública em servir aos interesses da escola e dos alunos nas suas práticas do ensino. Esse fato é resultante de ausência de uma política de incremento desses espaços enquanto centros de informação, priorizando o público estudantil no atendimento da biblioteca pública.

Muitas teses e artigos publicados sobre a temática proposta envolvendo livro, leitura, biblioteca, informação contribuíram para o entendimento e compreensão do quadro teórico proposto por este trabalho.

No âmbito acadêmico, entre autores de dissertações e teses citamos Meregé, Miranda, Barroso, Figueiredo Filha, Alves como referência de sua contribuição para o estudo dos desafios propostos, pela dinâmica da biblioteca pública, aos cientistas da informação.

Como exemplo de política pública de informação, registramos o fato da criação em 1961 do Sistema Nacional de Bibliotecas, que, logo foi desativado e suas atribuições incorporadas pelo INL, as quais destacamos (Pinheiro, coord., 1989):

1. *prestar cooperação técnica e financeira aos estados, no que se refere à organização de bibliotecas públicas e à implantação do sistema;*
2. *realizar estudos sobre planejamento de recursos humanos para as bibliotecas brasileiras.*

4.2.3 Décadas de 70 e 80: a tecnologia avança nos processos da informação

O período que se estende entre os anos de 1961, quando deixa de ser Capital Federal, até 1975, quando ocorre a fusão com o Estado do Rio de Janeiro, significou um processo de reconstrução de identidade da cidade do Rio de Janeiro. O que não poderia deixar de refletir nas instituições públicas e no imaginário da população.

No campo político, o Brasil da década de 70 estava mergulhado em um regime de ditadura militar, experimentando profundas transformações iniciadas ainda nos anos 60, o que significou uma ruptura em seu processo político-administrativo.

A censura estava em toda parte, o que fez com que representasse um período bastante diferente do engajamento político e dos anos de rebeldia do início dos anos 60. Sob o temor do inimigo invisível, subtraíram de nossa sociedade “cabeças pensantes e interlocutores de uma ideologia” que poderiam ameaçar o projeto político da ditadura. (Nosso Século, 1984).

Ainda assim, no campo da cultura, destacamos o crescimento do cinema brasileiro, através do movimento do Cinema Novo, revelando nomes como Glauber Rocha, Nelson Pereira dos Santos entre outros. Vários grupos teatrais surgem no panorama cultural, entre eles Asdrúbal Trouxe o Trombone e O Grupo Oficina.

Na área do livro, da literatura e da ciência, a década de 70 reuniu alguns resultados significativos. Em 1973, segundo dados do Sindicato Nacional dos Editores do Livro, foram lançados 7.080 títulos, num total de 166 milhões de livros, incluindo edições e reedições; produto da ampliação das classes médias urbanas e do nível de escolaridade. (Nosso Século, 1984).

Na literatura utilizada para análise do período em questão, apontamos ainda o incremento das publicações científicas e de especialistas, refletindo em novos métodos de pesquisa e investigação científica especialmente nas ciências sociais. (Nosso Século, 1984, Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, 1984).

No que se refere aos objetivos e finalidades das bibliotecas populares, objeto de estudo desta dissertação, estes, certamente, encontraram eco não só na condição política, mas também, no movimento de reflexão, estudos e definições que o conceito de informação impôs como desafio aos especialistas e pesquisadores no campo das políticas públicas.

No âmbito da Rede de Bibliotecas Populares, os anos 70 representaram mais um período de crescimento expressivo.

Até 1978, seis bibliotecas foram criadas, beneficiando os bairros da Glória, Grajaú, Jacarepaguá, Paquetá, Penha, Santa Tereza. O Serviço de Bibliotecas Volantes ganha mais dois ônibus, aumentando, assim, o atendimento a outros logradouros, incrementando o conceito de biblioteca enquanto um espaço social e de abrangência no atendimento a uma parcela maior da população.

Cabe ressaltar que em março de 1975 ocorre a fusão do Estado da Guanabara com o Rio de Janeiro, dando origem ao Estado do Rio de Janeiro, capital Rio de Janeiro, acarretando em mais uma mudança na estrutura dos órgãos públicos e uma nova fisionomia político-administrativa.

Dessa maneira, pela edição do decreto nº 15, de 23 de maio de 1975, o poder executivo municipal estabelecia uma nova estrutura orgânica para a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, criando novas competências e outras providências. A Rede de Bibliotecas Populares encontrava-se administrativamente na Seção de Bibliotecas, na Divisão de Documentação, Biblioteca e Arquivo, do Departamento Geral de Cultura da referida Secretaria.

Em relatório elaborado pela Secretaria de Educação e Cultura para o exercício 75-79, já mencionado nesta dissertação, verificamos o registro de compra de 29.808 livros para as bibliotecas e um total de 1.968.464 usuários no período.

As bibliotecas volantes, com referência de “elementos integradores junto à comunidade servindo de suporte a diversos eventos culturais”, registrou um público de 61.627 usuários.

Trazendo novamente o período que estamos tratando à luz das políticas públicas de informação, é importante registrar que, no Brasil, sob o regime totalitário da ditadura militar, são discutidos os sistemas nacionais de informação. As políticas públicas para as informações científicas e tecnológicas, que surgirão na década de 70, refletirão o planejamento centralizado deste regime, onde destacamos a instituição dos Planos Nacionais de Desenvolvimento – os PNDs, que norteavam todas as iniciativas governamentais. (Miranda, 2004).

Estes planos econômicos, de números I e II referem-se aos períodos 1972-1974 e 1975-1979, respectivamente; e tinham como objetivos colocar o Brasil entre as nações desenvolvidas. No II PND previa-se a consolidação até 1980 de uma sociedade industrial moderna e de um modelo de economia competitiva, e, para isso, o investimento nas políticas de desenvolvimento científico-tecnológico era fundamental. (Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, 1984).

Também destacamos a criação, no Brasil, do mestrado em Ciência da Informação do IBBD (atual IBICT), com forte influência norte-americana e inglesa, transformando a discussão da informação em uma questão inovadora e campo do conhecimento. (Miranda, 1977).

Neste contexto, cabe ressaltar as políticas levadas a cabo pela UNESCO, especialmente para a América Latina, influenciando o desenvolvimento do setor de informação.

Silva (1994) inicia artigo sobre as políticas e programas de informação e documentação desenvolvidas pela Unesco enfatizando que “a partir da década de 70, a informação passou a ser reconhecida como um dos recursos que deveriam ser considerados no processo de desenvolvimento dos países, ao lado dos fatores humanos, econômicos, técnicos e sociais”.

A formação de conceito de NATIS (National Information Systems) foi aprovada em 1974, por ocasião da Conferência Intergovernamental do Planejamento das Infra-estruturas Nacionais de documentação, Bibliotecas e Arquivos da UNESCO, em Paris. Entre as suas finalidades, ao contrário daquelas elaboradas pela UNISIST, que privilegiava o fluxo de informação na área de Ciência e Tecnologia, o NATIS reconhecia que a informação é um pressuposto para as áreas de documentação, bibliotecas e arquivos, tornando o seu sentido mais amplo.(Silva, 1986).

Seu objetivo era estabelecer um “marco de referência para o intercâmbio de idéias e de experiências no planejamento coordenado de políticas de documentação, bibliotecas e arquivos, além de estabelecer linhas gerais para criação e desenvolvimento de infra-estruturas nacionais de informação e seus vínculos com os diferentes setores dos planos nacionais de desenvolvimento”.(UNESCO, 1974, apud Miranda, 1977, p.17)

A Conferência aprovou um total de 224 recomendações, onde destacamos “a criação ou melhoria de sistemas nacionais de informação ou das infra-estruturas necessárias para o funcionamento dos serviços de informação; definição de legislação, meios financeiro e pessoal qualificado para o desenvolvimento dos serviços; criação de mecanismos na Unesco para a coordenação dos sistemas de informação. (Silva, s/d)

A 17ª Conferência Geral da Unesco aprovou a criação do UNISIST, como um programa em longo prazo focado na informação científica e técnica e tinha como objetivos o compartilhamento da informação científica a nível mundial, a facilitação ao acesso à informação, o auxílio aos países em desenvolvimento nas suas ações de informação, estabelecimento de políticas e redes de informação. (Miranda, 1977; Silva, s/d,).

Os objetivos tanto do NATIS quanto do UNISIST, sob a ótica da UNESCO, eram de promover uma sociedade informada, entretanto, problemas de conflitos de ações, falta de recursos, investimentos em equipamento e tecnologia e de interesse por parte dos governos fizeram com que pouco se avançasse.(Miranda, 2004; Silva, 1986)

Todos esses debates e fatos, que marcaram a construção da Ciência da Informação, no Brasil, não poderiam deixar de contribuir e se refletir na área da Biblioteconomia, especialmente por suas relações de interdisciplinaridade. Ou seja, podem ter influenciado no papel fundamental de armazenar, recuperar, transformar e disseminar a informação que as bibliotecas devem cumprir.

A Biblioteconomia passa, portanto, por uma reflexão e redefinição de sua área de atuação, buscando em outras disciplinas fundamentos teóricos e práticos de aplicação. A utilização de tecnologia no desenvolvimento do trabalho de bibliotecários, introduzindo métodos automáticos de recuperação da informação traz uma nova perspectiva de atuação.

Segundo Mueller (1985; apud Cysne, 1993, p. 61-62), o panorama de crescimento político-econômico-cultural da década de setenta, o desenvolvimento do ensino de nível superior e de pós-graduação em diversas áreas, tiveram influência no desenvolvimento da Biblioteconomia, levando a uma reflexão com a formação de profissionais em consonâncias com as mudanças ocorridas no quadro nacional.

“O 8º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, celebrado em Brasília, em 1975, com a participação de 2000 bibliotecários e de outros profissionais envolvidos na transferência da informação, significativamente foi devotado ao estudo da “Responsabilidade Social das Bibliotecas nos Planos Setoriais da Educação”, enfatizando as discussões na questão da informação como instrumento da própria educação. (Miranda, 1977, p.38)

Cabe registrar que, ainda assim, não vislumbramos, na documentação pesquisada e nos relatos das bibliotecárias das bibliotecas populares por nós colhidos, uma política satisfatória e de avanço nos investimentos e prioridades para essa área. Relembramos, aqui, o relatório para o período 1975-1979, já mencionado, e que registra a tímida dotação orçamentária destinada à aplicação nessa área.

Novamente, tomamos um trecho da obra de Miranda (1977), onde o autor se refere ao fato de que, ainda que reconhecendo a importância do INL, a função e

papel da biblioteca nos anos 70 são tímidos frente às necessidades de formação de um público leitor.

“Num país como o Brasil, onde é raro encontrarem-se bibliotecas escolares; onde as bibliotecas públicas – quando existem – estão apenas atendendo a uma clientela escolar e não a toda população, como deveriam; onde as bibliotecas universitárias e especializadas estão cumprindo algumas das funções que corresponderiam à Biblioteca Nacional, porque esta instituição não tem acesso aos recursos financeiros requeridos para o cumprimento cabal de seu papel, a importância das estatísticas é limitada. As cifras e números devem ser vistos com malícia”.(Miranda, 1977, p.39).

A partir do final da década de 70 inaugura-se no país um período de distensão política. O General João Baptista de Figueiredo (1979- 1984) toma posse em março de 79 com um discurso de compromisso com os direitos dos cidadãos.

“Reafirmo: não descansarei até estar plenamente assegurado, sem sobressaltos – o gozo de todos os direitos do homem e do cidadão, inscritos na Constituição. Reafirmo meu gesto: a mão estendida em conciliação”. (Nosso Século, 1984, p. 148).

Eleições, Lei da Anistia, fim do bipartidarismo eram sinais de que os ventos da democracia começaram a soprar.

Os anos 80 experimentaram a rearticulação da sociedade civil, o surgimento do movimento sindical no ABC Paulista, a reorganização dos partidos políticos, o movimento das diretas já.

O Rio de Janeiro, tambor do movimento político e cultural do país, palco de várias manifestações e movimentos de vanguarda, já era uma metrópole de mais de 5 milhões de habitantes(Anuário Estatístico da Cidade do Rio de Janeiro, 1998). Cidade partida, como se refere Zuenir Ventura, revelando um espaço de contrastes sociais, resultado do crescimento das metrópoles, inauguramos um período de retorno de engajamento político da sociedade civil, e o ressurgimento da

preocupação de políticas públicas que garantam a inovação do processo de comunicação que se inicia.

A Secretaria Municipal de Cultura inaugura as duas últimas bibliotecas populares previstas inicialmente na Resolução do executivo municipal de 1945, a de Bangu, em 1981, e a da Gamboa, em 1983.

Em 1986, mais uma reforma administrativa entra em vigor, por meio dos decretos de nº 5649, de 01/01/83 e de nº 6024, de 31/10/83, estabelecendo uma nova estrutura básica para a Secretaria Municipal de Cultura. A Divisão de Documentação e Biblioteca fica subordinada ao Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural. Podemos observar que ao agregar a denominação “informação” ao Departamento responsável pelas bibliotecas públicas, estamos, novamente, conectados a um avanço nas discussões sobre o papel da Biblioteconomia, sob a perspectiva das políticas de informação e possível influência da Ciência da Informação.

A tecnologia passa a ser um instrumento de desenvolvimento de sistemas, redes e serviços de informação, criando a indústria da informação. Pinheiro e Loureiro (1995) referem-se à questão ao analisar a evolução dos conceitos e definições da área. Os autores apontam a importância e a influência da criação do curso de mestrado e, posteriormente, de doutorado na área de Ciência da Informação, ministrado pelo Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia (IBICT). Nesse contexto, chamam a atenção para as três fases do curso, tendo a década de 80 como sua etapa de consolidação (Pinheiro & Loureiro, 1995).

No campo das políticas de promoção da leitura e de transformação das bibliotecas em centros de informação, não encontramos registros significativos. Mas, certamente, representavam unidades culturais para as comunidades as quais atendem. Como dado significativo para tal fato, apontamos a ação das associações dos amigos das bibliotecas, que, além de colaborar com o incremento na difusão do livro, desenvolviam várias atividades de extensão cultural, visando a democratização e o acesso ao livro. Encontramos na documentação referente às Bibliotecas populares, arquivada no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, um quantitativo expressivo de material de divulgação de ações culturais de extensão

realizadas nessas Bibliotecas, comprovando a participação de suas Associações de Amigos nas atividades desenvolvidas na Rede.

Ainda tomando como fonte os depoimentos das bibliotecárias das bibliotecas populares, registramos que, investimento em programas visando adequar esse local de prazer pelo texto ou de formação de público leitor, era extremamente pequeno, quando inexistente. O acervo não era atualizado, forçando as bibliotecas a contar com as doações.

Esta última afirmação é constatada por meio de consulta ao Relatório “Situação das Bibliotecas do Rio de Janeiro”, elaborado pela 7ª Região do Conselho Regional de Biblioteconomia, no ano de 1987, realizado com o objetivo de fazer um diagnóstico das bibliotecas localizadas no Estado do Rio de Janeiro. O documento aponta um pequeno crescimento de acervo nas bibliotecas populares no período de 1976-1985, bem como decréscimo na consulta/empréstimo no período de quatro anos, conforme quadro reproduzido a seguir:

Quadro 2: Dados Estatísticos das Bibliotecas Populares(RJ)

Bibliotecas	Data de fundação	Acervo (títulos de livros)		Consulta/Empréstimo	
		1976	1985	1981	1985
Méier	1952	7.584	8.363	20.052	25.640
Olaria/Ramos	1952	8.142	13.718	77.108	<u>55.060</u>
Campo Grande	1952	11.019	13.396	63.532	<u>59.200</u>
Copacabana	1954	25.764	29.238	152.545	<u>151.087</u>
Botafogo	1956	16.257	18.668	35.939	36.210
Rio Comprido	1958	16.692	18.148	85.528	<u>55.760</u>
Irajá	1959	7.189	9.875	48.551	<u>31.470</u>

Fonte: Relatório Situação das Bibliotecas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Conselho Regional de Biblioteconomia.

7º Região, 1987

Observamos que, com exceção da Biblioteca de Olaria-Ramos, as demais Bibliotecas tiveram seu acervo acrescido entre 10% e 25% em um período de 9 anos. Das 7 Bibliotecas analisadas, 5 tiveram seu serviço de consulta/empréstimo decrescido, nos levando a concluir que o período em questão pode significar anos de pouco investimento público e de política cultural que contemplasse esta área de atuação ou iniciativas insuficientes, por parte das próprias Bibliotecas, em disseminar seus serviços e produtos e assim superar estes problemas, pelo menos parcialmente.

Ainda como resultado, apresenta o dado de que 70% de seu público é de estudante, inexistência de uma política de ação das bibliotecas consoantes com a evolução da tecnologia da informação nem o progresso das áreas de comunicação e do lazer. (Relatório Situação das Bibliotecas do Rio de Janeiro, 1987, p.12)

4.2.4 Década de 90: uma década de rupturas

Ao chegarmos à década de 90 a estrutura administrativa das bibliotecas sofre novas modificações.

As bibliotecas, por iniciativa de projeto de lei do Legislativo, posteriormente regulamentado através de decreto do executivo, passam a denominar-se por meio de nomes de autores falecidos e consagrados na literatura nacional. Segundo o ato que determinara tal feito, o Decreto nº 10205, de 18 de junho de 1991, o objetivo é criar uma identidade cultural na comunidade.

É importante frisar que o Secretário de Cultura na época é o escritor Carlos Eduardo Novaes, fato esse que propiciou maior atenção à política de valorização do livro, a leitura e a literatura.

Ainda assim, a verba destinada para a manutenção das bibliotecas, sua expansão e investimento era extremamente escassa, acarretando problemas com a Rede de Bibliotecas como acervo desatualizado, falta de investimento na área de automação e formação profissional.

Por outro lado, as estruturas físicas encontravam-se bastante precárias e os ônibus pertencentes ao serviço de bibliotecas volantes quase desativados. As bibliotecas tinham a função praticamente de atendimento aos estudantes, situação reforçada pelo fato das escolas não contarem com bibliotecas escolares. A biblioteca pública, portanto, tinha apenas o papel de atendimento escolar, deixando para trás sua função primordial definida no Manifesto da Unesco de 1948 como espaço de cultura, de formação do indivíduo.

Isso pode ser comprovado ao avaliarmos o quadro orçamentário destinado às bibliotecas e reforçado pelo relato de técnicos e chefes das bibliotecas.

Teremos mais uma reforma administrativa na década de 90, no ano de 1993, desmembrando a Secretaria de Cultura e Turismo, transformando a área de cultura em uma única pasta denominada Secretaria de Cultura e ganhando uma nova dimensão para suas áreas afins. Em função disso são criadas novas categorias funcionais e, entre elas, a de auxiliar de biblioteca, visando iniciar um processo de transformação no funcionamento e gerando uma nova dinâmica no funcionamento das bibliotecas, o que terá início em 1993.

No final da década de 90 podemos observar a criação de mais cinco bibliotecas; porém, com características bem diferentes das quais foram criadas até então e que serão tratadas posteriormente em capítulo sobre a situação atual da Rede de Bibliotecas ¹⁵.

5. BIBLIOTECAS POPULARES: UMA NOVA DÉCADA, NOVAS LEITURAS.

Ao chegarmos à década de 90 nos deparamos com o período proposto para análise conjuntural e estrutural das Bibliotecas Populares do Rio de Janeiro, objeto de nossa pesquisa, selecionado por ser a fase na qual encontramos dados estatísticos disponíveis e relatórios propícios à análise.

¹⁵ São criadas bibliotecas comunitárias nas áreas atendidas pelo programa Favela Bairro, com acervo de aproximadamente 500 volumes e área para atividades culturais da comunidade.

Este período corresponde a uma ruptura na trajetória da rede, marcado por uma política pública que tinha a intenção de mudar o conceito de administração pública e de reformulação nas formas de ação prática. Ao mesmo tempo, caracteriza-se por ser um período de transformações na estrutura e superestrutura da sociedade. O desenvolvimento tecnológico atrelado a processos de modificações de estruturas econômicas transformou o mundo num espaço global, atribuindo novos valores a categorias como tempo e espaço.

“O computador e as telecomunicações correspondem ao nomadismo das megalópoles e das redes internacionais. (...) Ao contrário da escrita, a informática não reduplica a inscrição sobre território; ela serve à mobilização permanente dos homens e das coisas que talvez tenha começado com a revolução industrial. A escrita era o eco, sobre um plano cognitivo, da invenção sociotécnica do tempo delimitado e do estoque. A informática, ao contrário, faz parte do trabalho de reabsorção de um espaço-tempo social viscoso, de forte inércia, em proveito de uma reorganização e em tempo real dos agenciamentos sociotécnicos: flexibilidade, fluxo tensionado, estoque zero, prazo zero”.(Levy, 1993).

Somado a isso, as cidades tomaram uma nova dimensão nesse processo de mutação tecnológica, como se refere Muniz Sodré (2002).

A cidade do Rio de Janeiro, local de nosso estudo, não fugiu desse processo. A cidade foi sede de importante evento internacional, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – a Eco 92 -, reunindo mais de 175 representantes de países do mundo inteiro, ratificando o meio-ambiente como importante tema na pauta de discussão e planejamento urbano mundial. (Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro, 1999).

Repensar a cidade, o espaço urbano e as metas de desenvolvimento para as cidades tornaram-se elementos fundamentais para as políticas públicas empreendidas nesse período. Como reflexo dessa conjunção de fatores, a gestão do prefeito Cesar Maia (1993-1996) buscou aprofundar essa discussão através de inúmeros programas e projetos de valorização do espaço público como identidade

da população que nele vivem, citados a seguir. (Relatório de Gestão, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1993).

Importantes investimentos foram aplicados em programas de organização do espaço urbano e de inclusão social como o Favela-Bairro, o Rio Cidade, a construção da Linha Amarela, além do saneamento das finanças públicas do município, possibilitando a aplicação de recursos em várias áreas de política pública. Preparar a cidade para um novo século, numa década marcada pela inovação tecnológica nos processos de produção e serviços, representava um desafio em uma cidade como o Rio de Janeiro, 4^o maior aglomeração urbana da América Latina. (Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro).

E melhor, reconhecer a vocação da cidade como centro cultural do país, obrigou a gestão municipal a incrementar uma política de investimentos significativos, não só em programas e projetos nas diversas manifestações artísticas, mas também em infra-estrutura dos espaços culturais pertencentes à Prefeitura, onde destacamos as bibliotecas populares. (Programa de Metas da Secretaria Municipal de Cultura, 1993-1996; Programa de Governo. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1993-1996).

A Secretaria de Cultura passa, portanto, a ter uma posição de destaque e importância no processo de desenvolvimento e valorização do espaço público, fato este comprovado por sua inclusão no grupo de política pública municipal de desenvolvimento econômico, juntamente com as Secretarias de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico, Fazenda, Urbanismo e outras. (Programa de Governo. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1993-1996)

Responsável pela Rede de Bibliotecas Populares da Cidade do Rio de Janeiro, o Departamento de Documentação e Informação da Secretaria Municipal de Cultura procurou traçar uma política de reformulação desses espaços, com o objetivo de executar uma ação para que o livro deixasse de ser um privilégio e representasse um instrumento de transformação.

Por outro lado, a aproximação de um novo século apontava novas ferramentas de trabalho, provocando a redefinição na forma de pensar esse espaço de leitura, de centro de cultura e informação. A automação e criação de

bibliotecas virtuais e digitais, a digitalização de documentos e a oferta de serviços apresentando novas formas de disseminação do conhecimento e, conseqüentemente, o desenvolvimento científico e tecnológico, davam sinais do surgimento da indústria da informação, ou seja, da informação como valor de mercado.

Muniz Sodré (2002) chama atenção em seu livro *Antropológica do Espelho* o entendimento do mundo da cultura por meio da aliança de três fatores: comunicação, tecnologia e economia de mercado. Diz o autor que esses fatores configuram uma tecnocultura, cultura de comunicação ou cultura mediatizada, campo comunicacional enquanto instância de produção de bens simbólicos ou culturais, numa sociedade impregnada pelos dispositivos maquínicos de estetização ou culturalização da realidade.

Neste caso, acompanhamos um extraordinário avanço da tecnologia atrelada à expansão do capital em um processo tendencial de transnacionalização do sistema produtivo e ao que chamamos de globalização. Globalização no sentido de velocidade de deslocamento de capitais e informação, inaugurando uma etapa da história da sociedade onde a velocidade age diretamente no que se refere ao volume de dados, transmissão e valor da informação. (Muniz Sodré, 2002)

Assim, um novo paradigma tecnológico aliado a uma conjunção de fatores de ordem econômica, cultural e política fez com que se repensasse o conceito de biblioteca pública que o governo deveria imprimir em seu plano de governo.

Era necessário que a biblioteca procurasse se adequar a uma nova exigência do público leitor ávido pela informação rápida, universal e “on line” que a internet torna possível.

O tempo real e “quebra dos muros”, no que se refere à universalização da informação, influenciou diretamente no formato e na política adotada na rede de bibliotecas.

Como traçar uma política que vencesse todos esses novos desafios?

A tecnologia deixa de ser apenas uma ferramenta de organização, recuperação de informação ou automação dos processos bibliográficos e passa a ser instrumento de busca pela informação.

Nos documentos elaborados juntamente com técnicos do Programa Nacional de Leitura - Proler, do Ministério da Cultura, onde o Departamento de Documentação e Informação definiria uma política de ação, a biblioteca, portanto, não podia ser vista apenas como um depósito de livro, de informações estáticas, um silencioso templo do saber, mas sim como um espaço onde o leitor se sentisse estimulado a buscar as informações necessárias e retornasse para descobrir o mundo da leitura.

A política escolhida para dar início a todo esse processo de transformação pelo qual passou a biblioteca popular baseava-se, portanto, em ações de estímulo às práticas leitoras. Ou seja, pautada na necessidade de garantir maior conforto nas instalações físicas, na compra de equipamentos modernos de comunicação, na criação de espaços propícios a programas voltados para a comunidade, farta programação cultural privilegiando as mais diversas linguagens culturais, com foco nos textos e/ou autores literários, na garantia de um acervo atualizado, de qualidade e atento às peculiaridades daquela comunidade em que estava inserida e, também muito importante, na aplicação de TCIs nos processos de organização, recuperação e disseminação da informação.

Ao garantir a aproximação do público à biblioteca, transformando este local em uma referência da comunidade ou do bairro a qual está localizada, a política voltada para as práticas da leitura, de acordo com a proposta idealizada pela Secretaria de Cultura, se tornaria mais efetiva.

Ainda na definição de objetivos a serem seguidos pela administração municipal e, em colaboração com a Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil, estabeleceu-se como público-alvo, as crianças e os jovens, por entender que a leitura pode ser sedimentada e transformada em uma prática que acompanha o

indivíduo durante toda a sua existência, transformando-se em um ato de descoberta, reflexão e compreensão de vida.¹⁶

É importante chamar a atenção que o período pelo qual nos debruçamos também foi marcado por políticas públicas de incentivo à leitura seguida de um amplo movimento nacional ao qual se incorpora uma série de instituições/organizações, ou seja, escolas, sindicatos, bibliotecas, centros paroquiais, associações, organizações não governamentais e, inclusive, voluntários, que desenvolviam significativo trabalho junto à coletividade.

Para citar apenas alguns, na cidade do Rio de Janeiro, inúmeros programas de promoção da leitura ainda hoje vêm sendo desenvolvidos por instituições como a Biblioteca Nacional, através da Casa da Leitura, o Instituto Nacional do Livro Infantil e Juvenil, o projeto Leia Brasil da Petrobrás. Não esqueçamos do programa do Ministério da Cultura, Uma biblioteca em cada município, que incentivou e contribuiu para a criação e instalação de várias bibliotecas públicas em municípios que até então nada tinham a oferecer ao cidadão, em termos de políticas públicas na área do livro.

As bibliotecas incluídas neste programa tinham o compromisso de vincular-se ao Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, coordenado pela Fundação Biblioteca Nacional. No ano de 1999 foram implantadas 354 novas bibliotecas públicas, com investimento de quase R\$ 14 milhões. Houve uma substancial evolução comparativamente aos anos anteriores, já que em 1996, foram criadas 45 bibliotecas, com um total de R\$ 1,9 milhão; em 1997, 68 bibliotecas, com um investimento de R\$ 2,7 milhões; e em 1998 foram implantadas 219 bibliotecas, com uma verba de R\$ 8,5 milhões. No período 1996-1999, o Programa viabilizou a implantação de 686 novas bibliotecas públicas, totalizando um investimento de R\$ 27,4 milhões. (Cultura no Brasil, Ministério da Cultura, 1999).

Ainda no campo da cultura, assistimos a programas que marcaram a década e inovaram na política de promoção do livro e da leitura, como, por exemplo, as rodas de leitura, realizadas no Centro Cultural Banco do Brasil, contando com a participação de mediadores de leituras e autores na divulgação

¹⁶ Pode-se observar esses objetivos nos relatórios anuais da Secretaria Municipal de Cultura e nos relatórios

de textos literários; as leituras de textos clássicos e populares por atores nos teatros da cidade, inovando no tratamento do texto enquanto espetáculo; a grandeza das bienais, transformando o livro em produto gerador de lucros e força econômica; o surgimento das mega-livrarias, transformando um espaço comercial em local de prazer e leitura, entre outros.

Assim é que este período é significativo e relevante no desenvolvimento de políticas públicas e de ações voltadas à democratização do livro e sua relação com a prática da leitura, buscando a sua divulgação enquanto canal de conhecimento e procurando garantir um maior acesso à população.

Somado a todos esses aspectos já ressaltados de transformações advindas pela introdução de tecnologia nos processos que envolvem as funções das bibliotecas, o período em questão apresenta conjuntura favorável para o parque editorial brasileiro, demonstrando um movimento de crescimento significativo, e, registrando, especialmente, saltos quantitativos e qualitativos na área da literatura infantil¹⁷.

5.1 Um relato de experiência: um aprendizado

Como estaremos tratando de um período específico de análise, pautado em uma experiência de trabalho; para compreensão do tema que estamos abordando, ou seja, a transformação do espaço das bibliotecas populares, durante uma década de evolução no conceito de informação, acentuando o seu valor estratégico, político, cultural, educativo e social, atribuindo-lhe também valor econômico, agregando posição de mercado, precioso para a chamada sociedade da informação e do conhecimento, e como essas modificações influenciaram ou não seu papel de formação de público leitor, torna-se importante fazermos uma síntese da conjuntura no período proposto (1993-2003).

de participação de técnicos em seminários sobre o problema em questão.

¹⁷ Lembramos a premiação da autora Ana Maria Machado com o prêmio Hans Christien Andersen, na Feira de Bolonha, Itália, 1999, representando verdadeiro reconhecimento internacional de sua obra e mais recentemente seu ingresso na Academia Brasileira de Letras como único integrante representando a literatura infantil

5.1.1 Uma política, muita ação.

Para que se tornasse efetivamente uma Rede, no sentido que Cunha (apud Souza, 1988) imprime ao termo, ou seja, uma estrutura horizontal externa das relações ente várias organizações, foi preciso avaliar e instituir um esquema de funcionamento dessa rede. Segundo Sousa (1988), o conceito de rede aplicado pelo Unesco ao UNISIST significa o conjunto de componentes inter-relacionados que, de comum acordo, provêm a transmissão de informação dos produtores aos seus usuários, de conformidade com normas e procedimentos.

Primeiro era importante centralizar as tomadas de decisões no que se refere às ações e programas a serem implementados.

Acervos documentais, serviço de catalogação, seleção e compra de acervo, definição de prioridades e recursos, políticas de promoção do livro e da leitura passaram a ser decisões do Departamento de Documentação e Informação Cultural, em consonância com a Diretoria de Bibliotecas e as chefias das bibliotecas.

Para implementar uma nova política, técnicos da Diretoria de Bibliotecas foram pesquisar entre relatos, estudos e experiências de outras instituições similares, encontrando na Fundação Proler, vinculada a Biblioteca Nacional, do Ministério da Cultura, bases para a reformulação conceitual do espaço biblioteca.

Assim, estabeleceram como metas e prioridades iniciais, a reforma e a adequação do espaço físico, as ações de promoção do livro, a atualização do acervo, o treinamento da equipe técnica e adequação das bibliotecas em tecnologias de informação, de forma a oferecer condição de trabalho técnico mais eficiente, melhor atendimento ao leitor e a promover a inclusão digital do usuário.

É oportuno destacar que, mais do que inclusão digital, deve ser pensada a implantação de políticas voltadas para a área de “competência informacional” (“information literacy”), já comentada nesta dissertação.

Os relatórios anuais do Departamento de Documentação e Informação Cultural e da Diretoria de Bibliotecas revelam as ações acima descritas. Destacamos como resultado positivo, segundo profissionais da Rede, o treinamento da equipe de bibliotecários com o objetivo de dar-lhes a noção da importância do papel desse profissional como mediador do livro e da leitura.

O treinamento, além de uma parte conceitual sobre o papel da biblioteca, ministrada por profissionais da área de Literatura e Biblioteconomia, apresentava curso de contadores de histórias, como forma de promoção do texto junto aos leitores das bibliotecas populares.

Benge (apud Mueller, 1988) já se referia a esse papel do bibliotecário como agente de integração do conhecimento, depositando neste a responsabilidade de transmissão e mediação da cultura depositada na biblioteca.

Segundo ainda técnicos e autoridades responsáveis por todo o processo pelo qual passou a Rede de Bibliotecas, houve uma forte influência da experiência francesa em bibliotecas públicas daquele país, especialmente nas ações de promoção da leitura.

A titular da Secretaria de Cultura deu início a um contato com o Departamento da Leitura e das Bibliotecas Territoriais do Ministério da Cultura da França e com o Consulado francês no Rio de Janeiro com o objetivo de estreitar relações e promover a troca de experiências, buscando uma política mais focada na concepção de biblioteca como um espaço social de transformação. (Relatório da Secretaria Municipal de Cultura, 1993).

A biblioteca adquire um papel que extrapola o livro, servindo de elemento de ligação entre o conhecimento e a população.

Esse formato de concepção encontra em Dana (apud Mueller, 1988) ao apresentar a idéia de biblioteca pública como uma força cultural atuante em sua comunidade, uma célula comunitária, agindo na construção do conhecimento do homem.

Em relatório de viagem à França na tentativa de estreitar ainda mais os laços de cooperação técnica, a Diretora do Departamento de Documentação e Informação Cultural, órgão o qual a Diretoria de Bibliotecas está subordinada,

relata a visita a algumas unidades da rede de bibliotecas municipais com clara política de combate à exclusão social e analfabetismo, buscando uma integração entre os diferentes atores do livro e da escrita. (Relatório de viagem da Diretora do Departamento de Documentação e Informação Cultural, 2000).

Torna-se clara a influência dessa experiência internacional quando observamos que a partir do ano de 1999, inicia-se a idealização e abertura de bibliotecas populares com características comunitárias, em localidades atendidas pelo programa Favela-Bairro, e com a participação efetiva da comunidade. O bibliotecário, nesse caso, desempenha o papel de mediador entre o acervo ali depositado e os interesses de leitura daquela população.

Encontramos entre os objetivos descritos em documento do departamento de Desenvolvimento da Leitura e das Bibliotecas Territoriais, do Ministério da Cultura da França, a ênfase em estabelecer uma política que eles denominam de “para fora das paredes”, ou seja, uma política de implantação de bibliotecas em áreas comunitárias, longe dos grandes centros e também o incentivo na formação de mediadores do livro como elemento importante para o desenvolvimento do livro e da leitura.

5.1.2 Situação física: fronteiras e limites das bibliotecas

Dar dimensão ao espaço físico é compreender que o edifício ou local de instalação da biblioteca está investido de um significado social e de valor do bem cultural. Assim, adquirem posição estratégica em uma política de valorização da biblioteca enquanto produto cultural e local de transformação da concepção da informação num tempo marcado pela revolução tecnológica.

De acordo com as metas estabelecidas pelo Departamento de Documentação e Informação Cultural para o ano de 1993, foi elaborado um plano de obras que contemplou todas as unidades físicas das bibliotecas, o que se

estendeu até o ano de 1995, conforme relatório de atividades dos anos pertinentes. (Relatório de Atividades. Departamento de Documentação e Informação Cultural, 1993-1994)

Muitas das bibliotecas funcionam em prédios alugados, o que, de certa maneira, dificultou a melhoria e reforma pretendida, uma vez que as melhorias e/ou modificações mereciam aprovação dos proprietários do imóvel. Outra dificuldade enfatizada era as instalações elétrica e hidráulica, pois muitas das vezes por serem imóveis antigos, a necessidade de troca integral ou constantes consertos mereceu paralisação das atividades ou fechamento das bibliotecas.

Outra forma de instalação física das bibliotecas dá-se no complexo do que denominamos de Região Administrativa, ou seja, um único espaço físico que reúne vários órgãos públicos da administração pública municipal e outras esferas de governo.

Encontramos nessa situação as bibliotecas de Bangu, Campo Grande, Irajá, Leblon, Olaria-Ramos e Penha.

Com exceção da Biblioteca Popular de Irajá, que teve sua construção planejada para funcionar como biblioteca, todas as demais foram adaptadas em prédios e espaços da cidade sem que fossem observados os requisitos técnicos necessários para o seu pleno funcionamento como centros de informação.

Primeira biblioteca projetada para funcionar como biblioteca, a Biblioteca João do Rio, conforme é denominada, foi eleita biblioteca padrão em reportagem elaborada pelo Jornal do Brasil no ano de 1997, após a visita de especialistas, estudantes e escritores em diversas bibliotecas espalhadas pela cidade do Rio de Janeiro. Tomando como parâmetro de avaliação o acervo, atendimento, instalações e atividades realizadas nesses espaços, a Biblioteca Popular de Irajá apresentou nível satisfatório em todos os itens avaliados, com destaque para a atualização do acervo. (Jornal do Brasil, 16/11/1997, Caderno Cidade, p.35).

Em 1996, a Biblioteca Popular da Ilha do Governador veio se juntar ao status de Irajá, tendo sua construção totalmente planejada para a ocupação de uma biblioteca moderna e confortável. Com uma área de mais de mil metros quadrados, a Biblioteca Euclides da Cunha, funcionava até então em uma

pequena sala de 100m². O prédio totalmente construído para o funcionamento de uma biblioteca, recebeu prêmio por sua arquitetura pelo Instituto de Arquitetos Brasileiros, e conta com um complexo de auditório, salas de exposição, reserva técnica, sala de vídeo, espaço dedicado para as crianças, como brinquedoteca e área externa com opções de lazer.

As bibliotecas da Gamboa e de Santa Tereza funcionam dentro dos centros culturais José Bonifácio e Laurinda Santos Lobo, respectivamente.

A biblioteca de Santa Cruz que até o ano de 1999 funcionava em uma pequena casa do bairro, com área útil em torno de 70 m², teve sua transferência efetivada no ano de 2000, para o Centro Cultural Palacete de Santa Cruz, prédio histórico do século XVIII, referência para a história do bairro e da cidade.

Abaixo, quadro resumido da localização/sede das bibliotecas populares, onde podemos observar que, ainda que tenha havido um esforço da administração municipal em realizar obras e melhorias nos prédios onde estão instaladas as bibliotecas, ainda é significativa a ausência de uma política de construção e/ou instalação das bibliotecas em prédios que reúnam características adequadas e necessidades técnicas para o seu pleno funcionamento. Apesar da maior parte das bibliotecas estarem instaladas em prédios de propriedade municipal, apenas 2 bibliotecas, as localizadas nos bairros de Irajá e Ilha do Governador, apresentam instalações físicas concebidas com a finalidade de centros de informação.

Em quase sua totalidade, de acordo com o questionário aplicado às chefes das bibliotecas, o espaço físico é insuficiente para as atividades e demandas apresentadas nas comunidades inseridas, necessitando de ampliação ou transferência para espaços mais amplos. Entretanto, não há registro de políticas ou ações de melhorias no que se refere às instalações físicas para a Rede.

Quadro 3: Situação predial das Bibliotecas Populares

Número de bibliotecas	Situação predial/localização
5	Região administrativa
5	Prédio Alugado
6	Prédio próprio municipal
4	Centro Cultural

Fonte: Diretoria de Bibliotecas, SMC.

5.1.3 O acervo: um passeio pela cultura e informação

O acervo geral da Rede de Bibliotecas Populares da Cidade do Rio de Janeiro no início da década de 90, isto é, em 1992, era de 250.928 volumes, passando para 386.852 volumes no final do ano de 2003, apresentando como destaque em termos de volume, as obras de literatura geral e brasileira e referência.

Durante o período em questão houve um esforço da administração pública no sentido de aquisição e renovação de acervo, priorizando as categorias de didáticos, pela força das reformas de ensino, conteúdos programáticos e volume de consultas; títulos de referências; literatura infantil, pela definição de prioridade de público e de literatura, com ênfase nos clássicos brasileiros e lançamentos editorial.

De acordo com entrevista (anexo 1) realizada com a Diretora da Diretoria de Bibliotecas, ainda que exista uma ação em transformar a biblioteca popular em

um centro de informação, onde o livro não se esgota em seu objeto, mais sim em um espaço mais adequado ao desenvolvimento de uma política de promoção da leitura, não se fechou os olhos para o que a biblioteca representava ou representa: um auxílio primordial no cumprimento das tarefas escolares, na pesquisa, no estudo.

Na compra e renovação de acervo, os livros didáticos e paradidáticos continuaram a representar uma parcela significativa da verba disponível, bem como obras de referência, como dicionários e enciclopédias, de acordo com documentos administrativos de compra de acervo no período 1993-2000. (Relatórios Orçamentários)

Mais uma vez nos deparamos com o papel que a biblioteca pública vem desempenhando não só no Rio de Janeiro, mas no Brasil, conforme Milanese (1984) bem descreveu, baseado em pesquisa de campo realizada.

“A biblioteca pública no Brasil, por falta de uma rede de bibliotecas escolares e uma política que estimule a abertura, manutenção e renovação desses espaços vem desempenhando um papel a serviço da educação”.

“As escolas no Brasil carecem de bibliotecas e, as existentes enfrentam dificuldade de atualização de acervo e programas de incentivo a leitura tornando-as espaços burocratizados de cumprimento de tarefas escolares”.(ver dados)

Neste sentido, encontramos uma contradição nas ações proposta e executada das bibliotecas populares, onde assumem simultaneamente os papéis de biblioteca popular/pública e biblioteca escolar. Apesar de registrar como maior volume de frequência o público escolar, sua função, de acordo com a Lei Orgânica do Município do rio de Janeiro, em seu artigo 341 é de:

“As bibliotecas públicas municipais desempenharão a função de centro cultural da localidade onde se situarem e terão por atividade orientar, estimular e promover

atividades culturais e artísticas de âmbito literário”.(Regulamento da Rede de bibliotecas da Cidade do Rio de Janeiro, 2003).

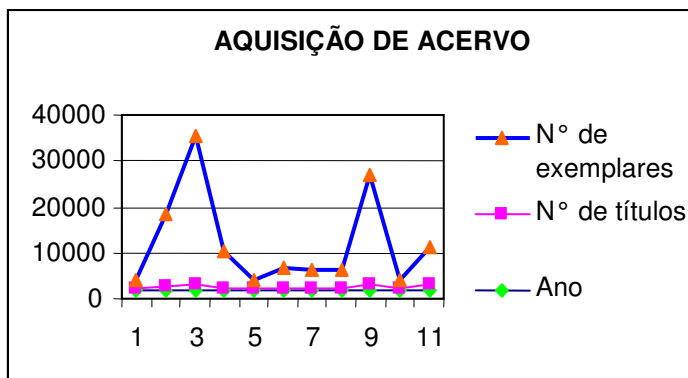
Observando a tabela e o gráfico abaixo, de acordo com as informações coletadas na Diretoria de Bibliotecas, é significativo o acréscimo em relação ao número de títulos nos anos de 1995, 2001 e 2003. Curiosamente, ao relacionarmos estes dados com aqueles apresentados no quadro 8 (p. 89), referentes à freqüência nas bibliotecas, observamos que os anos de 1995 e 2001 apresentam um decréscimo no volume de atendimento, enquanto o ano de 2003, há acréscimo em mais de 100% no número registrado.

Quadro 4: Aquisição de acervo 1993-2003

Aquisição de acervo		
Ano	N° de títulos	N° de exemplares
1993	94	1.931
1994	675	15.945
1995	1.317	32.005
1996	368	7.908
1997	113	1.997
1998	165	4.450
1999	252	4.254
2000	282	4.078
2001	1.354	23.443
2002	63	1.954
2003	1.238	8.185

Fonte: Diretoria de Bibliotecas, 2004

Figura 1: Aquisição de acervo



Fonte: Diretoria de Bibliotecas, 2004

A Rede de Bibliotecas Populares do Rio de Janeiro possui, ainda, acervos especiais compostos por literatura de cordel, gibis, CDRoms e seção de Braille. Cabe destacar o acervo da antiga Biblioteca Central de Educação que se encontra atualmente na Biblioteca da Glória. Criada em 1932, tinha como finalidade principal coordenar as bibliotecas escolares oficiais, bem como as bibliotecas que se fundassem nos centros de professores. Inicialmente pertencente a Universidade do Distrito Federal, a Biblioteca Central de Educação foi transferida para a Prefeitura, tendo sido destinada aos professores e alunos do município, passando, posteriormente, à consulta pública. Somado a esse acervo, encontramos parte da biblioteca do notável educador Professor Anísio Teixeira (1900-1971), doada pela família para a Biblioteca Popular da Glória.

Para se ter uma noção de como é distribuído o acervo pelas unidades que formam a rede, reproduzimos um quadro com os totais de exemplares em cada biblioteca, com a observação que as diferenças são resultados, segundo a diretora da Diretoria de Bibliotecas, de doações, descartes realizados em algumas bibliotecas e compras realizadas por meio da Associação de Amigos.

Atualmente, o acervo é assim dividido:

Quadro 5: Acervo Geral da Rede de Bibliotecas Populares, distribuído por unidade.

BIBLIOTECA	ACERVO	VOLUME DE EMPRÉSTIMO (2003)
BANGU	7295	12.752
BOTAFOGO	21.496	5.346
CAMPO GRANDE	19.217	
COPACABANA	24.514	20.932
ENGENHO NOVO	22.375	10.107
GAMBOA	8.281	5.758
GLÓRIA	39.481	8.302
GRAJAU	9.564	9.853
ILHA DO GOVERNADOR	12.435	6.283
IRAJÁ	9.783	7.162
JACAREPAGUA	16.043	8.573
LEBLON	16.307	6.964
MEIER	11.317	14.939
OLARIA/RAMOS	16.823	5.090
PAQUETÁ	14.017	4.082
PENHA	14.063	11.089
RIO COMPRIDO	18.226	15.069
SANTA CRUZ	11.580	5.978
SANTA TEREZA	13.271	26.371
TIJUCA	14.747	24.259

Fonte: Diretoria de Bibliotecas, 2004

Ao analisarmos o quadro acima, observamos que apenas as bibliotecas localizadas nos bairros de Bangu, Grajaú, Méier, Santa Tereza e Tijuca extrapolam o número de empréstimos em relação ao acervo.

A seção de Braille, não incluída nesta relação de acervo descrita acima, pode ser encontrada nas bibliotecas dos bairros de Jacarepaguá e Penha com acervos de 739 e 267, respectivamente.

A orientação para o procedimento de aquisição de acervo para as bibliotecas segue o critério de escolha, baseado nos seguintes aspectos, sem que represente uma política estabelecida para a Rede de Bibliotecas:

Para as obras de literatura infantil, preferencialmente, são utilizadas as indicações de altamente recomendável elaborada anualmente pela FNLIJ¹⁸; e, para as relativas à área de literatura, tem prioridade os lançamentos editoriais, com foco na literatura brasileira; seguida das solicitações sugeridas pelos leitores das bibliotecas.

A partir de 1998, com a compra e instalação de computadores nas bibliotecas, observamos o registro de compra de CDRoms com conteúdos educativos e informativos, além de acervo de vídeo.

No quadro abaixo se torna perceptível a falta de política para a aquisição desse tipo de acervo, sendo que, na maioria das vezes, a iniciativa parte da própria chefia da biblioteca, por meio de recursos provenientes da Associação de Amigos (Anexo 2).

¹⁸ A FNLIJ recebe das editoras as primeiras edições dos livros publicados, anualmente, para análise e seleção. Depois de lidos, os livros considerados de melhor qualidade são selecionados para fazer parte do Acervo Básico da FNLIJ, criado em 1996 com o objetivo de orientar a compra de um acervo inicial por Secretarias de Educação, escolas e bibliotecas. Desse acervo básico surge a seleção Altamente Recomendáveis/FNLIJ. São os dez melhores livros nas categorias: criança, jovem, imagem, poesia, informativo, tradução (criança, jovem e informativo), cujos escritores, ilustradores, tradutores e editores recebem a láurea "Altamente Recomendável", criada em 1975. (www.fnlij.org.br).

Quadro 6: Material processado Vídeos e CDs

Biblioteca	Fitas de vídeo	CDs
Bangu	5	10
Botafogo	53	11
Copacabana	46	3
Gamboa	48	6
Grajaú	48	5
Ilha do Governador	24	5
Irajá	219	30
Leblon	51	1
Méier	52	9
Olaria/Ramos	27	7
Paquetá	48	16
Penha	8	1
Rio Comprido	-	6
Santa Tereza	-	5
Santa Cruz	38	-

Fonte: Mendonça, Ercília. Estudo sobre as Bibliotecas Populares do Município do Rio de Janeiro, 2003.

5.1.4 O corpo técnico: exército das letras

Quanto ao corpo de funcionários da Rede de Bibliotecas Populares, no ano de 1993, encontramos registro de 240 profissionais, sendo a maioria de professores. De acordo com quadro evolutivo de funcionários registrado na Seção de Pessoal do órgão, observamos que muitos deles tornaram-se bibliotecários ao longo dos anos de trabalho na rede.

Isso se deve ao fato de que a Secretaria de Cultura surgiu a partir de um braço da Secretaria de Educação, portanto, muito dos profissionais que faziam parte dos quadros funcionais eram professores que, por força do trabalho ou pelo envolvimento e desejo profissional cursaram a faculdade de Biblioteconomia, prestando, inclusive, concurso público para a Prefeitura do Rio no cargo de bibliotecário.

Não encontramos registro de nenhum profissional com formação de mestrado e/ou doutorado em biblioteconomia ou áreas afins, mas sim com cursos de pós-graduação e/ou especialização nas áreas de biblioteconomia e informação. Os assistentes das chefias, em sua maioria, são professores ou cargos de nível médio.

O quadro abaixo (Quadro 6) reflete a necessidade de traçar uma política de recursos humanos, envolvendo a contratação, capacitação e incentivo na área de formação de quadro de pessoal.

A evolução tecnológica vem instigando a formação de profissional atento a sua responsabilidade social perante a comunidade em que a biblioteca está inserida. As bibliotecas, por estarem instaladas em vários bairros da cidade, apresentam uma grande diversidade de usuários, solicitando do bibliotecário um perfil social e profissional pautado na criatividade, inovação, liderança, comunicação, negociação, além das funções técnicas de mediador da informação. (Mendonça, 2003, p.10).

Dessa maneira, o que encontramos atualmente na Rede de Bibliotecas não é o ideal para o funcionamento de centros de informações que tenham por objetivo a interação e o atendimento às necessidades da comunidade na área do livro e da leitura.

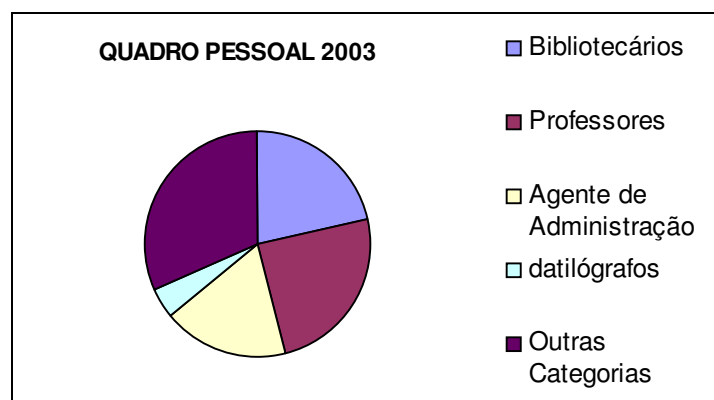
Quadro 7: Quadro de pessoal da Rede de Bibliotecas Populares, por categoria funcional

Quadro de Pessoal por categoria		
Categorias	1993	2003
Bibliotecários	15	24
Professores	123	27
Agente de Administração	24	20
Datilógrafos	4	5
Outras Categorias	72	35
Total	238	111

Fonte: Diretoria de Bibliotecas, 2004.

* Outras categorias: Agente administrativo, datilógrafo, merendeira, trabalhador.

Figura 2: Quadro de Pessoal. Ano base 2003



Fonte: Diretoria de Bibliotecas, SMC, 2003

A partir desse quadro, pode-se observar o tímido investimento na contratação e valorização das categorias que incrementam o corpo técnico destinado à Rede de Bibliotecas Populares. Não encontramos no quadro de funcionários o cargo de auxiliar de biblioteca e profissionais de atividade meio que possam auxiliar na rotina administrativa das bibliotecas. Cabe registrar que a Secretaria Municipal de Cultura não possui um plano de cargos e salários, o que auxiliaria na categorização das funções exercidas na Rede de Bibliotecas.

Com um índice elevado de aposentadorias de servidores, ausência de concursos públicos e incentivos profissionais, o quadro de pessoal pertencente às Bibliotecas Populares vem apresentando expressiva diminuição, chegando a uma queda em mais de 50% nos últimos dez anos.

A estrutura de cargos nas bibliotecas, que se mantém até os dias de hoje, é a seguinte: Chefe e Sub-chefe, respectivamente ocupando cargos denominados de DAI, podendo ser apenas ocupados por funcionários de carreira e concursados. Os demais são funcionários lotados conforme a necessidade apontada pela administração do órgão.

Essa estrutura nas bibliotecas, de acordo com relato da Diretora da Diretoria de Bibliotecas, inibe o desejo de ocupação dos cargos de direção, ou melhor, de Chefe de Serviço, uma vez que os DAIs, além de só poderem ser ocupados por servidores de carreira, representam gratificações de menor valor e status profissional, diferentemente do que recebe um diretor de Centro Cultural da mesma secretaria de cultura, por exemplo.

Na verdade, as “Chefes de Serviço” das Bibliotecas Populares executam trabalhos semelhantes em termos de responsabilidade em administração de um espaço cultural, o que não justifica essa distinção.

Esse fato foi determinante para a carência na renovação dos cargos de chefia das bibliotecas e a falta de estímulo de valorização profissional, representando a manutenção desses profissionais nos referidos cargos por um período extremamente longo, a maioria das vezes por mais de dez anos.

Atualmente o problema persiste, agravado com a falta de valorização do servidor público, baixos salários no setor público, a carência dos concursos públicos e a novas possibilidades para o bibliotecário em atividades voltadas para áreas de tecnologia da informação.

5.1.5 Os serviços: democratização do acesso à leitura

Para atender a uma cidade com de mais de cinco milhões de habitantes, distribuídos em seus 151 bairros, as bibliotecas existentes não são suficientes para a garantia de acesso ao livro.

O Serviço de Bibliotecas Volantes, criado em 1965, contava apenas com o funcionamento de um ônibus, com um acervo bastante focado em literatura.

A solução apontada pela administração da Rede foi de incluir no planejamento do órgão o aumento de unidades volantes. Consta no relatório anual da Rede de Bibliotecas do ano de 1994, a compra de um automóvel, marca Kombi que foi adaptada para servir a mais 50 locais.

Ainda no ano de 1999, a Secretaria Municipal de Cultura, adquiriu por meio de convênio com o Banco do Brasil, mais quatro Kombis, que foram adaptadas para bibliotecas volantes, e que passaram a percorrer 50 bairros cariocas, visitando sistematicamente as mesmas comunidades, auxiliando seus usuários na escolha de títulos e autores.

Para o funcionamento das bibliotecas volantes, foi realizado um contrato de terceirização de agentes de leitura, por meio de um processo licitatório, que treinados pelo corpo técnico da Diretoria de Bibliotecas passaram a atuar como mediadores da leitura nas comunidades atendidas.

O serviço de caixa-estante, que mantém funcionamento até hoje, tem por objetivo levar um pequeno acervo de livros aos pacientes internados em hospitais, em instituições como creches, asilos e orfanatos.

No ano de 2000, segundo relatório anual do órgão responsável, o serviço contava com 39 instituições cadastradas.

5.1.6 Ações culturais: inovação e modernização nas atividades de extensão cultural

Cabe neste item de estudo uma análise das práticas culturais que complementam as atividades das Bibliotecas Populares. Se o ato de ler não é mera decodificação de um sistema de sinais (Yunes, 1999) não basta uma análise apenas na relação livro-leitor na noção formal desempenhada pelas bibliotecas. A leitura se faz de sentidos e estes podem se apreendidos nas mais diversas manifestações culturais.

Sendo assim, destacamos algumas ações de relevância cultural desenvolvida nas Bibliotecas Populares.

5.1.6.1 A campanha *Paixão de Ler*

Inspirada no projeto *La Fureur de Lire*, criado pelo Ministro da Cultura francês Jacques Lang, em 1982, esta campanha representou um desdobramento da cooperação que se firmou entre a Secretaria Municipal de Cultura e o Ministério da Cultura da França, por intermédio do Consulado estabelecido aqui no Rio de Janeiro.

A idéia, segundo consta nos relatórios da campanha, era de criar um expressivo movimento em várias instituições culturais da cidade, por intermédio de adesão, que tivesse como objetivo principal a valorização do livro e o incentivo à leitura.

O projeto começou ainda em 1993, timidamente, ganhando já em seu segundo ano o incremento e adesão da maioria das instituições culturais da cidade, museus, bibliotecas, casas de cultura, centros comunitários, escolas, ruas e praças. Conquistou uma mídia espontânea em todos os principais jornais e

revistas, além da televisão, que passou a exibir uma vinheta de divulgação da campanha.

A metodologia utilizada era de encaminhar anualmente um questionário para as instituições culturais da cidade propondo a adesão ao movimento, por meio de um evento ou atividade de estímulo à leitura. Em troca, a Secretaria de Cultura se comprometeria com a divulgação dos eventos, coordenação geral da campanha e mobilização da população através de anúncios, parcerias com veículos de comunicação e sinalização das instituições participantes.

Segundo documentos e matérias publicadas sobre a campanha, não se tratava de um programa de incentivo à leitura, mas sim de uma ação pontual, que apresentava desdobramentos nas atividades programadas durante todo o ano nas bibliotecas populares.

Quadro 8: Adesão de instituições ao evento Paixão de Ler(1994-2003)

PAIXÃO DE LER	
ADESÃO	
ANO	INSTITUIÇÕES
1994	23
1995	25
1996	56
1997	64
1998	67
1999	121
2000	146
2001	142
2002	120
2003	239

Fonte: Diretoria de Bibliotecas

Observando o quadro acima, percebemos o crescimento significativo de adesão de instituições culturais e educativas à proposta pretendida pela campanha Paixão de Ler que era, como registra os relatórios da campanha, de valorizar o livro e a escrita, por meio do processo de leitura.

Alguns estudos tratam da questão da leitura e apontam a importância de uma política que viabilize as práticas leitoras, envolvendo os vários atores que podem transformar a palavra e a escrita em conhecimento e prática da cidadania. Nesse caso, as bibliotecas e os programas e ações desenvolvidos com esse objetivo são fundamentais.

A importância de compreender a biblioteca como um espaço social, “um lugar de intercâmbio de saberes e, não, de depósito”, conforme comenta Nancy Nóbrega (1999).

Eliana Yunes tem uma série de estudos e pesquisas que tratam da questão da leitura e da formação de público leitor. Sua experiência à frente da Fundação do Livro Infantil e Juvenil, Fundação Proler e também como pesquisadora, nos revela a relação da leitura com a escrita, a memória, a cultura e as práticas leitoras.

“Ler é um ato homólogo ao de pensar, só que com uma exigência de maior complexidade, de forma crítica e desautomatizada. Quem não sabe pensar, mal fala, nada escreve e pouco lê.(...)” (Yunes, 1999).

Assim, a série de atividades ligadas ao ato de ler contribui para que as idéias circulem mais rapidamente, para a democratização do saber acumulado pelos homens através dos séculos e para a difusão da nossa cultura. Escritores, poetas, dramaturgos, ilustradores e editores têm a oportunidade de manter contato mais estreito com o seu público, num intercâmbio em que produção e consumo tornam-se parte indissociável do todo, e em que mestres se confundem com aprendizes.

Não encontramos nenhum estudo que comprove a efetividade da campanha Paixão de Ler na iniciação e formação de novos leitores. De fato um evento anual, mesmo que reflita em ações permanentes nas bibliotecas, não é suficiente para o desenvolvimento de uma sociedade mais leitora. Entretanto, não se deve ignorar a força que eventos e ações dessa natureza exercem sobre o ato de despertar o interesse pela leitura ou pela frequência nas bibliotecas, conforme observamos na tabela abaixo.

Quadro 9: Estatística anual de atendimento e frequência na Rede de Bibliotecas Populares

ATENDIMENTO	FREQUÊNCIA
1992	366.583
1993	509.767
1994	492.333
1995	268.942
1996	331.858
1997	441.428
1998	531.361
1999	550.760
2000	608.361
2001	482.450
2002	497.175
2003	1.037.193

Fonte: Diretoria de Bibliotecas, 2004.

Cabe ressaltar que o decréscimo no volume de frequência nos anos 1994, 1995 e 1996 é decorrente de um plano de obras ocorrido nas bibliotecas durante o período, tendo sido necessário, em alguns casos, suspender as atividades das bibliotecas, mantendo apenas o serviço de empréstimo.

Da mesma forma, o acréscimo em mais de 100% na frequência de 2003, é atribuído, de acordo com entrevista com a diretora da Diretoria de Bibliotecas, à abertura das bibliotecas aos sábados e domingos, a partir de setembro do mesmo ano. Note-se que as bibliotecas que oferecem esse serviço são as localizadas nos bairros de Bangu, Botafogo, Ilha, Jacarepaguá, Penha, Santa Tereza e Tijuca, e vem registrando curva ascendente de público ao longo dos meses.

5.1.6.2 Público e privado: as Associações de Amigos das Bibliotecas

Ainda como dado relevante no contexto de mudança de paradigma, de repensar o papel da biblioteca e sua interface com seu público, na busca por uma atuação mais voltada para um espaço de saber, de cultura, onde o livro é um dos meios oferecidos como instrumento de formação de um público leitor, citamos a formação das Associações de Amigos das Bibliotecas, instituição jurídica de fins culturais, com a participação de moradores dos bairros de abrangência e com disposição de trazer para as bibliotecas outras atividades culturais ligadas ao livro, bem como buscar contribuição da sociedade civil no aprimoramento dos serviços prestados por essas casas de cultura. Em seu regimento de fundação registra-se o compromisso de “pessoas idealistas e dedicadas”. (CABI)

Atualmente, todas as bibliotecas contam com Associações de Amigos que promovem várias atividades culturais e de auxílio à conservação e disseminação do acervo. Além disso, muitas atividades de lazer são programadas, com atenção crescente para o público da terceira idade.

5.1.7 Internet e as novas tecnologias da informação

Atualmente é inevitável pensar em uma biblioteca onde os livros repousem sobre as estantes no mais profundo silêncio.

As novas tecnologias da informação e o mundo globalizado deram uma nova dinâmica para a informação, transformando o tempo em real e o espaço em virtual, conforme vem sendo enfatizado no decorrer desta dissertação.

Podemos, ao entrar em uma biblioteca, desfrutar da possibilidade em percorrer as estantes da Biblioteca Nacional da França, a Biblioteca do Congresso Americano e até pesquisar sobre um tema de nosso interesse. Ou mesmo freqüentar museus, participar de conferências, entre outras possibilidades.

As bibliotecas são apontadas nos documentos produzidos pelos grupos de estudos da Sociedade da Informação – SOCINFO – como espaços estratégicos de inclusão digital e garantia de universalização da informação.

Chartier (2004), um dos maiores historiadores do livro e da leitura, aponta nas conclusões de seminário que as novas tecnologias possibilitaram uma nova forma de apresentação do texto, representando uma transformação na técnica de transmissão da escrita, a morfologia do suporte e as modalidades de leituras. E complementa que, por muitas décadas, a coexistência de diferentes modalidades de inscrição, comunicação e recepção do mundo da escrita definiram uma nova forma de discurso, incorporando práticas e novas possibilidades.

Sem fechar os olhos às novas práticas e exigências de uma comunicação rápida, automatizada e cada vez mais conectada a um mundo global, a rede de bibliotecas, a partir de 1993, deu início a uma ação de incremento nos processos de informatização e serviços oferecidos ao leitor e aos procedimentos internos de organização, catalogação e disseminação do acervo.

No procedimento técnico de organização e catalogação de acervo, um grupo de bibliotecários e técnicos de informática, juntamente com a direção do Departamento o qual as bibliotecas se inserem, pesquisaram e testaram várias ferramentas e softwares utilizados para decidirem a melhor solução que reunisse tecnologia e especificidades de organização das bibliotecas municipais.

O software utilizado é o biblion, permitindo a elaboração de um catálogo único do acervo para todas as bibliotecas populares, e disponível na internet, com possibilidades, portanto, de consulta aberta ao público em geral.

Atualmente, todas as bibliotecas estão interligadas por meio de um sistema de informação que atende integralmente a Secretaria Municipal de Cultura, englobando os Centros Culturais, Arquivo Geral da Cidade, a Rede Municipal de Teatros e toda a área administrativa. O acesso é através de linha dedicada e o provedor é próprio da empresa municipal de informática, IplanRio.

O serviço de acesso à internet nas Bibliotecas Populares da Cidade do Rio de Janeiro teve início em 1998, primeiramente em 5 bibliotecas, garantindo livre navegação e possibilidade de impressão no caso de trabalhos, documentos, etc.

Atualmente todas as 26 bibliotecas colocam à disposição do público equipamento de informática permitindo livre acesso à internet e utilização de programas como Word, Excell, etc, de acordo com as suas necessidades.

Ratificando a importância da internet como meio de busca e consulta a conteúdos, apresentamos a evolução da utilização desse serviço nas bibliotecas que tem acesso gratuito no período de nosso estudo:

Quadro 10: Estatística anual de utilização da internet na Rede de Bibliotecas Populares

Ano	Quantidade de pessoas que utilizaram o serviço
1998	1.790
1999	1.742
2000	10.403
2001	6.536
2002	4.812
2003	10.547

Fonte: Diretoria de Bibliotecas, 2003.

Nota-se que os dois anos iniciais representam um acesso tímido comparado ao ano de 2000.

Atrémos esse resultado ao fato de barreiras culturais de utilização de tecnologia da informação por parte dos profissionais das bibliotecas, além de falta de uma ação mais efetiva e sistemática de inclusão digital, oferecendo cursos e estimulando os usuários.

Não encontramos nenhum documento que revelasse estatísticas ou relatórios que analisassem o público, fontes, ferramentas e temas pesquisados nos terminais de internet disponíveis nas bibliotecas.

Segundo as Chefes das Bibliotecas há muita procura e interesse por utilização de email, envio de currículos, consulta a concursos e “pesquisa escolar”, não necessariamente nessa ordem de prioridade. Além disso, por falta de profissional qualificado e disponibilidade de recursos, não é possível se fazer uma

seleção de sites de conteúdos e indicações de consultas na internet, tornando-se, assim, muitas vezes o equipamento e as ferramentas disponíveis aquém das possibilidades de consulta e utilização.

Ainda que não haja uma ação de orientação e de inclusão digital para aqueles que não possuem familiaridade com o equipamento, as regras de utilização são claras e procuram atender o maior número de pessoas que precisam o serviço. A consulta precisa ser agendada, com duração de 30 minutos, podendo permanecer um maior tempo, caso não haja mais nenhum usuário para o serviço.

No que se refere às inovações tecnológicas, registramos 26 bibliotecas com acesso livre à internet, por meio de canal dedicado e equipamento de última geração. Todo trabalho de catalogação bem como de consulta de acervo é feito através de mecanismos de automação, estando este último com acesso livre ao público através da internet. Entretanto, não vislumbramos nenhuma ação de inclusão digital necessário para a universalização do acesso apontado no documento do Programa da Sociedade da Informação o Brasil, ou mesmo de orientação e seleção de conteúdo disponível na web e controle de consultas e utilização da internet pelos usuários. Na maioria dos casos, as bibliotecárias alegam a indisponibilidade de tempo e profissional e até mesmo treinamento e orientação por parte do órgão ao qual estão subordinadas.

6. CONCLUSÃO OU CONSIDERAÇÕES FINAIS: O QUE SERÁ QUE SERÁ?

Conclusão. Recorremos ao inseparável dicionário Aurélio e lá está o significado. Ato de concluir, término. Tarefa impossível de realizarmos. Aprendemos com nosso estudo que a história de uma biblioteca não tem fim. Ela se constrói a cada dia. A cada nova descoberta do leitor. A cada novo livro que chega à prateleira. A cada autor que se dedica ao ato de criar. E a cada nova esperança de inúmeros profissionais dedicados a cuidar da memória e do patrimônio cultural de nossa sociedade.

Esse é o poder mágico dos livros. Agora, um turbilhão de informações que chegam em segundos na tela do computador. Afinal, inauguramos uma nova era. Estamos ligados em uma ampla rede de comunicação. Em pouco tempo estaremos compartilhando o próprio ato de construção dos textos com seus criadores, em tempo real. Seremos sujeito daquela fonte de inspiração e construiremos nossas próprias bibliotecas. Não nos custar sonhar com o futuro.

As bibliotecas representam na verdade o registro da liberdade que o ato de escrever e ler pode proporcionar a cada um de nós.

Roubamos as poéticas e sábias palavras de Borges para expressar o sentimento que podemos usufruir com as bibliotecas.

“Esses exemplos permitiram a um bibliotecário de gênio descobrir a lei fundamental da biblioteca. Esse pensador observou que todos os livros, por mais diversos que sejam, comportam iguais elementos: o espaço, o ponto, a vírgula, as 22 letras do alfabeto. Ele trata, também, de um fato que todos os viajantes confirmaram: não há, na vasta biblioteca, dois livros idênticos. Dessas premissas incontroversas ele deduziu que a biblioteca é total, e que as suas prateleiras consignam todas as possíveis combinações dos vinte e tantos símbolos ortográficos (número ainda que vastíssimo, não infinito), quer dizer, tudo aquilo que é possível exprimir em todas as línguas. Tudo, a história minuciosa do povir, as autobiografias dos arcanjos, o catálogo fiel da biblioteca, milhares e milhares de catálogos falsos, a demonstração da falácia desses catálogos, a demonstração da falácia do catálogo verdadeiro, o evangelho gnóstico de Basilides, o comentário desse Evangelho, o comentário do comentário desse Evangelho, o relato verídico de tua morte, a tradução de cada livro em todas as línguas, as interpolações de cada livro em todos os livros. Quando se proclamou que a biblioteca guardava todos os livros, a primeira reação foi de felicidade extravagante. (Borges, 1978)

Retornando ao objeto de nosso estudo, procuraremos fazer algumas considerações finais, resultado do que aprendemos ao longo da construção desta dissertação.

As bibliotecas públicas são locais de livre acesso e garantia de liberdade e difusão do conhecimento, espaço capaz de se constituir em um agente essencial

na busca da informação. Encontramos esses princípios no Manifesto da UNESCO (1994), documento de referência para a ação das bibliotecas em várias partes do mundo. Em sua terceira versão, datada de 1994, entre as 12 missões apresentadas, destacamos aquela que trata de “facilitar o desenvolvimento da informação e da habilidade no uso do computador”. A utilização de novas tecnologias da informação tem forçado as bibliotecas a se adequarem e repensarem o seu papel frente às rápidas transformações no campo do conhecimento.

Nos documentos aqui apresentados e analisados, produzidos pela Comissão de Universalização da Informação, da Sociedade da Informação no Brasil durante os anos de 1999-2000, e registrados na publicação Livro Verde (2000), nota-se o papel fundamental que a biblioteca pública pode desempenhar para o desenvolvimento da chamada Sociedade da Informação.

Falamos pode, porque é claro reconhecer seu potencial; porém as ações públicas até aqui apresentadas e postas em execução desde 1940, quando do início da formação da Rede de Bibliotecas Populares, para não voltarmos nosso olhar para anos mais longínquos, ficam aquém da sua potencialidade.

Tomemos como exemplo o resultado dos trabalhos dos grupos temáticos organizados pelo Programa Sociedade da Informação no Brasil – SOCINFO - e materializado em políticas, metas e ações previstas para serem implementadas com os recursos provenientes do Fundo de Universalização - FUST.

Por um período de mais de um ano, um seleto grupo de especialistas, técnicos e pesquisadores se debruçaram no universo da inovação tecnológica e das técnicas no sentido de elaborar um “plano de metas” em consonância com os objetivos da Sociedade da Informação no Brasil que é de “fomentar ações para a utilização de tecnologias de informação e comunicação, de forma a contribuir para que a economia do país tenha condições de competir no mercado global e, ao mesmo tempo, contribuir para inclusão social de todos os brasileiros na nova sociedade”. (Livro Verde, 2000, p. 10).

As metas apresentadas bem como os recursos apontados para a execução do Programa e registrados nos inúmeros documentos disponíveis no “site” da

SOCINFO se inserem, atualmente, na agenda de indefinições e de adiamentos em sua execução por parte do governo federal, resultando em um enorme esforço sem nenhuma ação prática até o momento.

Fomos buscar em Battles (2003) um sentido figurado para essa prática do Estado Brasileiro.

No livro *A conturbada história das bibliotecas*, citado ao longo desta dissertação, o autor revela uma trajetória para as bibliotecas bem diferentes de quando imaginamos um salão de leitura, repleto de livros e estantes, mergulhado no silêncio e no prazer dos livros.

Sua tese demonstra que a história desses templos de preservação do conhecimento humano nada tem de linear; mas sim de rupturas, desfechos violentos e interrupções abruptas. E discorre com exemplos que datam desde a Antiguidade até os tempos modernos.

Como não fazer um paralelo com as políticas de informação e a história das bibliotecas no Brasil?

Uma história de construções e desconstruções desvendada pela lógica da política pública e do Estado Brasileiro.

Percebemos ao longo desta dissertação que, ainda que tenham existido políticas que apresentaram êxito em seus resultados, estas se revelam tímidas na efetividade e no valor que poderiam agregar nas ações de incremento e investimentos para a área do livro e da biblioteca. O que assistimos são ações desconectadas ou políticas públicas sem continuidade em sua proposta, revelando não bastar apenas vontade política. É necessário, conforme frisa Miranda (2004), que haja um amplo debate nas ações de governo que garantam sua implantação e manutenção.

Assim, ao construirmos a trajetória da Rede de Bibliotecas Populares da Cidade do Rio de Janeiro desde sua criação até a atualidade, dentro de um contexto histórico-político-cultural nacional, conforme enumeramos em nossos

objetivos, procuramos compreender os fatores que resultaram em uma ação descontínua nas políticas públicas no âmbito da esfera municipal.

No capítulo Rede de Bibliotecas Populares e Ação Descentralizada destacamos e analisamos as diversas políticas públicas no campo da cultura e da informação, privilegiando as áreas de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação, procurando inventariar e apontar aquelas que não tiveram uma ação continuada, resultado da dinâmica da gestão pública.

Somado a isso, a história da Rede de Bibliotecas Populares se confunde com a própria história da cidade marcada por uma conturbada trajetória político-administrativa, resultado das diversas fases e status de ter sido Capital Federal, Cidade-Estado e Cidade.

Caixa de ressonância do país, a cidade do Rio de Janeiro foi palco de vários episódios que marcaram a história do país, o que não poderia deixar de influenciar na constituição e organização dos órgãos da administração pública.

Assim é que podemos concluir que a biblioteca, de um modo geral, ainda é um aparelho com formato “antigo”, onde as estantes e os livros são objetos distantes do potencial de cultura, lazer e conhecimento que a leitura pode proporcionar. Precisamos inovar. Tornar a biblioteca pauta nas políticas culturais e de informação dos organismos públicos e privados. Atrelar sua importância ao desafio de uma nova sociedade onde a informação é elemento inovador, de construção do conhecimento e acesso à cidadania.

Em um país que apresenta dados significativos de baixo rendimento escolar entre crianças provenientes do ensino fundamental e médio e que saem da escola sem compreender o que estão lendo, segundo pesquisa revelada pelo Ministério da Educação, a biblioteca torna-se uma das instituições estratégicas. É preciso preparar a biblioteca para auxiliar nas políticas de construção de um país onde as bases da educação e da cultura são elementos primordiais para uma sociedade moderna e consoante com as inovações que a tecnologia pode proporcionar para a integração do país no mundo global e rumo ao desenvolvimento.

Outro objetivo que buscamos em nosso estudo foi a análise da infraestrutura da Rede de Bibliotecas, privilegiando seus serviços e produtos de informação e as peculiaridades da comunidade em que se inserem.

Para isso, elegemos o período que se estende de 1993-2003 e que abrange três gestões da administração pública municipal, referentes aos governos dos políticos Cesar Maia (1993-1996), Luiz Paulo Conde (1996-2000) e novamente Cesar Maia (2001-2004). Chamamos a atenção que, apesar do rompimento político entre os dois prefeitos em 1999 ¹⁹, este período (1993-2004) representa uma fase de relativa continuidade administrativa. No caso das esferas de decisão da Rede de Bibliotecas Populares, não houve mudança de equipe e nem de orientação das políticas já implementadas e que tiveram início em 1993.

Nossa finalidade ao tomarmos como exemplo uma rica experiência de trabalho e o esforço na reconstrução da trajetória de tão importante conjunto de organismo cultural, foi de suscitar reflexões bem como contribuir para aqueles que elegeram a biblioteca pública como fonte de estudo e trabalho.

Assim, com base nos dados apresentados no capítulo 5 e nos depoimentos dos profissionais envolvidos nas ações empreendidas no período, podemos afirmar que houve uma política delineada e perseguida pelos técnicos e coordenadores, visando a transformar as Bibliotecas Populares em centros de informação e referência local, bem como instrumento para a formação de público leitor.

Compreendemos que esta fase representou mudança não só no formato de gerenciamento e conceito de trabalho, mas também na tentativa de transformar este equipamento cultural em consonância com os desafios impostos pelas novas tecnologias de informação e comunicação.

Mesmo nos faltando o rigor da distância do tempo histórico, podemos comprovar por meio das estatísticas apresentadas pela Diretoria de Bibliotecas e que medem audiência, empréstimo de livros, participação da comunidade nas atividades culturais e a mobilização trazida pela campanha Paixão de Ler,

¹⁹ O prefeito Luiz Paulo Conde foi Secretário de Urbanismo de César Maia em seu primeiro governo e candidato à sucessão. Em 1999 por motivos de discordâncias políticas, houve um rompimento entre ambos o que fez com que Luiz Paulo Conde mudasse de partido e deixasse de ser aliado de César Maia.

conforme já apresentados nesta dissertação, que as bibliotecas tiveram um avanço crescente em todos os aspectos aqui apresentados.

Neste caso, concluímos que a continuidade administrativa, somada à ocupação dos cargos de direção por técnicos de Documentação, Biblioteconomia e áreas afins, em sua maioria funcionários de carreira da administração pública, contribuíram para o compromisso e a implementação de uma política que ainda hoje procura avançar no caminho de transformar as bibliotecas em espaços culturais capazes de garantir a universalização da informação e a construção do conhecimento tendo como fonte de inspiração o livro e a leitura.

Ainda assim, as barreiras a serem transpostas são inúmeras, encontrando resistência inclusive dos próprios profissionais da informação e funcionários públicos, de acordo com entrevistas realizadas.

Por outro lado, apontamos alguns problemas críticos detectados na análise dos dados apresentados e que comprometem o êxito da política desenvolvida ao longo desses anos nas bibliotecas.

Falta uma ação efetiva capaz de garantir qualidade e conforto às instalações físicas, muitas das quais com área útil insuficiente para as atividades a serem realizadas

Poucas são aquelas bibliotecas instaladas em prédios confortáveis, de acordo com especificações técnicas que garantam segurança para o acervo e o cumprimento dos objetivos definidos no regulamento da Rede de Bibliotecas Populares de “proporcionar à população dos bairros cariocas - principalmente aos estudantes do ensino fundamental e médio, crianças em geral, trabalhadores, donas de casa, aposentados - acesso às ciências, artes e lazer, por meio da leitura, pesquisa, oficinas e palestras”.

Em sua maioria, conforme quadro apresentado no capítulo 5, encontramos bibliotecas instaladas em prédios alugados ou como anexos das Regiões Administrativas, o que restringe a autonomia da instituição em relação à adequação do espaço físico à sua finalidade e a ampliação das atividades

programadas. Somado a isso, a área útil disponível não ultrapassa, na maioria dos casos, os 200m².

Outro aspecto negativo em nossa avaliação é a falta investimento na área de recursos humanos. O último concurso público para bibliotecários realizado pela administração pública foi em 1998, sendo que, muitos dos concursados desistiram do cargo, devido aos baixos salários e à falta de investimento na capacitação e possibilidades de ascensão profissional, revelando atualmente um quadro bastante reduzido desses profissionais. O resultado é um corpo técnico incompatível com a proposta de política desenvolvida pela Rede de Bibliotecas Populares do Departamento de Documentação de Documentação e Informação Cultural da Secretaria Municipal da Cultura da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro exigindo um enorme esforço dos técnicos no cumprimento das metas estabelecidas.

Ainda assim, podemos afirmar que os dados apresentados ao longo de nossa análise comprovam a mudança de papel e o crescimento em sua expectativa de atendimento nos últimos anos. Destacamos que só em 2003, mais de 1 milhão de cidadãos e leitores em potencial passaram por esta Rede de Bibliotecas Populares, demonstrando que o despertar para a leitura é possível. A abertura de bibliotecas em locais de baixa renda da população, como por exemplo as comunidades da Rocinha e Divinéia, representa o entendimento que o livro é um instrumento de oportunidade e de afirmação da cultura, significando uma prática cidadã. Ou seja, a leitura é um forte instrumento de transformação social e, do ponto de vista da aprendizagem, corresponde a prática valorizada na transmissão cultural. (Yunes, 1999).

Estamos diante de um desafio. É mister afirmar que as bibliotecas populares ainda têm um longo caminho a percorrer no mundo da tecnologia e do campo da disseminação da informação.

Imaginar as Bibliotecas Populares com serviços de automação que garantam a integração em suas bases de dados com outras instituições similares, um acervo atualizado e diversificado nos mais diversos tipos de suporte, uma política de informação adequado aos desafios que a técnica tem imposto ao

homem e com profissionais cientes de sua importância como mediadores da informação e agentes sociais da comunidade em que se inserem, é o que nos move na direção de perseguir políticas adequadas e cobrar das autoridades públicas, gestores e formuladores de políticas a atenção e o compromisso que se deve ter com a construção de uma nação de leitores.

Este é um desafio dos profissionais da informação.

Battles (2003, Pág.210-211) ao concluir sobre o significado da biblioteca frente ao avanço da tecnologia descreve:

“Não estamos diante, apenas, de uma perda de livros, mas da perda de um mundo. Como na Alexandria dos tempos de Aristóteles, nas universidades e mosteiros do início do Renascimento, ou nas tumultuosas bibliotecas de pesquisa do século XIX, a palavra acha-se mais uma vez nas garras da tecnologia. Vai modificando seus hábitos, indo instalar-se em pixels e bits, não mais em papel e tinta.(...) No entanto, o mero fato da biblioteca ter saído ilesa de todos esses ciclos já é um motivo de esperança. Em seu papel de guardiã dos livros e das palavras que contêm, a biblioteca enfrentou e domesticou várias vezes a tecnologia, as forças da mudança e o poder dos príncipes.

Essas mudanças fazem parte daquele interminável ciclo de renovação pelo qual as bibliotecas devem agradecer a seus leitores”.

Aproveitamos este espaço de considerações finais para tomar como exemplo, e assim, situar as Bibliotecas Populares da Cidade do Rio de Janeiro no universo das bibliotecas públicas dos municípios que compõem o Estado do Rio de Janeiro. Com o objetivo de construir um quadro analítico do conjunto de bibliotecas públicas fluminenses, encaminhamos um questionário (anexo 2) às prefeituras dos 51 municípios que compõem o Estado do Rio. Sem obtermos resultados conclusivos, uma vez que muitas não responderam ou mesmo devolveram com respostas incompletas, procedemos apenas na simples análise dos dados, mas que de uma certa maneira reflete a realidade que vivemos na área pública.

Ressaltamos dois pontos que nos chamaram mais à atenção. Não existe uma política definida quanto à aquisição de acervo e, em sua maioria, as bibliotecas públicas têm sobrevivido por meio de doações.

Quanto ao investimento em tecnologia e na aplicação de políticas de informação, o quadro no Estado é desastroso.

Do total de 20 respostas, apenas cinco municípios possuíam computadores integrados ao trabalho da biblioteca, sem necessariamente garantir acesso à Internet para a comunidade atendida.

Fica claro, portanto, o incipiente papel desempenhado pelas novas tecnologias nos processos de organização, automação e disseminação da informação nas bibliotecas públicas. Parcos recursos, falta de interesse político e pouca valorização das ações voltadas para o incremento de uma prática de estímulo à leitura comprometem o futuro da biblioteca e, conseqüentemente, a formação de uma nação de leitores.

Outro aspecto relevante e muito discutido em nossa pesquisa é o inegável papel que a biblioteca pública desempenha perante as tarefas escolares. Torna-se claro nos estudos de especialistas e pesquisadores da área que esta é uma herança que vem acompanhando o perfil das bibliotecas públicas no Brasil desde o início da República. Este problema se agrava devido à inexistência de uma política de criação e implementação de bibliotecas nas escolas, impedindo, de uma certa maneira, que a biblioteca pública cumpra seu papel de centros de cultura e informação.

Muito se tem discutido sobre o papel que a biblioteca têm a desempenhar na chamada sociedade do Conhecimento. Como exemplo, o evento Fórum Regional de Cidades e Autoridades Locais na Sociedade da Informação, realizado pela ONU em Curitiba, no ano de 2003, resultando no documento Carta de Curitiba que foi apresentado e discutido na Cúpula Mundial da Sociedade da Informação que ocorreu em dezembro de 2004, em Genebra, na Suíça. Vários temas foram pauta desta reunião preparatória para a Cúpula Mundial e o documento registrou, entre outros objetivos, a necessidade de fomentar parcerias

de empresas privadas com governos locais e organismos internacionais, tendo por objetivo a garantia de acesso da população aos recursos tecnológicos que permitem conhecer dados públicos, interação com as autoridades, capacitação pessoal e intercâmbio de experiências em redes eletrônicas.

Não podemos nos furtar de compreender que as novas tecnologias trouxeram novas práticas de leitura e de busca pela informação. As inovações têm forçado técnicos, formuladores de políticas, estudiosos e pesquisadores a reverem seus conceitos e práticas.

Pinheiro (2002) enfatiza em seu trabalho apresentado no 1º Congresso Internacional de Arquivos, Bibliotecas, Centros de Documentação e Museus a importância da formação do profissional da informação frente aos desafios das redes eletrônicas. Enfatiza a importância da capacitação desses profissionais a partir de cursos de especialização, extensão e aperfeiçoamento, uma vez que os programas de graduação seguem programas curriculares que não aprofundam as questões da prática da informação nas chamadas TICs.

Ainda como decorrência de uma ordem imposta pelo contexto da Sociedade de Informação é que destacamos no início desta dissertação, o estudo de Hatschbach, onde a autora aborda uma questão que vem desafiando a todos os profissionais da informação em uma era marcada pela virtualidade, pelo tempo real e pelo acúmulo de dados que a web torna acessível.

A information Literacy ou a “competência em informação” revela-se em uma “área de estudos” que pretende inserir o cidadão no mundo da informação, criando formas e parâmetros de apreensão e dando relevância aos dados apreendidos na rede.

Destacamos em nossas conclusão este importante trabalho, por considerá-lo atual e integrado aos objetivos dos profissionais da informação comprometidos com o papel que a biblioteca tem a desempenhar como célula de cultura e de educação.

Por fim, sugerimos como exemplo de recomendação a todos que tratam a biblioteca como fonte de estudo, trabalho e de formulação de políticas públicas, a revisão das Leis da Biblioteconomia escritas por Ranganathan. Este matemático

indiano que, de uma certa maneira, revolucionou a biblioteconomia ao colocá-la no âmbito das Ciências Sociais, formulou em 1931 cinco princípios normativos para a prática bibliotecária:

- **os livros existem para serem usados;**
- **a cada leitor, seu livro;**
- **a cada livro, seu leitor;**
- **poupe o tempo do leitor;**
- **a biblioteca é um organismo em expansão.**

Estas cinco leis permeiam e são consideradas como base para todas as atividades biblioteconômicas e atualmente podem ser aplicadas em todos os serviços de informação que segue desde a produção até a disseminação da informação. (Campos, 2003).

Com linguagem simples e direta, acreditamos que o entendimento de cada uma destas leis poderiam se tornar em princípios na aplicação de políticas públicas para as bibliotecas. Nada contra os extensos documentos que, na verdade, se perdem em discussões e acabam esquecidos nas gavetas dos administradores aguardando a próxima liberação de verbas para a execução de políticas que as bibliotecas tanto urgem. Mas as bibliotecas precisam de rápidas decisões para que possam cumprir seu papel de disseminadoras do conhecimento, espaços de inclusão social e célula da comunidade em que estão inseridas. As redes de comunicação criaram novas formas de tratar a informação, de produção do conhecimento, de cultura, enfim, de se comunicar.

Precisamos estar atentos e procurar transformar as inovações tecnológicas em produtos de aprimoramento das relações sociais no mundo contemporâneo, como nos ensina Levy (2000) em sua obra *As tecnologias da Inteligência*.

“Na era do planeta unificado, dos conflitos mundializados, do tempo acelerado, da informação desdobrada, das mídias triunfantes e da tecnociência multiforme e onipresente, quem não sente que é preciso repensar os objetivos e os meios da ação política?”.

Esperamos que esta dissertação sirva como reflexão e que cada biblioteca pública, com especial desejo pela Rede de Bibliotecas Populares, coloque um ponto final no descaso e na falta de políticas públicas para os sagrados espaços de guarda, conservação e disseminação da cultura de uma nação.

Afinal, como nos diz o poeta Cazuza, “o tempo não para”.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ABREU, Maurício de Almeida. A evolução urbana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, IPLAN/ZAHAR, 1987.
2. ALVES, Marília Amaral Mendes. Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, UFRJ/ECO, IBICT, 1990. (Dissertação de Mestrado)
3. BARATIN, Marc&JACOB, Christian.(Direção) O Poder das Bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 2000
4. BARROSO, Maria Alice. A Biblioteca pública a serviço da educação do adulto. Rio de Janeiro, UFRJ/ECO, IBICT, 1997. (Dissertação de mestrado).
5. BATTLES. Matthew. A conturbada história das bibliotecas. São Paulo, Ed. Planeta do Brasil, 2003.
6. BENTON FOUNDATION. BUILDINGS, BOOKS AND BYTES. Washington, USA, 1996. Disponível em <http://www.benton.org/publibrary/kellogg/buildings.html>. Bibliothèque Centre Pompidou. Acesso em 04/09/2003.
7. BIBLIOTHÈQUE PUBLIQUE D'INFORMATION.(Equipe Bpi). Babel and the Vintage Selection: libraries in the Digital Age. Bibliothèque Centre Pompidou. Disponível em <http://www.text-e.org>. Acesso em 20/02/2002.
8. BRAGA, Gilda. Informação, Ciência da Informação: breves reflexões em três tempos.Ciência da Informação, Brasília, v.24, n.1, p.84-88, jan./abr. 1995.
9. CAMPOS, Maria Luiza de Almeida. As cinco leis da Biblioteconomia e o exercício. profissional. 2003. Disponível em <http://www.conexaorio.com/bitl/mluiza/index.htm> Acesso em 24/02/2004
10. CARONE, Edgard. A Terceira República. São Paulo, Difel, 1976.
11. CARVALHO. Kátia de. O complexo mundo da leitura. INFORMARE, v.5, n.1. Rio de Janeiro, CNPq, UFRJ, IBICT, 1999. Pág. 30-41.

12. CASATI, Roberto. What the internet tells us about the Real Natural of the Book. Bibliothèque Centre Pompidou. Disponível em <http://www.text-e.org>. Acesso em 14/12/2001.
13. CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1999.
14. CHARTIER, Roger. A Ordem dos Livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Brasília, Ed. UnB, 1999
15. _____. A aventura do livro: do leitor ao navegador. São Paulo, ED. UNESP, 1999.
16. _____. As práticas da escrita. História da Vida Privada. São Paulo, Cia das Letras, 1991. Pág. 113-161.
17. _____. Readers and Readings in the Eletronic Age. Disponível em <http://www.text-e.org>. Acesso em 11/12/2001.
18. CYSNE, Fátima Portela. Biblioteconomia: Dimensão Social e Educativa. Fortaleza, Ed. UFC, 1993.
19. COHN, Gabriel. Problemas da industrialização no século XX. Brasil em Perspectivas. São Paulo, DIFEL, 1969. Pág. 285-318.
20. CORREIA, Ana Lucia Merege. O livro impresso: trajetória e contemporaneidade. Rio de Janeiro, UFRJ/ ECO, IBICT, 1999. (Dissertação de mestrado) Orientação: Maria Nazaré Freitas Pereira.
21. CULTURA NO BRASIL, 1999. Disponível em www9.cultura.gov.br/textos/re99.doc. Acesso em 05/05/2004 às 16:10.
22. DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO: 1930-1983 /equipe CPDOC (sob a) coord. Israel Beloch e Alzira Alves de Abreu. Rio de Janeiro, Ed. Forense: FGV/CPDOC:FINEP, 1984.
23. DRABENSTOTT, Karen M. & BURMAN, Celeste M. Revisão analítica da biblioteca do futuro. Brasília, Revista Ciência da Informação, 1997
24. ECO, Humberto. Authors and Authority. Bibliothèque Centre Pompidou. Disponível em <http://www.text-e.org>. Acesso em 23/03/2002.
25. EPSTEIN, Jason. Reading: the Digital Future. Bibliothèque Centre Pompidou. Disponível em <http://www.text-e.org>. Acesso em 12/01/2002.

26. FARIA, Antônio Augusto&BARROS, Edgard Luiz. Getúlio Vargas e sua época. São Paulo, Global. 1982.
27. FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler. São Paulo, Ed. Cortez, 2003. 45 ed. Coleção Questões da Nossa Época.
28. GOES, Sergio. Informações extraídas do documento GT Universalização. Resumo das propostas consensuais apresentadas pelos grupos de Trabalho de Universalização. MCT, 2001. Disponível em <http://portalfust.socinfo.org.br/contribuicoes.htm>
29. GOMES, Maria Nelida G. A informação: dos estoques às redes. In: Revista da Ciência da Informação. Brasília, IBICT, v. 24, n. 1, 1995
30. GOMES, Sonia de Conti. Bibliotecas e Sociedade na 1ª República. São Paulo, Pioneira; Brasília:INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1983.
31. GREAT AMERICAN PUBLIC LIBRARIES: THE 2003 HAPLR RANKINGS. Disponível em <http://www.ala.org/ala/alaonline/selectarticles/default979.htm>. Acesso em 22/01/2004
32. HALLEWELL, Laurence. O livro no Brasil: sua história. São Paulo, Ed. USP, 1985.
33. HATSCHBACH, Maria Helena de Lima. Information Literacy: aspectos conceituais e iniciativas em ambiente digital para o estudante de nível superior. Rio de Janeiro, UFRJ/ECO, IBICT, 2002. (Dissertação de mestrado) Orientação Gilda Olinto.
34. HOBBSAWM, Eric J. O novo Século. São Paulo, Cia. Das Letras, 2000.
35. JACOB, Christian. Prefácio. In: Baratin, Marc, Jacob, Christian. O Poder das Bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 2000.
36. LATOUR, Bruno. Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções. In: Baratin, Marc, Jacob, Christian. O Poder das Bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 2000.
37. LEVACOV, Marília. Bibliotecas virtuais: (r)evolução. Brasília, Ciência da Informação, v.26, n.2, p. 125-135, maio-agosto, 1997.
38. LEVY, Pierre. A inteligência coletiva. Rio de Janeiro, Ed. 34, 1993.
39. _____. Cibercultura. São Paulo, Ed. 34, 1999.

40. Livro Verde. Brasília, Ministério da Ciência e Tecnologia, Sociedade da Informação no Brasil, 2000.
41. MARCONI, Marina de Andrade&LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa. São Paulo, Ed. Atlas, 1982.
42. MENDONÇA, Ercília. Estudo sobre as Bibliotecas populares do Município do Rio de Janeiro. Secretaria Municipal de Cultura, Departamento geral de Documentação e Informação Cultural, 2003.
43. MIKHAILOV, A. I. Preface. In: FID/RI – International Federation for Documentation. Study Committee Research on Theoretical Basis of Information. On theoretical problems of informatics, Moscow, ALL- Union for Scientific and Technical Information, 1969 p.7-24.
44. MINDLIN, José. A evolução do livro no século XV ao século XX. In: A cultura do Brasil. Marcio Doctors (org.) Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 1999.
45. MILANESE, Luiz. Ordenar para desordenar. São Paulo, Brasiliense, 1986.
 _____. A Formação do Informador. Disponível em <http://www.baz.com.br/Bax/Artigos/formacaoDoInformador.htm> Acesso em 29/05/2003
46. MIRANDA, Antonio. Planejamento bibliotecário no Brasil: a informação para o desenvolvimento. Rio de Janeiro, Livros técnicos e Científicos, Brasília, Ed. UnB, 1977.
47. _____. Políticas e Planejamento de Sistemas de Informação no Brasil: um caminho tortuoso. Salvador, IV CIFORM – Encontro Nacional da Ciência da Informação. Junho 2004. Disponível em <http://www.antonimiranda.com.br/Cinformacao/Cinform2.pdf>
48. MIRANDA, Maria de Fátima Borges. As Bibliotecas Públicas e o direito ao acesso universal à informação: os filtros de conteúdo na Internet e a proposta da Associação Americana de Bibliotecas. Rio de Janeiro, UFRJ/ECO; IBICT, 2002 (Dissertação de mestrado)
49. MOTTA, Marly Silva da. "De grande capital a mera cidade...": o destino do Distrito Federal após a transferência da capital para Brasília. Rio de Janeiro: 49. CPDOC, 1994. Disponível em <http://www.cpdoc.fgv.br>. Acesso em 10/01/2004

50. MOTTA, Marly Silva da. O lugar da cidade do Rio de Janeiro na federação brasileira: uma questão em três momentos. Rio de Janeiro: CPDOC, 2001. Disponível em <http://www.cpdoc.fgv.br>. Acesso em 10/01/2004
51. MUELLER, Suzana. Bibliotecas e sociedade: evolução da interpretação de função e papéis da biblioteca. Revista da Escola de Biblioteconomia. Belo Horizonte, v.13, n° 1, 1984. Pág.7-54.
52. NOBREGA, Nanci Gonçalves da. Acervos como memória do mundo(e sobre sua dinamização). In: INFORMARE, v.5, n.1. Rio de Janeiro, CNPq, UFRJ, IBICT, 1999. Pág. 59-76.
53. NOSSO SÉCULO: 1900-1980. São Paulo, Ed. Abril, 1986.
54. PEREIRA, Maria Nazaré Freitas. Bibliotecas Virtuais: realidade, possibilidade ou alvo de sonho. IN: Revista da Ciência da Informação, Brasília, IBICT, v. 24, n.1, p.101-109, jan/abr. 1995.
55. _____. Prefácio que esclarece o leitor a propósito do sonho de Otlet: aventura em tecnologia da informação e comunicação. Rio de Janeiro, IBICT/DEP, Brasília, IBICT/DDI, 2000, p.VII-XXIV.
56. PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro. A Ciência da Informação entre sombra e luz: domínio epistemológico e campo interdisciplinar. Rio de Janeiro, UFRJ/ECO, 1997. (Tese de doutorado) Orientadora: Gilda Maria Braga.
57. _____. Estudo de viabilidade da participação de unidades de informação em programas cooperativos de automação. Relatório de Pesquisa, Rio de Janeiro, UFRJ/ECO, IBICT, 1989.
58. _____. O desafio da formação profissional: da biblioteca às bibliotecas digitais e virtuais. Anais INTEGRAR -, 1º Congresso Internacional de Arquivos, Bibliotecas, Centros de Documentação e Museus. São Paulo, 17 a 21 de março de 2002.
59. PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro & LOUREIRO, José Mauro Matheus. Traçados e limites da informação. In: Revista da Ciência da Informação, v.24, n. 1, 1995.
60. PLANO ESTRATÉGICO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Documento disponível em <http://www.rio.rj.gov.br/planoestrategico>.
61. PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Relatório Anual, 2002.

62. PROGRAMA DE METAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA 1993-1996.
63. PROGRAMA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO. Brasil, Ministério da Ciência e Tecnologia, 1999. Disponível em <http://www.mct.gov.br/socinfo>. Acesso em 16 jan 2004
64. PUBLIC LIBRARIES IN THE UNITED STATES: FISCAL YEAR 2000. Disponível em <http://www.nces.ed.gov/pubs/edpubs.htm>. Acesso em dez. 2002.
65. RAYWARD, W. Boyd. The origins of Information Science and the international Institute of Bibliography/International Federation for Information and Documentation(FID). In: HAHN, Trudi Bellardo, BUCKLAND, Michael(editores). Historical Studies in Information Science, ASIS, Information Today, Meldford, NJ, 1998, p.22-33.
66. REDE DE BIBLIOTECAS POPULARES. Regulamento, 2003.
67. RELATÓRIO DE GESTÃO PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. 1993-1996.
68. SARACEVIC, Tefko. Information Science: origin, evolution and relations. In: VAKKARI, Pertii, CRONIN, Blaise. Conceptions of Library and Information Science: historiacal, empirical and theoretical perspectives. Processings of the International Conference for the celebration of 20th anniversary of the Department of Information Studies, University of Tampere, Finland, 26-28, 1991. London, Los Angeles: Taylor Graham, 1992, p. 5-27.
69. SCHWARCZ, Lilia Moritz. A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil. São Paulo, Cia. das Letras, 2002.
70. SEPLAN.Ação programada em Ciência e Tecnologia. Informação em Ciência e Tecnologia. Brasília, SEPLAN, CNPq/IBICT.1984.
71. SILVA, Edna Lucia da. Compartilhamento de recursos e papel das redes de informação. Revista de Biblioteconomia de Brasília. Brasília, v.14, n.2, p.209-225, jul/dez 1986.
72. SILVA, Luiz Antonio Gonçalves da. Políticas e programas de informação e documentação da UNESCO e fontes para seu estudo. Disponível em [www. Informacaoesociedade.ufpb.br/419407.pdf](http://www.Informacaoesociedade.ufpb.br/419407.pdf). Acesso em 14.03.2004.

73. SILVA, Suely Braga da. O Instituto Nacional do Livro e a institucionalização de organismos culturais no Estado Novo (1937-1945): planos, ideais e realizações. Rio de Janeiro, UFRJ/ECO, IBICT, 1992. (Dissertação de mestrado).
74. SODRÉ, Muniz. Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede. Petrópolis, RJ, Vozes, 2002.
75. _____. Reinventando a Cultura: a comunicação e seus produtos. Petrópolis, RJ, Vozes, 1996.
76. SOLA, Lourdes. O Golpe de 37 e o Estado Novo. Brasil em Perspectivas. São Paulo, DIFEL, 1969. Pág. 257-284.
77. SOUZA, Helena de Miranda Rosa. Situação das Bibliotecas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Conselho Regional de Biblioteconomia, 7º Região, 1987.
78. SOUZA, Patrícia Balduino de. Política de compartilhamento de recursos informacionais nas redes e sistemas de informação em instituições do poder público Brasileiro. Brasília, UnB, 1988. (Dissertação de mestrado) Orientação: Suzana Machado Mueller e Lena Vânia Pinheiro.
79. SUAIDEN, Emir. Biblioteca Pública e informação à comunidade. São Paulo, Global, 1995.
80. _____. A biblioteca pública no contexto da Sociedade da Informação. Brasília, Ciência da Informação, v.29, n.2, mai/ago 2000.
81. SURVEY OF INTERNET ACCESS MANAGEMENT IN PUBLIC LIBRARIES. Disponível em <http://www.lis.uiuc.edu/gslis/research/internet.pdf>
82. TOFFLER, Alvim. A Terceira Onda. Rio de Janeiro, Ed. Record, 1995.
83. TOWARD EQUALLY OF ACCESS. The role of public libraries in addressing the digital divide. Disponível em <http://tinyurl.com/ygzi2>. Acesso em 04/03/2004.
- Bibliothèque Centre Pompidou. Acesso em 04/09/2003.
84. YUNES, Eliana. Leitura, a complexidade do simples: do mundo à letra e de volta ao mundo. In: INFORMARE, v.5, n.1. Rio de Janeiro, CNPq, UFRJ, IBICT, 1999. Pág. 6-29.
85. ZAHER, Célia. GT Universalização. Categorização das bibliotecas por funções dentro do Sistema de conexão eletrônica. MCT. 2001. Disponível em <http://portalfust.socinfo.org.br/contribuicoes.htm>

86.ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro, IPP, 2000.

Legislação consultada

Decreto n° 6.641 de 14/03/1940

Resolução n° 2 de 05/01/1945

Resolução n° 37 de 17/12/1948

Lei n° 426 de 30/11/1949

Decreto n° 12.487 de 15/05/1954

Decreto n° 13.455 de 31/01/1957

Decreto n° 1.594 de 25/03/1963

Lei n° 784 de 12/04/1965

Decreto n° 15 de 23/05/1975

Lei n° 426 de 01/07/1983

Decreto n° 5.649 de 01/01/1986

Decreto n° 6.024 de 11/08/1986

Decreto n° 6.664 de 27/05/1987

Lei n° 1.598 de 27/08/1990

Decreto n° 10.528 de 10/10/1991

Decreto n° 10.205 de 18/06/1991

Lei n° 1.919 de 16/10/1992

8. ANEXOS

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Instituto Brasileiro de Ciência da Informação
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

Anexo 1: Entrevista com a Diretora da Diretoria da Rede de Bibliotecas Populares

1. Em que ano você ingressou na Diretoria de Bibliotecas e quais suas funções
2. Como eram realizadas a escolha e a forma de aquisição de acervo. As chefes das bibliotecas participavam da seleção de obras
3. Havia integração entre as bibliotecas? A ação era centralizada? Existiam diferenças na gestão de cada biblioteca?
4. Existiam bibliotecárias em todas as bibliotecas da Rede?
5. Qual é o maior tipo de público atendido nas bibliotecas nos anos de suas atividades de trabalho na Rede?
6. Na sua avaliação, com o oferecimento do serviço de acesso à Internet nas bibliotecas houve mudança no público que frequenta as bibliotecas? A forma de consulta à informação modificou? O tipo de público também?
7. Você acha que o fenômeno da Internet revolucionou ou modificou a forma de se buscar informação? Você acha que houve mudança no público da biblioteca popular? Ou mesmo interesse por determinado assunto/tema?
8. A equipe de atendimento ao público nas bibliotecas populares é composta por bibliotecárias?
9. Você acha que o poder público prioriza a biblioteca em sua ação política?
10. As bibliotecas da Prefeitura do Rio recebem apoio/financiamento de outras esferas de governo? Há interação com outras bibliotecas públicas?
11. Você acha que as atividades culturais que ocorrem nas bibliotecas incentivam a leitura ou proporcionam aumento de público? Existe estatística que comprove este dado?

Anexo 2: Questionário aplicado aos técnicos e chefes de bibliotecas da Rede de Bibliotecas Populares da Cidade do Rio de Janeiro

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Instituto Brasileiro de Ciência da Informação
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

1. A biblioteca atende prioritariamente ao público de:

- () estudantes
() pessoas da comunidade local
() outros. Especificar _____

2. Em caso de estudantes, as escolas da região possuem algum tipo de contato e/ou entendimento com a biblioteca para a consulta/uso dos livros pelo aluno?

- () sim
() não

3. Existe outra biblioteca no bairro ou proximidade?

- () sim
() não

4. Em sua biblioteca, possui bibliotecário? _____

Quantos? _____

Ele faz atendimento ao público? _____

5. Que gênero do acervo disponível é mais utilizado:

para empréstimo _____

para consulta _____

6. Em sua biblioteca, possui equipamentos de informática? _____

Quantos? _____ Está conectado à internet? _____

Em caso positivo, a biblioteca oferece este serviço ao usuário? _____

Com que frequência? _____

O acesso é controlado? _____

Os funcionários utilizam o computador como ferramenta de trabalho? _____

7. Quais os serviços informatizados em sua unidade?

8. Existe algum tipo de treinamento para os funcionários?

Em sua área de atuação _____

Na área de informática/tecnologia da informação _____

Com que frequência? _____

9. Na sua avaliação, o que mudou nos serviços oferecidos/atendimento após a introdução de ferramentas de tecnologias da informação?

10. Existe algum tipo de participação da Chefia ou de técnicos em relação à escolha/compra de acervo?

11. A biblioteca faz algum tipo de seleção de acervo/orientação de obras para os usuários?

Em caso afirmativo, trata-se de serviço regular ou em datas específicas?

12. A biblioteca realiza algum tipo de ação de promoção da leitura? _____

Com que frequência? _____

O público participa? _____

Como é feita a divulgação? _____

Existe algum público específico com prioridade de atendimento nas atividades desenvolvidas?

Qual? _____

13. Você acha que esse tipo de atividade desperta o interesse pela leitura?

Você observa que há uma procura maior pelo livro e/ou interesse pela leitura?

14. O que você acha que poderia melhorar em sua unidade visando um melhor atendimento?

15. O acervo de sua biblioteca é atualizado? _____

16. Defina em poucas palavras a importância da biblioteca pública para você como profissional e para a comunidade atendida?

Comentários que queira fazer:

Anexo 3: Questionário aplicado aos usuários da Rede de Bibliotecas Populares da Cidade do Rio de Janeiro

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Instituto Brasileiro de Ciência da Informação
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

1. Profissão:

- ☐ estudante
- ☐ trabalhador
- ☐ dona de casa
- ☐ desempregado

2. Faixa etária

- ☐ 06 a 13
- ☐ 14 a 17anos
- ☐ 18 a 25
- ☐ 26 a 40
- ☐ acima de 40

3. Você freqüenta a biblioteca

- ☐ diariamente
- ☐ semanalmente
- ☐ as vezes

4. Que tipo de serviço utiliza com mais freqüência

- ☐ Empréstimo
- ☐ Consulta pesquisa escolar
- ☐ Internet
- ☐ Atividades culturais

5. A biblioteca satisfaz suas necessidade de informação:

- ☐ Sempre
- ☐ Frequentemente
- ☐ As vezes

6. Participa de outras atividades da biblioteca pública?

- ☐ seminários e palestras
- ☐ atividades culturais
- ☐ cursos
- ☐ outros

7. Quais as deficiências que a biblioteca apresenta:

- ☐ Distância de casa
- ☐ Falta de espaço físico
- ☐ Acervo desatualizado
- ☐ Falta de pessoal técnico qualificado
- ☐ Catálogos com dificuldade de manuseio
- ☐ Inexistência de acesso à internet

8. O que gostaria que a biblioteca oferecesse:

- ☐ Informações sobre serviços públicos
- ☐ Atividades culturais
- ☐ Acesso à internet
- ☐ Cursos profissionalizantes